

NOME EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO

FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO-PAI Augusto Ayres da Matta Machado

MÃE Mariana Flora de Godoi da Matta Machado

IDADE 14 Mai 1913 ESTADO CIVIL

PROFISSÃO Advogado/Prof./Jorna POSTO OU GRAD.
lista.

FUNÇÃO Ex+ Deputado Federal

NACIONALIDADE brasileira NATURAL DE DIAMANTINA/MG

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL Superior

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS

HISTÓRICO

CIC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 029	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO	
4. FILIAÇÃO: AUGUSTO AYRES DA MATTA MACHADO MARIANA FLORA DE GODOI DA MATTA MACHADO	
5. DATA DE NASCIMENTO: 14 de maio de 1913	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: DIAMANTINA/MG	
8. PROFISSÃO: Professor - Jornalista - Advogado - Deputado Federal	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA:	

Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

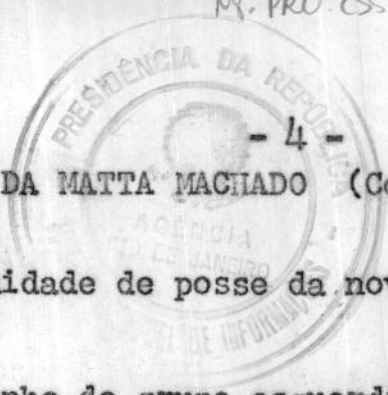
- Deputado Federal, eleito para o período / 1966/70, pelo MDB/MG.
- Jornalista.
- Advogado.
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UMG.
- Foi signatário do "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Indiciado em IPM, remetido pela ID/4 a Auditoria da 4ª RM, instaurado para apurar atividades subversivas no Magistério de BH.
- Pertence à esquerda católica radical, atuando no meio universitário.
- É anti-revolucionário.
- Tomou parte no Ciclo de Conferências da FD/UMG, organizado pela Ação Popular.
- Orientador do grupo esquerdista do DCE/UFMG.
- Mentor da J.D.C., nova denominação da Ação Popular.
- No Congresso, atacou violentamente a "ideologia" da ESG.
- Pertence à liderança do Comando Universitário da Ação Popular, em MG.
- Pertenceu à FRENTE AMPLA.
- Presidiu os trabalhos do julgamento, realizado pelo DCE/MG, que condenou o intervencionismo norte-americano no VIETNÃ.
- Ligado a JK e MP. Demitiu-se do Secretariado de MG ao deflagrar-se a Revolução de 64.

Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

- Participou do Comício de CARLOS LACERDA, em Governador Valadares/MG.
- Participou de passeata e agitações estudantis / em BRASÍLIA.
- É membro da Comissão de Mobilização Popular do MDB.
- Atacou, violentamente, o Governo, por ocasião da invasão da Universidade de Brasília.
- Obteve, de seus colegas mineiros, o compromisso de votarem contra a concessão de licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.

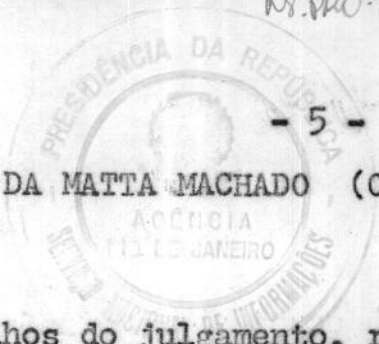
13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1965 - MAI - Ex-Secretário do Trabalho de MG, foi signatário do chamado "Manifesto à Nação" dos intelectuais.
- AGO - Tomou parte na Mesa que presidiu a Conferência do Professor SOBRAL PINTO, na Faculdade de Direito da UMG.
- OUT - Pronunciou uma conferência na Faculdade de Direito da UMG.
- NOV - Indiciado em IPM, instaurado pela ID-4 para apurar atividades subversivas no magistério de BELO HORIZONTE.
- 1966 - FEV - Pertence à esquerda católica radical, sendo notória sua atuação junto à classe universitária, em particular contra a Revolução e a política / do Governo.
- ABR - Tomou parte no Ciclo de Conferências da Faculdade de Direito da UMG, organizado pela AP. É esquerdista e anti-revolucionário.
- MAI - Indiciado no IPM dos Intelectuais de MINAS GERAIS.
- Presidente do Diretório Regional do MDB de MG.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

- JUN - Estêve presente à solenidade de posse da nova di-
retoria da UEE/MG.
- JUL - É o orientador da campanha do grupo esquerdista
do DCE/UFMG.
- AGO - Manifestou solidariedade ao Manifesto dos Bispos
do Nordeste a D. HELDER CÂMARA.
- NOV - É considerado da "esquerda católica" e, atualmen-
te, mentor da J.D.C., nova denominação da Ação
Popular.
- DEZ - Destacou-se na defesa da realização do 28º Con-
gresso da UNE, em BH.
- Foi eleito Deputado Federal pelo MDB/MG.
- 1967 FEV - Figura como envolvido num esquema juscelinista /
para a retomada do poder.
- MAR - Manifestou-se contra a Lei de Imprensa.
- ABR - Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados,
condenou "a ideologia, imposta pela ESG, de o-
pressão ao povo, e cujo exemplo mais flagrante é
a Lei de Segurança Nacional". Disse que "a ideolo-
gia da ESG é de total subserviência aos EUA".
- MAI - Tido como o autor do documento "Os equívocos do
MCD e as alternativas do movimento estudantil".
- JUN - Protestou contra a apreensão do livro "Torturas
e Torturados", de MÁRCIO MOREIRA ALVES.
- AGO - Fêz parte da liderança do Comando Universitário
da Ação Popular, em MG.
- Tomou parte nas conferências promovidas pelo /
Instituto de Pesquisas e Estudos da Realidade /
Brasileira (IPERB).
- NOV - Manifestou-se favoravelmente ao Manifesto dos /
Bispos do Terceiro Mundo.
- DEZ - Fêz parte do Diretório da FRENTE AMPLA, em MG.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

1968 - JAN - Presidiu os trabalhos do julgamento, realizado na sede social do DCE/MG, que condenou a intervenção norte-americana no VIETNAM.

- Reuniu-se, com CARLOS LACERDA e outros políticos, para discutir os rumos futuros da FRENTE AMPLA.
- Designado, por JOÃO GOULART, como seu representante político, em MG.

FEV - Registrado que: pertenceu à ex-UDN; é ligado a JK e a MAGALHÃES PINTO; demitiu-se do Secretariado de MP ao deflagrar-se a Revolução.

MAR - Participou de passeata e agitações estudantis, em BSB.

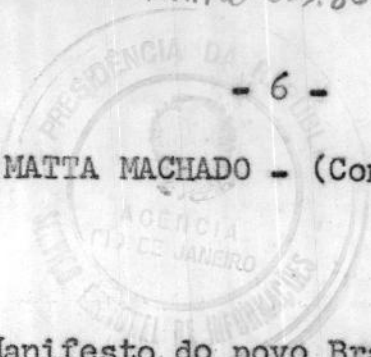
ABR - Participou do comício de CARLOS LACERDA em GOVERNADOR VALADARES/MG.

MAI - É membro da Comissão de Mobilização Popular do MDB.

JUN - Na Câmara, leu e apoiou moção de solidariedade a D. HELDER CÂMARA.

JUL - Participou da passeata estudantil na W-3 / (BRASILIA).

- Criticou violentamente a Portaria do Ministro da Justiça que proibiu passeatas estudantis.
- Estêve em BH, manifestando apoio aos estudantes e dirigentes sindicais, nas questões relacionadas aos últimos acontecimentos naquela cidade.
- Reuniu-se com estudantes e operários, na sede do MDB/PE, para um diálogo, durante o qual foram feitas críticas ao Governo Federal e ressaltada a necessidade de luta pela libertação do homem do campo.
- Estêve, em CORUMBÁ/MT, em visita a JÂNIO / QUADROS.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO - (Cont.)

- SET - Foi um dos autores do "Manifesto do povo Brasileiro", aprovado pelo Gabinete Executivo do MDB.
- Atacou violentamente o Governo Federal, ao aludir à invasão da Universidade de Brasília./
- Estêve no RECIFE/PE, como membro da caravana da Comissão de Mobilização Popular do MDB, que foi homenageada na AL/PE.

- OUT - Durante a prisão do líder estudantil HONESTINO MONTEIRO, tentou dificultar os trabalhos de triagem efetuados pela Polícia.

- NOV - Assumiu a liderança do MDB, na Câmara dos Deputados.

- DEZ - Obteve de seus colegas mineiros o compromisso de votarem contra a concessão de licença para processar o Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES.

no 139

96


COMISSÃO DE INVESTIGAÇÕES
FICHA INDIVIDUAL

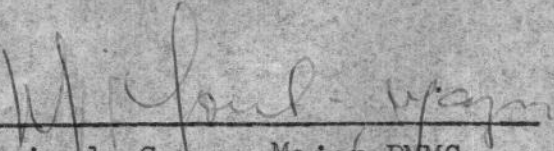
EDGARD GODOY DA MATTA MACHADO, professor da U.M.G.

- 1) Ex-secretário do Trabalho do governo de Minas Gerais.
- 2) Homem que sempre foi considerado elemento de idéias comunicantes.
- 3) Ligado ao meio católico da chamada "ala progressista".
- 4) Um dos grandes responsáveis pela comunização das favelas de Belo Horizonte.
- 5) Mesmo nos dias correntes, em suas aulas na Faculdade, não modificou seu ponto de vista, causando espécie aos alunos democráticos e se mostrando violentamente contra a Revolução.

OPINAMOS PELA SUSPENSÃO DE SEUS DIREITOS POLÍTICOS.

Belo Horizonte, 7 de junho de 1964.


José Aurélio de Resende Costa, Major ID-4


Sílvio de Souza, Major PMMG


Dr. David Hazan, DVS



IDENTIDADE

FILIAÇÃO - PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

..... NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS DEPUTADO

FICHA DE IPM Nº 26.2.693 HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL 118/69

- 09.04.68 - Indiciado em IPM instaurado para apurar responsabilidades pelas agitações ocorridas em fins de março de 1968, em Brasília, relativamente as agitações comuno-estudantis na UnB.
- Có-autor dos delitos praticados na UnB. Estimulou os dirigentes subversivos da FEUB; confabulou com eles, recebendo-os na Câmara dos Deputados; procurou defendê-los, parlamentando com autoridades para buscar a impunidade, desafiando publicamente a LSN.
- 14.02.69 - Encerramento do IPM com a remessa dos autos ao Exmo Sr Cmt da 11ª RM para SOLUÇÃO.
- 24.02.69 - Em SOLUÇÃO, o Exmo Sr Cmt da 11ª RM enquadrou o indiciado como incurso em crimes contra a Segurança Nacional, determinando a remessa dos autos a Auditoria da 4ª RM.

NOME EDGARD DE GODOI DA MATA MACHADO



FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO - PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS

FICHA DE IPM Nº 1.0.101 HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL 187

11 ABR 69 - Indiciado em IPM instaurado pelo Cmdo. do 1 Ex. para apurar atividades subversivas e contra-revolucionárias.

111
N. PRO 55.83.3, P. 11

CONSELHO DE SEGURANCA NACIONAL

SECRETARIA - GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO

12

EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º

DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- D - ANEXOS
 - 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
 - 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS, DECLARAÇÕES À IMPRENSA
 - 3 - AGITAÇÕES DE RUA
 - 4 - FOTOGRAFIAS
 - 5 - RELATÓRIO
 - 6 - INFORMAÇÕES E INFORMES

DOC
"A"

A - EXPOSICÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 16 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 012/SG-1/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivivo federal do Senhor EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO, Deputado Federal pelo MDB, Seção de Minas Gerais, nos têrmos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação enviada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos, apoio a manifestos, entrevistas, participação em agitações, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

Elemento reconhecidamente esquerdista radical, ligado

a entidades subversivas (AÇÃO POPULAR e JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA), caracterizou-se por violentos ataques à Revolução de 1964, proteção a elementos e movimentos subversivos e instigação à revolta popular contra o Govêrno, utilizando-se de suas imunidades parlamentares e da Tribuna da Câmara, tendo inclusive participado de agitações estudantis de rua.

3. Como exemplo dessas atividades destacam-se os trechos abaixo, constante da documentação anexa:

3.1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS NA CÂMARA FEDERAL

- Em 30 Mar 67, na Câmara Federal, investiu violentamente contra a Lei de Segurança Nacional, dizendo : "é a síntese ideológica do golpe de estado de 1º de Abril de 1964". "Ela se baseia numa conjunção anti-unitária e discriminatória do povo brasileiro;" "num processo de desnacionalização da soberania do País;" "uma opção pelo sistema capitalista ocidental;" "um esforço de deter, por tôdas as formas, qualquer tentativa de mudança social do Brasil".... "é preciso dizer NÃO! no processo de satelização ao sistema econômico capitalista ocidental norte-americano a que nos querem submeter os ideólogos de 64."

- Em 27 Set 67, elogiou o Pacto de Montevideú, entre

LACERDA e GOULART, declarando-o de acôrdo com a En ciclica "Populorum Progressio".

- Em 20 Out 67 fazendo apologia de um manifesto da JOC (Juventude Operária Católica), disse que a entidade "sofre a repressão mais violenta por parte da contra-revolução conservadora e privativista de 1964".

- Em 26 Out 67, elogiou uma peça teatral subversiva que havia sofrido restrição da censura.

Leu na Câmara Federal um elogio de D. HELDER CÂMARA à referida peça que prestava homenagem póstuma ao padre guerrilheiro CAMILO TORRES.

- Em 2 Fev 68, comentando relações entre a Igreja e o Governo, falou: "quem dentre nós, Senhores Deputados, não foi testemunha de violências dos responsáveis pelo golpe de 1964 contra organizações cristãs católicas".....

Todo o discurso é uma apologia aos movimentos da esquerda católica e suas organizações.

Referindo-se ao Governo disse: "A atual revolução brasileira é reacionária, nada mais fez que manter, não uma ordem, mas uma desordem estabelecida".....

"a atitude do presente regime e do presente Govêr



CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 012/SG-1/69

- 4 -

no, em face da Igreja, em face do mundo, em face das reformas sociais é absolutamente confusa, contraditória, ridícula e absurda".

- Em 7 Mar 68, comentando incidente ocorrido em um onibus interestadual em que foi roubada a esposa de um militar, o que provocou o competente exame de bagagens pela polícia, fez violenta comunicação à Câmara Federal, da qual se extrae: "se a ocorrência se tivesse verificado em um avião da carreira e a vítima fosse espôsa do Comandante da Base Aérea teriam de enfrentar a Aeronáutica; se o onibus se destinasse a Mar de Espanha estaríamos esperando uma belonave da Marinha".

"A transformação do Exército em organização de investigação de pequenos roubos é realmente uma diminuição terrível para essa parcela das Fôrças Armadas. Espero que a denúncia do fato, impressione , quando nada ao Senhor General Chefe da Casa Militar, que, segundo se propala é o homem que governa o País".

- Em 29 Mar 68, relatou na Câmara suposto diálogo com um General, por ocasião de distúrbios estudantis na Guanabara: "devo recordar o diálogo que se travou entre o General NIEMEYER, Comandante das tropas que

assassinaram os jovens estudantes da Guanabara...."

....."e alguns deputados da Assembléia Legislativa que, velaram o corpo do jovem tombado em luta contra a injustiça e pela liberdade".

....."há uma luta entre Governo e Povo, governo e juventude, governo e lideranças religiosas, governo e intelectuais".....

"Havia sim duas armas nas mãos dos estudantes..... a bandeira nacional era a primeira arma..... e traziam êles uma bandeira do Vietcong.....que representa a bandeira de um povo em luta, de um povo que se levanta unido.....que quer sobretudo a afirmação autêntica da sua personalidade..... essa talvez fôsse a arma que impressionou toda a força policial que assassinou os três jovens na Guanabara".....

- Em 23 Abr 68, comentando greve de metalúrgicos em Minas Gerais disse: "são estudantes presos; é a pressão e ao mesmo tempo o desespero de uma situação governamental que mal consegue manter-se em pé"..... "nas condições atuais, nem sempre a parte mais fraca tem de perder, lembre-se apenas a guerra do Vietnam".....

- Em 20 Jul 68, falando sobre a nota expedida pelo

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL disse: "o assistente da JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA, padre ANTÔNIO ALMEIDA SOARES, foi prêso ontem. Cometeu algum crime? Sim, na perspectiva do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Com Cêrca de 100 outros sacerdotes, o padre SOARES hipotecou solidariedade aos trabalhadores de OSASCO"..... Não se trata de mudar êste ou aquêle de posição no Govêrno. Trata-se de mudar o Govêrno. Trata-se de mudança radical".....

- Em 22 Ago 68, comentando a invasão da Tchecoslovaquia reportou-se ao projeto de anistia aos estudantes, a quem conclamara o comparecimento à Câmara Federal na hora da votação. Leu violento manifesto estudantil do DCE dos secundaristas de Brasília e disse: "infelizmente muitos e muitos estudantes, centenas, quem sabe mais de mil deles foram privados de comparecerem a esta casa, porque, no exato momento em que votavamos, estava cercada a Universidade de Brasília"..... "São sonhos de libertação que se vão desfazendo".....
- Em 31 Ago 68, alegando incompetência da Justiça Militar para julgar estudantes: "mais uma vez protestando contra a institucionalização da ilegalidade no Brasil, da ilegalidade sustentada por um re

gime militar ditatorial".....

- Em 23 Out 68, leu para transcrição nos anais da Câmara, e apoiou documento sobre a ACÇÃO, JUSTICA e PAZ lançada no Nordeste brasileiro em consonância com a Conferência dos Bispos Latino-Americanos. Leu a seguir manifesto da "União das Mães de São Paulo Contra a Violência".

3.2 - DA IMPRENSA

- Jornal do Brasil de 3 Jan 68

"Apresenta reportagem sobre a FRENTE AMPLA, onde se lê: "O deputado MATTA MACHADO informou ontem que a próxima reunião dos principais líderes da Frente Ampla será realizada em Brasília".....
"será examinado o plano de ação para 1968" que consistirá principalmente em oposição, não ao Governo, mas ao atual sistema que foi impôsto ao País pela Revolução de 1964".

3.3 - AGITAÇÕES DE RUA:

- Informação 234/68 - CIE/ADF, de que na passeata de estudantes, em 29 Mar 68, no Distrito Federal, alguns deputados do MDB, de braços dados, saíram à frente dos estudantes formando, segundo êles, "escudo das imunidades".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 012 /SG-1/69

- 8 -

A informação documentada em fotografia anexa identifica, entre outros o deputado MATTA MACHADO.

Um Relatório Especial de Informações do CIE/ADF, de 8 de abril de 1968, confirma a supracitada informação e relata as ocorrências, tumultos e agressão a Sargento da Polícia Militar, ferimentos a populares, incêndio em viaturas policiais etc na passeata proibida, da qual participaram diversos deputados entre os quais o Senhor MATTA MACHADO.

- Informação 425/68 da 11a RM relata a passeata estudantil de 28 de junho de 1968 em Brasília, na qual participaram diversos parlamentares, entre os quais o Senhor MATTA MACHADO, que pronunciou discurso em frente ao Cine Brasília. Na passeata foram exibidos cartazes subversivos contendo conhecidos slogans comunistas.

3.4 - FOTOGRAFIAS:

Na fotografia constante do Anexo D, nº 5, aparece o deputado MATTA MACHADO, quando discutia com o Tenente-Coronel GAY, Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, nos distúrbios estudantis ocorridos em Brasília em março de 1968. Na ocasião o referido deputado procurou obstar a ação policial.

3.5 - AÇÃO SUBVERSIVA NO CONGRESSO

O Relatório nº 13/68 da ASSESSORIA PARLAMENTAR DO EXÉRCITO expõe a ação agitadora de deputados, em 29 de março de 1968, na passeata dos estudantes e posterior transporte dos mesmos para o recinto da Câmara, em onibus do Congresso. Na Câmara foram desencadeados violentos ataques ao Governo com a participação de 300 estudantes, em grande algazarra. Na ocasião o deputado MATTA MACHADO se destacou como um dos principais agitadores dos estudantes.

3.6 - OUTRAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS

- Informação 236/67 da 2a Divisão do Gabinete do Ministro do Exército de que em 16 de junho de 1967 o deputado EDGARD DA MATTA MACHADO pronunciou palestra na Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul.

Na palestra o conferencista atacou de modo violento a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e procurou desmoralizar a Escola Superior de Guerra.

- Informe 429/67, da 2a Divisão do Gabinete do Ministro do Exército, contendo relatório sobre o ciclo de conferências realizado na sala da Comissão de

Justiça da Câmara dos Deputados em 21 de junho de 1967.

Participaram elementos civis e militares cassados e eclesiásticos adeptos de D. HELDER CÂMARA. Os conferencistas foram: o ex-Reitor da Universidade de Minas Gerais Dr. ALUIZIO PIMENTA, o escritor ALCEU DE AMOROSO LIMA e o Padre HELDER CÂMARA. Os temas abordados e as palestras proferidas apresentaram tendências esquerdistas, anti-revolucionárias e ataques aos EUA.

O deputado MATTA MACHADO fazia parte da mesa, deu início à sessão e foi o coordenador dos debates.

- Informe 0268/68, B/2, CENIMAR de que a oposição estava preparando manifesto nacional por meio dos deputados EDGARD MATTA MACHADO, MÁRIO COVAS e RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES. O manifesto teria por finalidade atrair operários, estudantes e trabalhadores rurais numa luta organizada contra o sistema político do País. Objetivava a preencher o vazio surgido com o fechamento da Frente Ampla.

Seria apresentado pelo deputado MATTA MACHADO à "Comissão Nacional de Mobilização Popular" (Grupo ideológico do MDB), que lançou campanha nacional de mobilização do chamado Poder Jovem e de operários, clero

reformista, intelectuais etc...

O manifesto pretendia combater o regime e preconizar a implantação de um regime socialista.

- Informação 357/68 da 2a Seção do I Exército sobre a atividades de deputados do MDB em Belo Horizonte. Participa a ida a Belo Horizonte de deputados oposicionistas, em maio de 1968, entre os quais o Senhor MATTA MACHADO, para manifestar apoio a estudantes e líderes sindicais nos movimentos contra o Govêrno.
- Informe 266/68, A-1, da 2a Seção do EME sobre atividades de políticos, cassados e elementos do clero. A nova estrutura revolucionária da ex-Frente Ampla, sob a orientação de JUSCELINO KUBISTSCHECK. Seria um movimento comandado com ação interna e propósi - tos imediatos na América Latina. A cúpula dessa or - ganização subversiva seria composta de JUSCELINO, LA CERDA, GOULART e HELDER CÂMARA. BRIZOLA comandaria o sistema de guerrilhas em nosso território. Possí - vel adesão de JÂNIO QUADROS. O movimento intensifi - caria a luta contra-revolucionária, e adotaria o no me de "FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL". Congregaria "tôdas as lideranças populares e expressões parla - mentares". Contaria com o apoio da AÇÃO POPULAR - (AP) coordenada por HELDER CÂMARA.

Teria a participação dos estudantes e suas organizações clandestinas. Teria o apoio de políticos por meio de Campanha de Mobilização Popular composta de políticos radicalmente contra-revolucionários como: LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, HUMBERTO LUCENA, MÁRIO COVAS; GASTONE RIGHI e MATTA MACHADO.

- Informação 680/68, CIE/ADF de que o deputado MATTA MACHADO visitou o Senhor JÂNIO QUADROS em 10 de agosto de 1968, em Corumbá.
- Informação 0761/68, CENIMAR sôbre o deputado EDGARD GODOI DE MATTA MACHADO de que:
 - desde 1962 estava prontualizado no DOPS de Minas Gerais como marxista-leninista;
 - em 1964 era militante na AÇÃO POPULAR e foi indiciado em IPM que apurava atividades subversivas de professores em Belo Horizonte.
 - Como Secretário do Trabalho em Minas Gerais, em 1964 protegeu líderes sindicais subversivos.
 - Em 1965 e 1966 persistiu em atividades esquerdistas na AÇÃO POPULAR e como líder político estudantil;
 - Em 1967 entre outras atividades subversivas defendeu anistias aos cassados, atacou violentamente a

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 012/SG-1/69

- 13 -

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA e fez apologia da Juventude Operária Católica (JOC), entidade de caráter esquerdista;

- seu filho, JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATTA MACHADO é líder estudantil esquerdista em Belo Horizonte;
- Em 1968, entre outras atividades anti-revolucionárias:
 - Acompanhou CARLOS LACERDA em Belo Horizonte nas atividades da FRENTE AMPLA e foi representante de JOÃO GOULART em Minas Gerais.
 - Propôs convocação de DARCY RIBEIRO, à COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO do Ensino, para orientar a reforma do ensino brasileiro.
 - Defendeu greves ilegais, atacou o Governo por ocasião da prisão de subversivos, participou de agitações de rua e combateu sistematicamente a Revolução de 1964.

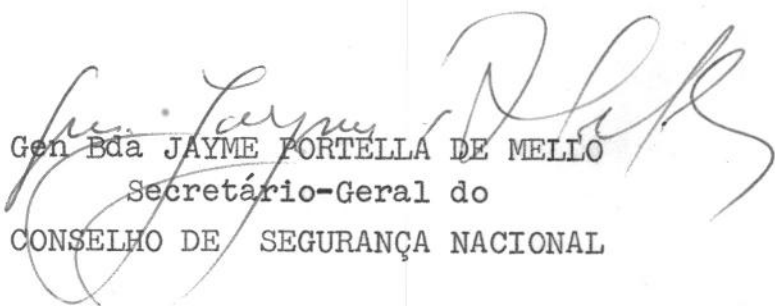
4. Nestas condições, peço vênha sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do artigo 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 012/SG-1/69

- 14 -

Senhor EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO consoante dispõe o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen. Eda JAYME FORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

149. PRO. CSS. 83. 3, p. 29

DOC
"B"

B - F I C H A I N D I V I D U A L



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 029	2. DATA: 30/12/68
3. NOME: EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO	
4. FILIAÇÃO: AUGUSTO AYRES DA MATTA MACHADO MARIANA FLORA DE GODOI DA MATTA MACHADO	
5. DATA DE NASCIMENTO: 14 de maio de 1913	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: DIAMANTINA/MG	
8. PROFISSÃO: Professor - Jornalista - Advogado - Deputado Federal	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA:	

NA: PRO. ESS. 83. 31p. 32

DOC
"C"

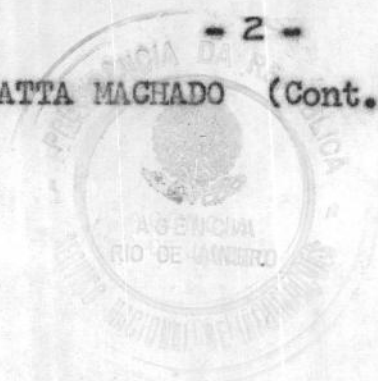
MATA MACHADOHistórico

- Em 30 Jul 67 - Em companhia dos Deputados CELSO PASSOS e RENATO AZEREDO reuniu-se, em Minas Gerais, com diversos líderes sindicais, acertando o entrosamento entre Sindicatos e FRENTE.
- Serão tentadas agitações estudantis e sindicais em Belo Horizonte, quando da instalação do Governo em Minas, em fins de outubro.
- Em Mai 68 - Foi encarregado de organizar o "Manifesto Nacional" com a finalidade de obrigar o Presidente da República a fazer as chamadas "aberturas populares". O documento era baseado num escrito, em certa época, por SANTIAGO DANTAS e num esboço feito por HERMANO ALVES e contaria com subscritores como+ TRISTÃO ATAYDE, SOBRAL PINTO, D. HELDER, D. MARCOS, D. FRAGOSO, RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES etc.
- Apoiou e incitou estudantes em Brasília, quando do incidente na UnB e da invasão ao Congresso, quando ali se reunia o Congresso Latino-Americano. Participou de passeatas, etc.

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO

NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)



12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Federal, eleito para o período / 1966/70, pelo MDB/MG.
- Jornalista.
- Advogado.
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da UMG.
- Foi signatário do "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Indiciado em IPM, remetido pela ID/L a Auditoria da 4ª RM, instaurado para apurar atividades subversivas no Magistério de BH.
- Pertence à esquerda católica radical, atuando no meio universitário.
- É anti-revolucionário.
- Tomou parte no Ciclo de Conferências da FD/UMG, organizado pela Ação Popular.
- Orientador do grupo esquerdista do DCE/UFMG.
- Mentor da J.D.C., nova denominação da Ação Popular.
- No Congresso, atacou violentamente a "ideologia" da ESG.
- Pertence à liderança do Comando Universitário da Ação Popular, em MG.
- Pertenceu à FRENTE AMPLA.
- Presidiu os trabalhos do julgamento, realizado pelo DCE/MG, que condenou o intervencionismo norte-americano no VIETNÃ.
- Ligado a JK e MP. Demitiu-se do Secretariado de MG ao deflagrar-se a Revolução de 64.

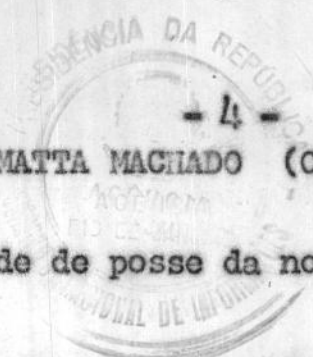


Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

- Participou do Comício de CARLOS LACERDA, em Governador Valadares/MG.
- Participou de passata e agitações estudantis / em BRASÍLIA.
- É membro da Comissão de Mobilização Popular do MDB.
- Atacou, violentamente, o Governo, por ocasião da invasão da Universidade de Brasília.
- Obteve, de seus colegas mineiros, o compromisso de votarem contra a concessão de licença para processar o Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1965 - MAI - Ex-Secretário do Trabalho de MG, foi signatário do chamado "Manifesto à Nação" dos intelectuais.
- AGO - Tomou parte na Mesa que presidiu a Conferência do Professor SOBRAL PINTO, na Faculdade de Direito da UMG.
- OUT - Pronunciou uma conferência na Faculdade de Direito da UMG.
- NOV - Indiciado em IPM, instaurado pela ID-4 para apurar atividades subversivas no magistério de BELO HORIZONTE.
- 1966 - FEV - Pertence à esquerda católica radical, sendo notória sua atuação junto à classe universitária, em particular contra a Revolução e a política / do Governo.
- ABR - Tomou parte no Ciclo de Conferências da Faculdade de Direito da UMG, organizado pela AP. É esquerdista e anti-revolucionário.
- MAI - Indiciado no IPM dos Intelectuais de MINAS GERAIS.
- Presidente do Diretório Regional do MDB de MG.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO (Cont.)

- JUN - Estêve presente à solenidade de posse da nova diretoria da UEE/MG.
- JUL - É o orientador da campanha do grupo esquerdista do DCE/UFMG.
- AGO - Manifestou solidariedade ao Manifesto dos Bispos do Nordeste a D. HELDER CÂMARA.
- NOV - É considerado da "esquerda católica" e, atualmente, mentor da J.D.C., nova denominação da Ação Popular.
- DEZ - Destacou-se na defesa da realização do 28º Congresso da UNE, em BH.
 - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB/MG.
- 1967
 - FEV - Figura como envolvido num esquema juscelinista / para a retomada do poder.
 - MAR - Manifestou-se contra a Lei de Imprensa.
 - ABR - Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, condenou "a ideologia, imposta pela ESG, de opressão ao povo, e cujo exemplo mais flagrante é a Lei de Segurança Nacional". Disse que "a ideologia da ESG é de total subserviência aos EUA".
 - MAI - Tido como o autor do documento "Os equívocos do MCD e as alternativas do movimento estudantil".
 - JUN - Protestou contra a apreensão do livro "Torturas e Torturados", de MÁRCIO MOREIRA ALVES.
 - AGO - Fêz parte da liderança do Comando Universitário da Ação Popular, em MG.
 - Tomou parte nas conferências promovidas pelo / Instituto de Pesquisas e Estudos da Realidade / Brasileira (IPERB).
 - NOV - Manifestou-se favoravelmente ao Manifesto dos / Bispos do Terceiro Mundo.
 - DEZ - Fêz parte do Diretório da FRENTE AMPLA, em MG.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI, DA MATTA MACHADO (Cont.)

- 1968 - JAN - Presidiu os trabalhos do julgamento, realizado na sede social do DCE/MG, que condenou a intervenção norte-americana no VIETNAM.
 - Reuniu-se, com CARLOS LACERDA e outros políticos, para discutir os rumos futuros da FRENTE AMPLA.
 - Designado, por JOÃO GOULART, como seu representante político, em MG.

- FEV - Registrado que: pertencou à ex-UDN; é ligado a JK e a MAGALHÃES PINTO; demitiu-se do Secretariado de MP ao deflagrar-se a Revolução.

- MAR - Participou de passeata e agitações estudantis, em BSB.

- ABR - Participou do comício de CARLOS LACERDA em GOVERNADOR VALADARES/MG.

- MAI - É membro da Comissão de Mobilização Popular do MDB.

- JUN - Na Câmara, leu e apoiou moção de solidariedade a D. HELDER CÂMARA.

- JUL - Participou da passeata estudantil na W-3 / (BRASILIA).
 - Criticou violentamente a Portaria do Ministro da Justiça que proibiu passeatas estudantis.
 - Estêve em BH, manifestando apoio aos estudantes e dirigentes sindicais, nas questões relacionadas aos últimos acontecimentos naquela cidade.
 - Reuniu-se com estudantes e operários, na sede do MDB/PE, para um diálogo, durante o qual foram feitas críticas ao Governo Federal e ressaltada a necessidade de luta pela libertação do homem do campo.
 - Estêve, em CORUMBÁ/MT, em visita a JÂNIO / QUADROS.



Ficha Individual de EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO - (Cont.)

SET - Foi um dos autores do "Manifesto do povo Brasileiro", aprovado pelo Gabinete Executivo do MDB.

- Atacou violentamente o Governo Federal, ao aludir à invasão da Universidade de Brasília./

- Estêve no RECIFE/PE, como membro da caravana da Comissão de Mobilização Popular do MDB, que foi homenageada na AL/PE.

OUT - Durante a prisão do líder estudantil HONESTINO MONTEIRO, tentou dificultar os trabalhos de triagem efetuados pela Polícia.

NOV - Assumiu a liderança do MDB, na Câmara dos Deputados.

DEZ - Obteve de seus colegas mineiros o compromisso de votarem contra a concessão de licença para processar o Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES.

DOC
"D"

D - A N E X O S:

- 1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
- 2 - ARTIGOS, ENTREVISTAS, DECLARAÇÕES À IMPRENSA
- 3 - AGITAÇÕES DE RUA
- 4 - FOTOGRAFIAS
- 5 - RELATÓRIO
- 6 - INFORMAÇÕES E INFORMES

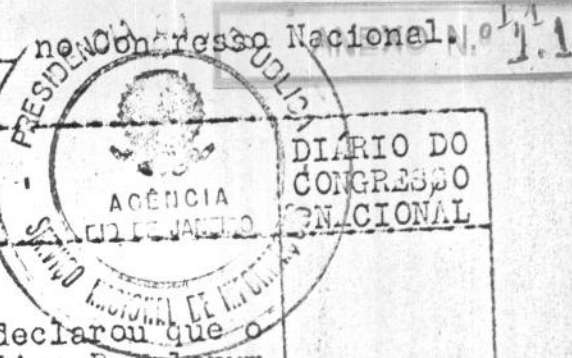
M. PRO. CS. 83.3.P. 42

ANEXO
1

1 - DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

- 1.1 - Resumo dos principais pronunciamentos do deputado EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO
- 1.2 - Críticas à LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, DCN de 30.3.67
- 1.3 - Críticas à FÔRÇA INTERAMERICANA DE PAZ, DCN de 1.6.67
- 1.4 - Críticas à apreensão do livro "TORTURAS E TORTURADOS" DCN de 3.6.67
- 1.5 - Aplausos a manifesto de LACERDA, DCN de 27.9.67
- 1.6 - Aplausos a manifesto da JOC, DCN de 20.10.67
- 1.7 - Lê e aplaude pronunciamentos de D.HELDER CÂMARA, DCN de 26.10.67
- 1.8 - Críticas à ação do Govêrno contra Igreja, DCN de 2.2.68
- 1.9 - Greve de professores mineiros e ocorrência com espôsa de militar, DCN de 7.3.68
- 1.10 - Crítica à ação policial na GB, DCN de 29.3.68
- 1.11 - Crítica à ação do Govêrno na área estudantil, DCN de 20.4.68
- 1.12 - Greve de metalúrgicos, DCN de 23.4.68
- 1.13 - Protestos estudantis na GB, DCN de 2.4.68
- 1.14 - Críticas à nota do CSN, DCN de 20 Jul 68
- 1.15 - Dia do Trabalho, DCN de 30.4.68
- 1.16 - Incidentes na Universidade de Brasília, DCN de 7.6.68
- 1.17 - Críticas às prisões de subversivos, DCN de 5.7.68
- 1.18 - Lê manifesto e defende anistia de estudantes, DCN de 22.8.68
- 1.19 - Expulsão do padre Waulthier, DCN de 30.8.68
- 1.20 - Incompetência da Justiça Militar, DCN de 31.8.68
- 1.21 - Acontecimentos na Universidade de Brasília, DCN de 3.9.68
- 1.22 - Lê e comenta manifesto estudantil, DCN de 4.9.68
- 1.23 - Comenta movimento estudantil em Belo Horizonte, DCN de 03.10.68
- 1.24 - Lê e aplaude manifesto de JUSTIÇA E PAZ, DCN de 23.10.68

Edgard de Godoi de MATA MACHADO



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
27/9/67	Elogiou o pacto de MONTEVIDEU e declarou que o pacto está de acordo com a Encíclica Populorum Progressio, e é uma opção institucional para o problema brasileiro, pois não prega soluções violentas.	Nº 123
25/10/67	Faz parte da Comissão do MDB que compareceu a Juiz de Fora, a fim de verificar condições de encarceramento de presos políticos. Para maiores detalhes, ver ficha do Sen MARCELO DE ALEN CAR. (MDB/GB).	Nº 142
20/10/67	Referindo-se a manifesto lançado pela JOC (Juventude Operária Católica), disse que a Entidade sofreu a repressão mais violenta por parte da contra revolução conservadora e privatista de 1964, e que foram seus líderes, submetidos a toda espécie de tortura física ou psicológica e, afinal, condenados a penas absurdas. Leu algumas denúncias constantes do manifesto da JOC, nas quais se destaca o jargão comunista dentre o qual: "grupos econômicos interessados em se instalar no País"; "capitalismo internacional", "métodos de repressão e tortura", etc.	Supl. ao Nº 140-I
26/10/67	Em Mensagem que D. HELDER CÂMARA enviou a autores da peça lançada no Teatro Universitário Católico de SP (TUCA), sob o título OSA, a qual sofreu restrição da censura. A peça de protesto recebeu elogios de D. HELDER, que declarou ser um "protesto criador". "A peça, declarou o Deputado, é dedicada a 4 jovens que o Brasil inteiro conhece: D. HELDER, D. JORGE MARCOS, SOBRAL PINTO e TRISTÃO DE ATAÍDE. Tem, ainda, uma homenagem póstuma ao padre guerrilheiro da Colômbia, CAMILO TORRES".	Supl ao Nº 144-I
02/4/68	Falou sobre as comemorações do aniversário da Revolução.	Nº 49-I
20/4/68	Falou sobre fenômeno da conscientização das classes estudantis.	Nº 61-I
23/4/68	Falou sobre a greve dos metalúrgicos de MG.	Nº 62-I
05 JUL 68	Em seu discurso entre outras coisas, disse o seguinte: "Neste momento uso da palavra para fazer uma denúncia e um protesto. As prisões continuam. Há, sem dúvida, um esforço do Governo de projetar certa imagem, atrás da qual entretanto, se ocultam o arbitrio e a violência, como se aquele 1º de abril de 1964, a que se chamou Revolução, persistisse em continuar a oprimir o povo, momento aqueles que assumem uma posição de luta pela liberdade e pela justiça".	Nº 108-I



Nº. PRO. CSS. 83. 3. P. 45

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/MG
Edgar de Godoi da MATA MACHADO. no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
20.7.68	<p>Falando sobre a Nota expedida pelo CSN, entre outras coisas disse o seguinte: "Soa estranhamente, como verdadeira ironia um dos itens da nota da Presidência da República após reuniões do CSN: "Governo e povo irmanados". Na realidade, fatos sucessivos demonstram exatamente o contrário: o que há é separação completa entre Governo e povo. As denúncias que venho trazer a esta Casa são o sinal evidente do irremediável divórcio. De SP me chegam notícias, através de informações absolutamente seguras: operários oprimidos, classe teatral desprotegida, eis a síntese dos fatos. Da greve dos metalúrgicos paulistas a Câmara tem tomado conhecimento. Talvez ainda não saiba, entretanto, que o assistente da Juventude Operária Católica, padre Antonio Almeida Soares foi preso ontem. Cometeu algum Crime? Sim, na perspectiva do CSN. Com cerca de 100 outros sacerdotes, o padre Soares hipotecou solidariedade aos trabalhadores de Osasco. Invadido o Sindicato dos Metalúrgicos, ali foram detidos também mais de seis dezenas de operários e entre eles, ainda uma vez um sacerdote, o padre, que também é operário, Pierre Wauthier.</p>	Nº 119-I
22.8.68	<p>Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela URSS, o projeto de anistia dos estudantes e a invasão da Univ de Brasília por policiais, entre outras coisas disse: "quando esta madrugada tivemos a notícia da invasão da Tcheco-Eslováquia por tropas das quais se poderia esperar fossem instrumento de libertação, mas que se manifestaram como expressão de uma grande potência, que deixa por isso mesmo de ser a pátria da mudança social, a pátria do socialismo autêntico, para ser apenas uma grande nação que insiste em manter suas zonas de influência, sentimos que um sonho se desfazia; o de ver na Tcheco-Eslováquia a base e fundamento, o ponto de irradiação de uma espécie de socialismo compatível com as nossas convicções mais profundas, tanto de caráter religioso cristão quanto de caráter político, quando fazemos opção pela liberdade ao mesmo / pela justiça. Ao se desfazer esse sonho de libertação, lembramos que, ontem, o esforço do Governo, empreendido de maneira drástica, extensa e profunda, no sentido de ser recusada a medida de anistia a trabalhadores e estudantes. Infelizmente, muitos estudantes foram privados de comparecer a esta Casa, porque no exato momento em que votávamos, estava cercada por forças</p>	

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/MG
 Edgar de Godói da MATA MACHADO, no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
22.8.68	<p>militares a Universidade de Brasília.</p> <p>São sonhos de libertação que se vão desfazendo. Mas isso não nos retira de modo total e absoluto a esperança. Estamos certos de que e em torno do ideal de liberdade e de Justiça e ainda, sob o estímulo desse sonho de libertação, que se não de levantar todos, no mundo inteiro, pela constituição, pelo estabelecimento de um regime mais humano e mais justo para todos os homens, para todos os povos e todas as nações".</p>	<p>SUP DC Nº 142-I</p>





DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
03.9.68	<p>Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, disse: "auscultemos um pouco, em suas origens, o epíteto nazista da invasão da UnB, na Capital da República. A guerra do regime de 64 contra os jovens universitários e secundaristas tem características menos espetaculares, porém muito mais repugnantes. Nestes últimos dias, o dispositivo militar de repressão e punição acha-se todo ele mobilizado para impedir que a UNE realize um congresso. E o esquema se desenvolve com a utilização de táticas que incluem operações de tortura e de terrorismo material e psicológico, falsidades e imposturas. O Gov atual, que tão facilmente pratica tais absurdos, chegando a incluir o honrado e competente Reitor Caio Benjamim Dias entre os líderes da subversão e ao pobre de mim entre os seus financiadores, o atual Governo ou muda, transforma-se, passa o poder aos mais capazes e conscientes, ou terá de ir enfrentar o povo nas ruas até a eclosão da mal contida revolta numa guerra civil libertadora".</p>	Nº 150-I
30.8.68	<p>Falando sobre a expulsão do Padre PIERRE VAUTHIER disse: "no dia 17 jul 68, em Osasco, o Padre-operário PIERRE VAUTHIER foi preso. Estava ele em companhia de trabalhadores que reivindicavam reajuste salarial. À tarde daquele mesmo dia protestamos contra essa prisão procurando realçar a circunstância de que o Padre Vauthier, na condição de operário, estava realmente onde deveria encontrar-se, isto é, junto dos seus companheiros de trabalho".</p>	Nº 148-I
04.9.68	<p>Falando sobre a repressão feita contra a classe estudantil, disse: "a guerra do Gov a juventude estudantil do Brasil continua, e quem a esta ganhando não é o Governo; ao contrário são os jovens. A cada momento chegamos sinais dessa lenta mas decisiva vitória. Hoje, para que conste dos Anais quero ler uma nota oficial publicada pelo Grêmio Estudantil do CIEM, que corresponde ao nosso collegio universitario. O texto, escrito por um jovem, sem a interferência de qualquer professor ou de alguém que pudesse influir sobre o redator, começa com tres perguntas: "Você viu? ... Você sentiu? Você parou para pensar, tentou ver os fatos?. Sim, colegas, dos fatos importantes tem-se que tirar grandes lições. Desta vez voce não escutou cada um dizer uma coisa. Desta vez voce viu. Nos estavamos em sala de aula. Nós trabalhavamos</p>	



Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED- MDB/MG
 Edgar de Godoi da MATA MACHADO. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
04.9.68	e cumpríamos nosso dever. <u>Nós tivemos nossas aulas, nossos trabalhos interrompidos pela violência, arbitrariedade, ignorância e vandalismo, daqueles que traem o povo brasileiro e invertem seu dever unico et."</u>	154-I
21.9.68	Falando sobre o panorama político-social, disse: "estaremos submetidos, nestes ultimos dias de setembro e nos primeiros dias de outubro, a um teste de autenticidade como representantes do povo. É um período de mobilização popular. Estudantes tentam vencer a marginalização ea opressão, reunindo-se em congresso no qual decidam por si mesmos, fora dos condicionamentos que lhes quer impor o autoritarismo governamental, a que chamam, tranquilamente, a ditadura. Operarios de categorias diversas vao-se esforçar, em luta verdadeiramente heroica, pela revisao de acordos salariais para conquistar um minimo de condições de vida que os liberte do sistema de arrocho e de contenção, responsável pela situação sub-humana em que se encontram. Afirmamos, nesta advertencia, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que estamos solidarios com os movimentos populares em processo. E não fugimos ao dever de apelar para os que detem o poder político e o poder economico. Disponham-se a ir ao encontro do povo."	SUP DC 164-I
25.10.68	Em seu discurso, disse: "o movimento que se intitulou revolucionario, em 1964, esta colhendo agora os seus frutos esparzindo-os pelo Brasil a fora: repressão, punição, prisão e morte para a juventude; opressão, dispensa em massa, silencio, imobilidade, para a classe trabalhadora; inquietação, perplexidade, ausencia de fe e de esperanças, para a classe media; ameaça, estímulo ao pânico, limitação de direitos, restrição a inviolabilidade, para os que exercem mandatos eletivos virilmente procurando interpretar a mente e as aspirações do povo".	188-I

DEP MATA MACHADO
SEN I de 30 MAR 67
PAGINA 823

O SR. MATA MACHADO:

(Sem revisão do orador)

"Na boiada já, ful boi, mas um dia me mon"
Muito gado, muita gente, pela vida segurei
Vivia como num sonho, boideiro era um rei
Mas o mundo foi rodando, nas patas do meu cavalo
E nos sonho* que ful sonha: do se clareando
As visões se clareando, as visões Até que um dia acordei.
Então não pude seguir valente: lugar-tenente
De dono de gado e gente
Porque gado a gente marca tange, ferra, engorda e mata Mas com gente é diferente."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sindicatos sob intervenção, dirigentes operários presos, torturados, exilados, estudantes perseguidos nas ruas, encarcerados, expulsos de suas escolas, impedidos de participar de qualquer maneira na formulação do projeto nacional. Escritores obrigados muitas vezes, para fugir a repressão, a encontrar formas de estilo capazes de transmitir, ainda que subliminamente, suas mensagens. Líderes religiosos, clérigos e leigos submetidos a IPMS, muitos também levados ao carcere, alguns condenados a penas absurdas. Representantes do povo arbitrariamente impedidos de exercer seus mandatos. Homens públicos suspensos em seus direitos políticos, forçados ao silêncio e ao exílio. O terror psicológico a pairar sobre o País inteiro. Restaram-nos, contudo, Srs. Deputados, além da heróica resistência de Congressistas que não se dobraram ao guante do poder nacional autoritário, o verso e a melodia dos compositores do protesto popular. A todos presto homenagem na pessoa de Geraldo Vandré, o autor de "A Lisparada".

O tema deste discurso, Sr. Presidente, é o Decreto-lei 314, de 13 de março de 1967, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, e da outras providências. Trata-se, a nosso ver, de algo mais do que uma lei oriunda de certa faculdade que o próprio Governo se atribuiu, sem consulta à Nação. É um teste revelador, e a síntese ideológica do golpe de estado de 19 de abril de 1964. Desvendam-se nele os misteriosos ideais da Revolução, de que tanto se falou monotonamente no decorrer de três sombrios anos.

Se bem o compreendemos, justificca-se o apelo que dirigimos a esta Casa, ao Congresso Nacional, aos dirigentes políticos, ao povo brasileiro. Está na hora de mudar, como já fizemos de "A Disparada"; está na hora de acordar, pois "as visões se clarearam"; está na hora de tomar consciência da exata situação do Brasil, daquilo que nos impuseram, daquilo que ainda nos pode ser imposto, se não aproveitarmos este instante privilegiado para desencadear o processo de desmistificação sem o qual uma democracia lúcida e aberta nem sequer seria imaginável.

Dois documentos fundamentais nos foram legados pelo Governo substituído no último dia 15 de março. Substituído, dizemos nós, porque desgracadamente não estamos certos de que tenha havido sucessão. O primeiro documento foi o discurso do Marechal Castello Branco na Escola Superior de Guerra; o segundo, este decreto-lei que institucionalizou as idéias expostas naquela aula inaugural. Têm ambos, significativamente, a mesma data. O segundo não é compreensível sem o primeiro. Este pareceria merô exercício de especulação pouco interessante, se não existisse o segundo.

Na aula inaugural do Marechal Castello Branco cometeu um anacronismo curioso: assinalou a Escola Superior de Guerra missão que ela já havia cumprido, a de adotar uma doutrina permanente e coerente de segurança nacional.

A doutrina já se acha formulada, Srs. Deputados. Basta ver as apostilas que a Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais publicou, em seu numero de julho de 1966. E, no mesmo instante em que a missão era assinalada, o Decreto-lei 314 fixava normas que surpreenderam o País e o inquietam ainda, e o inquietará assombradamente, até serem revocadas. Aula inaugural e Decreto-lei têm características que precisam ser evidenciadas, a fim de que a Nação inteira acorde e se prepare para graves decisões e difíceis tarefas. Os dois documentos que, juntos, têm significação maior que a própria Constituição, nascida no atropelo das sessões extraordinárias do comêço deste ano, incluem as linhas mestras de uma ideologia politico-militar contra a qual ainda é tempo, esperamos nós, de por-se o País em guarda. Cremos poder resumir em alguns traços a natureza de tal ideologia. Ela se baseia: primeiro, numa concepção anti-unitária e discriminatória do povo brasileiro; segundo — e é surpreendente isso — num processo de desnacionalização da soberania do País; terceiro, numa opção pelo sistema econômico capitalista ocidental; quarto, num esforço de deter, por todas as formas, qualquer tentativa de mudança social no Brasil.

Fácil perceber o vínculo entre as quatro notas, das quais a principal é, sem dúvida, a terceira. Começamos por esta a denúncia.

Pretende-se, antes de mais nada, atrelar o Brasil à civilização ocidental capitalista. De minha parte, fico feliz por não ver na elaboração ideológica dos contra-revolucionários de 1964 a alusão à civilização ocidental cristã, pois o abuso do termo *cristão*, a identificação entre o cristianismo e a civilização ocidental capitalista chega a ser algo que não hesito chamar verdadeiro sacrilégio.

É na aula inaugural do Marechal Castello Branco que melhor se exprime a nota essencial da ideologia agora desvendada e que estamos a denunciar. Ao falar de segurança ao nacionalismo embora reconheça neste um dos grandes motores da história humana, restringe-o a ingrediente indispensável na unificação de comunidades dispersas, na construção de nações recentemente emergidas do domínio colonial, na galvanização de esforços após guerras perdidas. Certo, acrescenta a enumeração típica na qual o nacionalismo aperece também como um ingrediente indispensável a formar motivação para o desenvolvimento. Excluindo o Brasil das três primeiras hipóteses, não somos comunidades dispersas, não acaba de emergir do domínio colonial. Talvez estejamos, isto sim, — e é doloroso afirmar — imergindo em um novo domínio colonial. Não perdemos guerra alguma, ao que eu saiba. O nacionalismo, então, há de ser considerado, como foi pelo primeiro Marechal, depois de 64, à luz da quarta hipótese, a de ingrediente na formação de motivação para o desenvolvimento. Então, vai o Marechal primeiro surpreender em nosso nacionalismo potencialidades positivas e perigos paupáveis.

Note-se desde logo que, para ele, de positivo o nacionalismo só tem potencialidade. É sobre os seus perigos que o marechal primeiro vai insistir obstinadamente. As potencialidades são, aliás, bem modestas. Vejamos, segundo o texto da aula inaugural,

"Elemento de mobilização de esforços nacionais, de aceitação dos sacrifícios que o desenvolvimento exige, de atenuação dos conflitos de classe". Parece-me, concordar com os Srs. Deputados, antes negativas que positivas tais potencialidades. E os perigos palpáveis quais são? El-os segundo ainda a palavra do Marechal Primeiro: o de evitar a concorrência e manter a posição de mercado, o de dificultar a importação da tecnologia externa, o de manter aprisionados os recursos minerais enquanto não se tem capital para os explorar. Mas, sobretudo, o grande, o tremendo perigo para o qual o marechal tem palavras verdadeiramente frisantes e enfáticas, o grande, o tremendo perigo é de impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente. Aqui o nacionalismo, identificado com o que marotamente o autor da aula inaugural chama de "segurança alienada", passa a ser, diz ele, altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da segurança nacional.

Eis, Srs. Deputados, a base fundamental da ideologia que nos tem sido imposta. Nela a nota antinatalista e discriminatória se evidencia. O povo brasileiro se dividirá, de agora em diante, entre os que a aceitam e os que a recusam, entre ocidentais capitalistas e nacionalistas preocupados com a mudança social, até mesmo entre civis e militares, como e nos militares se pretendesse negar o direito de pensar, nacional e progressivamente, nos problemas brasileiros. Sintomática a sua proposta, singular a discriminação que faz o Marechal Primeiro, Sr. Castello Branco, verdadeira traição do inconsciente entre talento civil e talento militar, a sua aplicação conjunta cometa é a missão de elaborar a política de segurança nacional? Nem tanto, pelo que vamos demonstrar. O autor da aula inaugural da ESG vai ao extremo de considerar "algo irreal no mundo moderno um conceito de segurança eminentemente nacional". Opa, com a maior franqueza e tranquilidade, por "esquemas de defesa associativa em que — diz ele — passamos a pensar em termos de segurança continental". Então, o importante é evitar que se altere "o balanço do poder da América Latina", donde — note-se a insistência — a insusceptibilidade de ser a segurança nacional alcançada "em bases exclusivamente internas", donde ainda, a necessidade da chamada Força Interamericana de Paz, a famosa FIP, pois — diz ainda o Marechal Primeiro "a verdade é que nenhuma das duas superpotências aceitará, impassivelmente ... uma alteração fundamental do balanço de poder numa área de interesse vital". As duas superpotências, sabe-se quais são. Pelo visto, tanto aos Estados Unidos quanto à União Soviética interessaria a existência da FIP. Com ela, o Brasil se integraria, sem maiores sobresaltos, no sistema capitalista-ocidental-norte americano!

A quarta característica da ideologia político-militar patenteia-se agora nítida e agressiva: será preciso fazer tudo para que não se alterem os padrões de vida do povo brasileiro, para que se defenda qualquer processo de libertação em curso a fim de que não saíamos do "american way of life", da camisa de força da segurança dos Estados Unidos da América do Norte. Quer-se consolidar, através de semelhante ideologia, um novo sistema colonial, resultante do "balanço de poder na área de interesse vital" de uma das superpotências, os Estados Unidos.

Eis a inspiração mais profunda do Decreto-Lei nº 314. Nos seus artigos 2º a 4º está condensada a ideologia.

O art. 2º reza:

"A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos quanto externos."

O Sr. Márcio Moreira Alves — Desejaria acrescentar à brilhante análise que V. Exa. vem fazendo da ideologia de submissão do Brasil aos Estados Unidos, que vem sendo posta em prática pela chamada ... SORBONNE, ou grupo da Escola Superior de Guerra, dois depoimentos. O primeiro figura em um livro de Joel Silveira chamado "As duas guerras da FEB"; como jornalista, em 1946, entrevistou um dos próceres da escola que se formava e dele ouviu a seguinte afirmação: "É imprescindível que nós tomemos conta deste País, não apenas para manter a sua segurança, como para impedir que elites podres civis o joguem no caos". Portanto, a raiz é antiga. E, mais, tenho em mãos um livro do então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva, chamado "Planejamento Estratégico", publicado pela Biblioteca do Exército, em 1955. Um capítulo desse livro dá um pista para as impressões digitais do criminoso que perpetrou o Decreto de Segurança Nacional. É o capítulo que trata da formulação de um conceito de estratégia nacional. Diz ele: "O CEM é a diretriz fundamental que, em dado período, deve nortear toda a estratégia da Nação, com vistas à consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos que se manifestam ou possam vir a manifestar-se, tanto no campo internacional, como até mesmo no âmbito interno do País". É, praticamente, a repetição do Art. 2º do Decreto de Segurança Nacional, que V. Exa. acaba de ler.

O SR. MATA MACHADO — É mais do que a repetição: é a antecipação. No decorrer do meu discurso, nobre Deputado, vou mostrar, através de documentos mais recentes, como essa ideologia se foi cristalizando, a partir de 1945, sim, mas principalmente depois de abril de 1964.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Eu queria apenas acrescentar que essa impressão digital demonstra que a localia estava feita, há mais de dez anos, contra as liberdades democráticas do País. (Palmas).

O SR. MATA MACHADO — Agradeço a V. Exa. o aparte e recorro que também, exatamente por isso, a denúncia dessa ideologia me parece da maior importância, porque, se os documentos que a exprimem são recentes, a sua elaboração vem sendo feita, lentamente, pelo menos há vinte anos.

O Sr. Cid Carvalho — A mim me parece que foi de fundamental importância, para o entendimento do que veio a Lei de Segurança, essa brilhante interpretação de V. Exa. sobre o contexto de amarras em que se quer trazer o Continente, especificamente o nosso País, diante de seu destino. E toda esta sua brilhante interpretação me leva a uma análise de um liberal americano, que participou do staff do Presidente Kennedy, Sr. Arthur Schlesinger e, em seu livro "Os mil dias de Kennedy" analisa as tendências dentro do setor norte-americano, quando se pensou na criação da "Aliança para o Progresso". Uma destas tendências era a de que qualquer abertura no sentido da política liberal na América Latina era perigosa em termos de segurança dos Estados Unidos, porque os liberais latino-americanos, sendo incapazes no poder, representavam meio caminho para a entrega de seu país aos comunistas.

O SR. MATA MACHADO — V. Exa. poderá traduzir liberais por civis. Isto é o que me parece mais grave.

O Sr. Cid Carvalho — E essas tendências mais retrógradas ou fascistas, no pensamento americano, iram até, digamos, a defender a melhoria de condições de vida na América Latina, mas achava que essa melhoria em países latino-americanos, só se poderia processar na medida em que houvesse a paz do túmulo, a mordacão, a camisa-de-força, porque os empreendimentos americanos, com a segurança de uma pátria imobilizada, iriam lá fazer os investimentos e, dentro de alguns anos, talvez meio século, talvez um século, iriam propiciando uma melhoria das condições à sociedade de cada país, até que tivesse direito à liberdade, quando fosse uma comunidade civilizada. O que se vê, nobre Deputado Mata Machado, é que essa Lei de Segurança corresponde exatamente à prática, no Brasil, daquelas teorias que dominam os setores mais reacionários da política americana, no sentido de que só a paz do túmulo pode trazer a segurança. Nossa? Não, a segurança do mundo.

O SR. MATA MACHADO — Eu pediria licença para continuar o comentário, depois de agradecer o brilhante aparte do nobre Deputado Cid Carvalho, que veio antecipar, sem dúvida, a modesta interpretação que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gélio Moura) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que só dispõe de dois minutos para concluir sua oração.

O SR. MATA MACHADO — Sr. Presidente, V. Exa. não de permitir que eu tome um pouquinho mais de tempo aos que me ouvem, e eu pediria então aos nobres colegas que, se possível, restringissem os apertes.

O Sr. Paulo Maciel — Permita-me. Quero apenas acentuar que, para mim, o mais válido no discurso de V. Exa., realmente é muito bem construído, é por em jogo o próprio conceito de ideologia. Acho que ainda é válido, não apenas como ideologia secundária no sentido napoleônico, mas principalmente ideologia como condicionamento social. Por isso, eu faria um apelo, como homem novo que se inicia neste Congresso, para que, juntos, qualquer que seja posição de cada um, coloquemos a teoria, até mesmo como conceito de informação, acima da ideologia. Se é certo que há pecado ideológico, podemos nós, civis, fazer a nossa mea culpa, por haver muito de ideologia, ideologia de civis que pretendem construir a segurança nacional na base da própria classe das forças de segurança, como poderíamos demonstrar a V. Exa. E também queria lembrar até que se usou linguagem filosófica, com vigor ideológico. Ahá, V. Exa. mesmo usa o termo de sentido existencialista. Em vez de servir de base unicamente à posição filosófica, a linguagem era distorcida pelos condicionamentos de ideologia. Então, todos nós podemos ter a nossa ideologia no sentido primário Manreimano, termo que V. Exa. compreende muito bem; mas, acima disso, devemos nós todos superar esse quadro de ideologia e os temas convencionais, e procurar construir uma teoria política, válida para o Brasil da nossa geração. Era a minha sugestão.

O SR. MATA MACHADO — Sou muito grato a V. Exa. pelo seu aparte, lamentando apenas que a discussão em termos filosóficos não fosse possível no momento. Seria até

... muito mais do meu gosto do que a discussão política.

Tinha lido eu, Sr. Presidente, o Art. 2º da Lei de Segurança Nacional, e ali há menção, como no texto do General Golbery, hoje Ministro do Tribunal de Contas, lido pelo Deputado Márcio Moreira Alves, aos objetivos nacionais. Tem-se reciamado uma definição desses objetivos nacionais.

Ela está formulada. A Escola Superior de Guerra — cujos estudos objetivos sobre a realidade nacional louvamos, sem preconceitos, mas cuja tentativa de racionalização de uma ideologia antinacional condenamos, às claras — ofereceu-nos exaustivas explicações sobre os chamados "objetivos nacionais". Eis a definição, que pode não ser um modelo de bom gosto mas que é bastante explícita:

"Objetivos nacionais são a cristalização dos interesses e aspirações nacionais, em determinado estágio de evolução da comunidade, cuja consecução e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de toda ordem a seu alcance".

Observo, entre os objetivos nacionais, os ON, como ali dizem no seu parágrafo alçado — existem os ONP, isto é, os objetivos nacionais permanentes, contra os quais nada haveria a operar, pois compreendem "interesses e aspirações básicas da independência, soberania, integridade territorial, progresso material e cultural" (RBEF, p. 16). Por que não foram eles mencionados no Decreto-lei 314? Achamos que, para defendê-los, justificam-se-las normas de segurança — até mesmo as que se contém no Decreto-lei 314, expurgadas de anti-juridicimos e de aspectos constituintes com a evolução do Direito Penal contemporâneo. Mas é evidente que a menção vaga de "objetivos nacionais", sem a nota de permanência, visa a deixar livres as mãos do Poder Nacional (outra frase da ESG), que trataria menos de "defeitar os crimes contra o Estado e a ordem política e social", como está na Lei nº 1.892, de 5 de janeiro de 1952, mas de impor uma carta ideológica de Estado Militarista, todos elementos essenciais tentamos descrever na primeira parte deste discurso.

As teses da ESG (de-las, repito, no número de julho de 1966 da RBEF, sua versão mais recente, pois não é de hoje que elas vêm sendo mantidas no âmbito dos quartéis e sedes), as teses da ESG partem de uma concepção orgânica do Estado que, sabem-nos todos os estudiosos do Direito Público, serviu de base aos Estados totalitários nazista, estalinista e fascista. Tempera-se tal concepção com ingredientes de pensamento político norte-americano, expresso, por exemplo, no pensamento de substituir o conceito de bem comum (será médo de comunismo?) pelo de bem-estar (welfare, Welfare Statef...) (RBEF, cit., pág. 30-31).

Mas, esse organismo "quanto-lanque serve de ponto de referência dos estudos sobre "segurança", "desenvolvimento", "poder nacional", "defesa civil". Há, para os técnicos da ESG, um problema fundamental: o do "fortalecimento do Poder Nacional, em todos os seus aspectos e componentes". Por isso, uma política de desenvolvimento "outra coisa não é (só eles que o dizem) senão a arte de aplicar o Poder Nacional" (ib., pág. 34). Por mais que se afirmem a convergência e harmonia entre Política de Desenvolvimento e Política de Segurança, esta surge, sempre, como a razão de ser daquela (ib., pág. 68). Quando, no mundo inteiro, a idéia do desenvolvimento está ligada à de humanização — aqui lembro a encíclica papal hoje publicada — e a de libertação, a ideologia

dos homens de 64 vai vinculá-la, prendê-la à segurança do Poder Nacional (ou continental...) que é vista pelos tecnocratas da ESG como imperativo de uma racionalização: a teoria de uma guerra permanente, que não há, ou de uma guerra inevitável, que só o seria para os que pensam os problemas humanos à sombra espessa dos engenhos militares. Com isso, o desenvolvimento é fatalmente detido, estancado.

O Sr. Bernardo Cabral — Permitame, meu querido companheiro Mata Machado, apenas um minuto, porque sei que V. Exa. está concluindo seu tempo. Mas já que falou na Encíclica Papal hoje publicada, recorde que, se o Papa Paulo VI fôsse brasileiro, estaria incurso, na Lei de Segurança Nacional publicada pelo Sr. Castello Branco.

O SR. MATA MACHADO — Perfeito o aparte do nobre Deputado.

Outro aspecto grave do Decreto-lei nº 314 é a eliminação de qualquer relativismo no tocante ao conceito de Segurança. Está ele, entretanto, consignado nos estudos da ESG e até mesmo na aula inaugural do Marechal Prímiero, registra o General Eduardo Domingues de Oliveira a definição de segurança nacional "adotada pela ESG":

"Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas psico-sociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdicciona, para a consecução dos Objetivos Nacionais, em face dos antagonismos existentes" (ib., p. 79).

Se a Segurança Nacional tem esse "caráter de relatividade", por que o absolutizar num texto de lei que, por si mesmo, visa à permanência e continuidade? A absolutização legal de conceitos relativos é o próprio caminho, o caminho natural para a emergência da ideologia. E' que, aos de 64, parece que já se não pode por em dúvida o caráter dos antagonismos e pressões contra os quais o Decreto-lei de Segurança minuciosamente arma o Poder Nacional político-militar.

Que são, afinal, esses antagonismos mencionados no art. 2º do Decreto-lei? Lá está na apostila do General:

"Caracteriza-se o antagonismo como um fator adverso que deliberadamente se opõe à consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais".

E, didaticamente:

"Se o antagonismo contiver ou dispuser de Poder, daí poderá gerar-se uma pressão, que é o ato ou efeito de premir; é o constrangimento, é a coação ou mesmo a violência, que se pode manifestar de maneira direta ou indireta, formal ou latente, real ou potencial".

Ora, os antagonismos e pressões cristalizaram-se na "guerra psicológica adversa" e na "guerra revolucionária ou subversiva", mencionadas no caput do art. 3º e definidas nos seus §§ 2º e 3º.

Assim, o Decreto-lei nº 314 do Marechal Prímiero quer impedir os movimentos de opinião (leia-se o inominável art. 38, onde jornal, boletim, panfleto, conversa à porta de fábrica, reunião com alunos de escola, comício, desfile, passeata, ao lado de greve, inúria, difamação, solidariedade a esses "atos" é tudo punido com pena de detenção de seis meses a dois anos, desde que um delegado de polícia ou um simples investigador considere que tais expressões de vida democrática normal atentam contra os "objetivos nacionais"

definidos ou a serem definidos pelos tecnocratas da racionalização ideológica da ESG).

Quanto à guerra revolucionária, põe-se de lado todo um esforço de pesquisa, a que já aludiu desta tribuna o Deputado Hermano Alves, para, simplesmente, considerá-la como aquilo contra que, essencialmente, se dirigem as punições drásticas do Decreto-lei nº 314.

A esse respeito, gostaria de lembrar o exaustivo estudo promovido pelo movimento de Pax Christi, o qual se compendiou em obra de duas centenas e meia de páginas sob o título significativo de "Guerra revolucionária e consciência cristã" (Guerre révolutionnaire et conscience chrétienne, eds. Paz Christi, Paris, -963). Num dos ensaios desse livro, o capelão militar e para-quadista Henri Peninou observa:

"Seria perigoso assimilar pura e simplesmente ao totalitarismo marxista a política de países que, se se utilizaram da técnica da guerra revolucionária, realizaram, entretanto, uma revolução autêntica" (op. cit., pág. 230).

É um abuso de linguagem assinalar ainda o autor, identificar toda guerra revolucionária com os movimentos subversivos que visam à instauração de uma ditadura de classe ou de raça E afirma:

"A reivindicação do pão e da dignidade, da equidade e da justiça é um apelo aos valores permanentes do homem e da sociedade" (ib., p. 234).

Perdoe-me, Sr. Presidente, mas deume grande alegria a manchete com que o "Jornal do Brasil" anunciava a encíclica papal:

"Papa admite revolução para impor justiça social".

Entretanto, o Decreto-lei nº 314 fulmina com o nome de guerra revolucionária, em sentido estrito, todo e qualquer empreendimento de libertação que haja nascido no seio de um povo oprimido, que possa nascer da conscientização do povo brasileiro, quando a população esclarecida e as massas, em nosso País, se convencerem de que é preciso dizer Não! ao processo de satelização ao sistema econômico capitalista-ocidental-norte-americano, a que nos querem submeter os ideólogos de 64, empreendimento, é bom dizer-ló desde já, que pode não ser, por definição, violento, sendo contudo revolucionário.

Apavora ao grupo militar-político que empalmou o poder a hipótese da guerrilha. Na aula inaugural do Marechal Prímiero há tanto quanto cinco referências, em tópicos diversos, as guerrilhas: guerrilhas como elemento a ser tido em linha de conta na conceituação de segurança nacional, guerrilhas como instrumento de luta em face do "impasse nuclear"; como ilustração do "paradoxo" do "conflito do Vietnam"; guerrilhas como tática terrorista. O que não se vê é a mínima preocupação de distinguir entre esforço de libertação nacional e guerra revolucionária, guerrilha ou insurreição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero terminar sem uma alusão a certo conceito, a meu ver, inteiramente falso de democracia, que também se pode ler na aula inaugural do Marechal 1º. Suponho que estará ele inscrito entre os ON da ESG.

Veja-se:

"Para que uma sociedade seja democrática, é preciso que haja livre expressão do dissenso; para que seja viável, é necessário que as áreas de consenso superem as áreas de dissenso."

Se bem entendi, a viabilidade do regime democrático depende da exis-

tência de certa maioria, disposta a dizer SIM (o assenso), seja ao que fôr que desça do Monte Sinal do Poder Nacional. Entre nós, o regime democrático dependeria da sobrevivência e da subserviência da ARENA, sem "guardas vermelhos", nem "frentes amplas".

E há más:

"Vários perigos podem assaltar a democracia nesse processo. O primeiro é a confusão de liberdade com indisciplina, confusão que se estabelece toda a vez que a capacidade de reclamar direitos é superior à capacidade de aceitar deveres."

Sempre se soube que há correlação entre direitos e deveres: *jus et obligatio sunt correlata*. Agora se esta vendo que a Segurança Nacional pede que a capacidade de aceitar deveres seja superior à de reclamar direitos, para que a liberdade não se transforme em indisciplina.

No fundo, o que se quer é manter o *status quo*. Para tanto, aplicar-se-á a velha tática maquiavélica.

Lelo, numa das apostilas da ESG, a corrupção colocada entre os instrumentos da estratégia, quer no âmbito externo, quer no interno..., ao lado da educação, saúde e cultura, da informação, da propaganda e da contrapropaganda e até mesmo da ação subversiva. Quer dizer, para manter a dominação da ideologia político-militar, pode-se ir (se é que não se deve ir) até a corrupção e à subversão! Tudo isso pertence ao misterioso CEN ("conceito estratégico nacional"). Que novidade, então, no apelo final ao "florentino", num *morceau de bravoure* de um capitão-de-Mar e Guerra, de um Coronel Aviador e de um Tenente Coronel, responsáveis pela apostila sobre estratégia nacional. Não me furto, a citar:

"Muitos são agora de opinião que não há coisas mais discordantes e incompatíveis do que a vida militar e a vida civil. Mas se considerarmos a natureza da arte de governar, encontraremos uma relação muito estreita e íntima entre essas duas condições: e que elas não são apenas compatíveis, mas necessariamente ligadas e unidas entre si".

"Isto" — acrescentam os autores da apostila — "foi escrito no começo do século XVI, por Nicolau Maquiavel, em sua obra "A Arte da Guerra". Nosso ensaio, como os demais (novamente são eles que o dizem) constitui prova, entre muitas e muitas outras, de que o florentino tinha razão".

Sr. Presidente, está feita a denúncia de uma ideologia que nos trouxe em suspenso durante três anos e que ainda não perdeu a capacidade de se nos impor drástica e autoritária, se não totalitariamente. Que todos nos "montemos", "acordados" para a realidade nacional, todos — liberais (que serviram ingenuamente nos ideólogos) nacionalistas e socialistas, até mesmo "solidaristas" que se conscientizaram da necessidade de uma revolução autêntica no Brasil.

Não vimos apelar, para um regresso ao passado. Ninguém volta, nenhum indivíduo, nenhuma nação, ao que foi, ao que se inscreveu na história das pessoas e dos povos.

"Apelamos, sim, para uma "volta ao futuro", como o fez a famosa escritora norueguesa Sigrid Undset, após a guerra que a sua pátria não queria, não esperava, e, entretanto, aconteceu. Recusemos o fixismo dos homens cu — conceda-se — de alguns homens de 64. Através dos "instrumentos" que se concentraram nesse Decreto-lei nº 314, o que se pretende e fazer com que o Brasil, páre,

a fim de que uma ideologia (sonho fagueiro de todas as ideologias) imponha modelos a uma pátria por dezenas de anos. Acordemos, Srs. deputados, e, unidos, despertemos o povo para a construção de um futuro livre e altivo.

Ainda está em nossas mãos — por quanto tempo, não sei — deter a opção insurrecional que já fizeram muitos dos nossos irmãos, pelo País e fora, muitos, sobretudo entre os jovens, depois que os homens de 64 ou — conceda-se de novo — alguns homens de 64 passaram a ver em cada jovem um subversivo, em cada movimento de opinião da juventude um estímulo a guerra revolucionária.

A via institucional ainda está aberta para nós. Começemos pela revogação do Decreto-lei nº 314. Continuemos pela revisão total da Carta de 67. Restauraremos, assim, com a liberdade, que é, sobretudo, ato de assumir responsabilidades, o direito de esperar — esperar, ainda que contra toda a aparência de Esperança (Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. MATA MACHADO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se vai discutir, o que se vai votar, é o problema da invasão de São Domingos pelas tropas norte-americanas. O que se vai discutir o que se vai votar, é a organização da Força Interamericana de Paz. E a discussão se desenvolverá no mesmo clima de respeito e de humildade que cercou todo o problema daquela mísciz republicana centro-americana.

Esta informação talvez surpreenda aos Srs. Deputados que, em sua maioria semigrada, só terão tido conhecimento da súmula constante da Ordem do Dia, aqui figurando sob o número 4. A surpresa seria talvez também para quantos, querendo esclarecer-se melhor sobre o assunto, hajam tido em mãos o avulso que se costuma distribuir na Casa.

A surpresa da presença de soldados brasileiros em São Domingos foi daquelas que nos deixou em dado momento, verdadeiramente siderados. Quando tantos problemas havia, à época, para se resolverem no País, fomos inteiramente surpreendidos — insisto — com a informação de que os nossos soldados seriam enviados à República de São Domingos para acobertarem uma invasão que se havia precipitado ali, através de uma precipitada decisão dos Estados Unidos. Ali mesmo naquele país, essa surpresa se refletiu em dezenas e dezenas de publicações, em manifestos e protestos do povo nas ruas.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos votar essa matéria com escassíssimo conhecimento do que sobre ela nos deveria ter sido comunicado. O avulso contém além do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, uma discreta mensagem de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República e uma discretíssima exposição de motivos de S. Ex.^a o Sr. Ministro das Relações Exteriores. Essa exposição de motivos figura em nosso incompleto avulso com o título de "confidencial". A matéria foi levada a Comissão de Constituição e Justiça sob a rubrica de assunto secreto. A discussão que então se travou permitiu por força do trabalho exercido pelos representantes do Movimento Democrático Brasileiro naquele órgão técnico, que S. Ex.^a o Sr. Ministro das Relações Exteriores, desta mesma tribuna, desclassificasse a mensagem, porém, tirando-lhe o caráter formal de mensagem secreta. A verdade, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que a matéria continua secretíssima. A matéria continua, para todos nós, surpreendente, misteriosa e humilhante.

Recordo o que todos sabem. Apenas três países da América Latina enviaram tropas a São Domingos: Costa Rica que é uma semiprovinça norte-americana; Paraguai que é um pequeno país da América do Sul; e esta grande nação, o Brasil. A nossa Pátria, tão carregada de tradições, humilhou-se ao ponto de ombrear-se com os dois povos irmãos no atendimento às exigências dos Estados Unidos da América.

Ao me referir a uma surpresa, lembro-me da condição minha de cidadão comum, quando de repente, me foi dado saber que o nosso País mandaria, como de fato mandou, Forças Armadas à República de São Domingos, depois que ali desembarcaram os famosos marines norte-americanos. Essa surpresa só se desfêz em parte, no dia 13 de março de 1967, quando tive ocasião de ter a aula inaugural do Marechal Castello Branco, na Escola Superior de Guerra. Ali S. Ex.^a sustentou que o problema da segurança nacional não pode ser considerado sob o seu aspecto exclusivamente interno. Ali se defende uma tese, e desta tribuna mesmo já o pude demonstrar, que tem caráter desnacionalizante em relação — o que é mais uma vez surpreendente, em termos precisos — à nossa própria segurança.

Recordo palavras do Sr. Castello Branco, na Escola Superior de Guerra.

Considera S. Ex.^a — vou citar-lhe as palavras — "algo literal no mundo moderno um conceito de segurança eminentemente nacional". Ora, com a maior franqueza e tranquilidade, por esquemas de defesa, a que dá o nome de associativa, em que — e de novo cito-lhe as palavras — "passamos a pensar em termos de segurança continental". Ali procura o Marechal que primeiro nos governou depois de 1964, fundamentar a sua tese, segundo a qual a segurança nacional não é nacional, mas continental, com a afirmação de que o importante é que não se altere a balança do poder na América Latina. Donde, e é com que se verifica que a insistência, ser insustentável a segurança nacional — repito palavras do Sr. Marechal, Castello Branco — "em bases exclusivamente internas". E chego aqui, Sr. Presidente, ao tema central da discussão desta noite. Donde ainda — palavras do Marechal Castello Branco — "a necessidade da chamada Força Interamericana de Paz", a famosa FIP — palavras miúdas — "pois" — e é ainda S. Ex.^a o Marechal Castello Branco, quem diz — "a verdade é que nenhuma das duas superpotências aceitaria impassivelmente uma alteração fundamental na balança de poder numa área de interesse vital".

Todos sabem quais as duas superpotências.

São os Estados Unidos, e a União Soviética. Conclui-se, pois, que nossa presença em São Domingos teria interessado não apenas aos Estados Unidos, mas à própria União Soviética, porque estariam as duas superpotências unidas na preocupação de não se alterar a balança do poder na América Latina.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, São Domingos continuou para nós, além de um tópico de surpresa, motivo de humilhação e de mistério. E a situação permanece tal qual, até hoje. Se já podemos compreender que a ideia de segurança predominante, não se dá apenas durante o período de Governo do Marechal Prímiero, é a de uma segurança associativa ou continental, podemos afirmar agora que continua a situação de humilhação a que foi submetido o Brasil, quando se deixou servir de pretexto ou de cobertura a uma ação, a um ato de violência dos Estados Unidos.

Lembro-me agora, Sr. Presidente, de uma bela frase de Leon Bloy, *souffrir passe; avoir souffert ne passz jamais*. Sofrer passa; ter sofrido, jamais passará.

A humilhação a que foi submetido este País permanece; o sofrimento continua. É por isso, Sr. Presidente, que esta noite vamos votar um projeto sem sequer termos tido os elementos que normalmente se fornecem à Casa, através dos avulsos.

Por que? Porque a nossa humilhação continua, como continua ainda, de igual modo, o mistério. Quem lê a exposição de motivos, confidencial ainda, não mais secreta, de S. Ex.^a o Sr. Ministro do Exterior, verifica que não há correspondência entre o texto do projeto que será aprovado e aquilo que realmente se pretende com ele. O texto, que se contém todo no art. 1º, apenas menciona a abertura de um crédito de NCr\$ 95.025,00, isto é, de cerca de cem milhões de cruzeiros antigos, para atender ao cumprimento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário para o funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz.

Que nos diz isso? Será que já estamos contribuindo para a Força Interamericana de Paz? É o que parece indicar o projeto. É o que indicará amanhã o texto legal. Então, o Brasil será surpreendido com a notícia de que já contribuimos voluntariamente para algo que não existe ainda. Isto é, a Força Interamericana de Paz.

Há, como disse uma completa incoerência entre o texto do Art. 1º, não elaborado nesta Casa, mas que nos foi enviado no projeto pelo Poder

Dep. Mata Machado
de 1/6/67. seção
I - pg 40. Suple.
9

Executiva e aquilo que se informa no primeiro parágrafo da mensagem do Sr. Ministro do Exterior:

"Conforme é do conhecimento de V. Ex.^a, foi constituído, por uma resolução da 10.^a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores datada de 6 de maio de 1965, "A Força Interamericana de Paz" — que aqui liga entre aspas — que contribuiu para a volta da República Dominicana a normalidade democrática."

É um juízo de valor, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que talvez não corresponda ao que de fato pensa o povo da República Dominicana. A referência à República Dominicana não aparece no texto do projeto, não aparecerá no texto da lei. O mistério continua, como a humilhação continua.

Em seguida o Ministro do Exterior pede, simplesmente, a abertura do crédito. É o segundo tópico da mensagem.

No terceiro tópico o Ministro dá notícia de ter ouvido o Estado-Maior das Forças Armadas. Do que o Estado-Maior das Forças Armadas disse esta Casa não sabe, jamais saberá. Apesar da desclassificação da mensagem, feita, desta mesma tribuna, pelo Sr. Ministro do Exterior, continuamos a temer as informações dadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas. A humilhação continua. O mistério persiste.

No quarto item da mensagem S. S. Ex.^a "apreciaria que o Sr. Presidente da República houvesse por bem autorizar a abertura do crédito".

Sr. Presidente, mensagem, exposição de motivos projeto de lei, tudo passou pelas Comissões de um modo bastante discreto. Ninguém examinou a fundo o problema. As duas conclusões que se apresentaram esta noite, através da Mesa da Câmara, não contêm os respectivos relatórios. São, como o próprio Sr. Presidente o disse, as conclusões finais, que aparecem como uma súmula daquilo que se discutiu e de que a Câmara e o povo não terão notícia.

Há, Sr. Presidente, sem dúvida, um compromisso do Brasil, e pesa-me dizer que não devemos cumprir um compromisso assumido pelo nosso país. Entretanto, de minha parte, votarei contra este projeto como um protesto e como uma advertência. Protesto contra a maneira dispersa, difusa e confusa pela qual o Poder Executivo vem tratando esta Casa. Quando não é a enxurrada dos decretos-leis, é a mensagem incompleta, é a sonegação de informações ou é ainda, como todos sabem nesta Casa, a informação dada de certo modo, como na velha política m'neira, ao pé do ouvido. De maneira que muitos dos Srs. Deputados podem ter acesso a determinadas informações, mas estas jamais chegarão ao plenário, isto é, jamais serão transmitidas ao povo, que aqui representamos.

É um protesto, Sr. Presidente, mas é também ainda uma advertência. Sabe-se que o atual Governo, através da palavra do Sr. Ministro do Exterior suspendeu, na última reunião de Punta del Este, um processo de envolvimento dos Estados Unidos, por intermédio da Argentina, para que se criasse, em termos definitivos, a Força Interamericana de Paz.

Naquele momento, o Brasil teve a impressão de que nossa política exterior iria modificar-se. Realmente, o problema da Força Interamericana de Paz não se efetivou, ou melhor, não encontrou a solução desejada pela superpotência que nos domina. Mas agora o mesmo Sr. Ministro das Relações Exteriores é que nos pede um crédito especial de quase 100 milhões de cruzeiros velhos para — está no texto da lei — atender ao funcionamento do Comando Unitário da Força Interamericana de Paz.

Fica então, Sr. Presidente, em texto de lei do Brasil a menção de uma

contribuição da nossa Pátria à Força Interamericana de Paz.

Não discutirei o assunto pelo adiantar da hora e pelo cansaço refletido nos rostos de meus colegas e, espero, no meu próprio rosto. Não insistirei sobre os efeitos normativos da lei que possa resultar da aprovação deste projeto.

Mas registro a presença da referência à Força Interamericana de Paz como algo que o Brasil contribui — e contribui voluntariamente — depois de haver enviado a São Domingos os seus soldados ao lado dos nossos heróicos irmãos do Paraguai e de Costa Rica.

Voto, Sr. Presidente, contra o projeto. Voto, Sr. Presidente, pelo Brasil. (Muito bem, Palmas.)

DEPUTADO MATA MACHADO
DCB 3 Jun 67
PAGINA 2898

deve ser atribuído ao próprio Presidente da República.

Só hoje, alias, Sr. Presidente nos chega às mãos o *Diário Oficial* do dia 31 de maio, em que se publica a Portaria nº 169-B, do Ministro Interino da Justiça, ordenando a apreensão de "Torturas e Torturados", do Deputado e jornalista Márcio Moreira Alves.

Foi bom que o Marechal Costa e Silva assumisse a paternidade da violência. De mim, pelas informações que tenho do Sr. Ministro Interino da Justiça — o diplomata Hélio Antonio Scarabóto — S. Exa. não seria homem de, por iniciativa própria, praticar ato que, não tenho dúvida, será devidamente anulado pela Justiça. E que a fundamentação da Portaria é, com perdão da má palavra, de cabo de esquadria, tal a sua fragilidade, do ponto de vista jurídico.

Invoca-se o manágado Decreto-lei de Segurança Nacional, que o Marechal I deixou atravessado na garganta do Marechal II. Invoca-se o Decreto-lei nº 314 e se dá ênfase ao art. 33, acrescentando-se-lhe uma suposta circunstância delituosa e um advérbio que nele não se contém. O texto diz: Incitar publicamente... a isso, aquilo e aquilo outro. A Portaria menciona, a mais, ofensa às Forças Armadas e incitamento não apenas público mas ainda deliberado enxertos àquela "animosidade" a que se refere, em termos enxutos, o item III do tal art. 33. E há mais: esse item III não é citado no primeiro considerando da Portaria. Quem procurar o texto legal, a que remete em que se pretende bafar a Portaria, imaginará que o deputado Márcio Moreira Alves poderia ser responsabilizado por um a um dos crimes capitulados no aludido art. 33 do Decreto-lei nº 314. Assim, "Torturas e Torturados" seria um incitamento público e deliberado (prejuiza-se a intenção?) a -- vou ler todos os itens do art. citado às c's:

- I — a guerra ou a subversão da ordem político-social;
- II — a desobediência coletiva às Leis;
- III — a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;
- IV — a luta pela violência entre as classes sociais;
- V — a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;
- VI — ao ódio ou a discriminação racial.

O pior, entretanto, é o fundamento invocado para a apreensão do livro. Já o tranqüilo e hábil vice-líder do Governo, o Deputado Leon Peres, procurou, na sua tímida defesa da violência policial, evitar insistência maior no tópico do segundo considerando da Portaria ministerial. Agora, a lei invocada é a de nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, outro instrumento autoritário e para-fascista, herda-do do tempo do Marechal nº 1. Houve, aqui, o cuidado de citar artigo e parágrafo, art. 7, § 2º:

"§ 2º Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão".

Mas, para mal do autor da Portaria — não foi o diplomata Scarabóto, estou certo — a citação ainda saiu errada. O considerando afirma ser "clandestina" a obra de Márcio Moreira Alves. Ora, a clandestinidade, uma das ressalvas à liberdade de "publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos" (art. 2º) não se define no texto invocado, mas, taxativamente, no art. 11, a que o mesmo art. 2º faz remissão, e no artigo

9º, constante de remissão do art. 11. Leiam-se os textos legais:

"Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes";

"Art. 11. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do artigo 9º, ou de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário".

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inepta a Portaria e, por isso, deveria ser ineficaz. Não foi todos sabem, uma vez que a apreensão se verificou. Então, será preciso punir os responsáveis pela violência. A antiga Lei de Segurança previa a punição do abuso de autoridade. A atual, não. Por esta — o Decreto-lei nº 314 — só atentam contra a segurança os cidadãos que fazem insucessos perante o arbitrio e a violência!

Seja como for, há que esperar a decisão da Justiça. Parece que ainda há juizes no Brasil.

O Governo enfrentou o risco a "Aventura jurídica", a que certa vez se referiu o Ministro Gama e Silva. Arque, pois, com as consequências! Ou confesse que a democracia, em que vivemos, democracia inteira, não é; porém, uma impudica e inestética mini-democracia. (Muito bem, muito bem.)

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação) — Sr. Presidente, registra o órgão local, "Correio Braziliense", que, falando aos líderes da ARENA, o Sr. Marechal Costa e Silva discorreu, durante quarenta minutos sobre as dificuldades com que se defronta o Governo, "num esforço para justificar, segundo se apurou — diz o jornal — os descompassos ainda existentes na máquina administrativa. E continua a nota:

"No decorrer dessa exposição, falou, inclusive, da recente apreensão do livro que o deputado Márcio Moreira Alves acaba de publicar, observando que a obra "Torturas e Torturados" fora considerada "subversiva".

Na mesma ordem de idéias — "dificuldades", "descompasso" — o "Correio Braziliense" transcreve a seguinte observação pessoal do Chefe do Governo:

"O Deputado Márcio é um modo inteligente, mas seu livro é subversivo — disse".

Verdade, como de certo é, o que nos conta o diário desta Capital conclui-se que o ato de violência praticado contra o nosso bravo colega

15

DEPUTADO MATA MACHADO
B CB 27 SET 67 - pg 5904

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, é impossível evitar o tema de hoje — o pacto de Montevideu. Certamente voltara o assunto a debate sob os aspectos mais variados. Após o lúcido discurso do Sr. Deputado Doin Vieira, gostaria apenas de destacar um aspecto do documento fundamental, com que se deu ao movimento da Frente Ampla uma extensão e uma profundidade inesperadas. Em quatro palavras se pode resumir o documento: paz, desenvolvimento, liberdade, justiça.

Há uma equiparação entre as noções de paz e de desenvolvimento. Todos sabem que esse foi o tema da *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI.

Há uma vinculação profunda entre liberdade e justiça, sobretudo entre liberdade democrática e justiça social.

Achava de tudo me impressionou, no documento, a opção que agora se faz e que se pode exprimir em dois períodos que destaco:

“Ninguém tem o direito de suprimir, pela modificação, pela usurpação total do poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do País, de solucionar pacificamente

os grandes problemas do nosso tempo”.

É bom grifar-se o advérbio. É bom mais essa alusão à paz, mais essa noção de paz:

“Solucionar os nossos problemas, desencadear o desenvolvimento autónomo do Brasil — prefiro que à idéia do desenvolvimento se ligue essa da autonomia em regime de paz e de justiça”.

E, no final do documento, lê-se:

“Assim, só assim evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil”.

Muitas vezes nesta Casa, Sr. Presidente, referi-me à opção da juventude brasileira, uma opção que se fez duramente, gravemente, maduramente, uma opção pelas soluções violentas, a opção chamada insurreccional. Todos nós, Sr. Presidente, estamos empenhados, sem dúvida, na solução institucional. Esta, porém, só será possível com o apoio integral e definitivo de todo o povo brasileiro.

O que se selou ontem em Montevideu foi esta união entre aqueles que esperam uma solução pacífica dos nossos problemas, de todo o povo brasileiro, de toda a nação brasileira, através, sobretudo, do mundo operário e da juventude nacional. (Muito bem, Pávids).

*aplausos ao
manifesto
frente*

CONGRESSISTA: MATA MACHADO

PROJETO Nº

CAMARA

Nº

SENADO

C de 20/10/67 CD-34-01 Pg. 18

O Nº / de / /

*Aplaudido Manifesto da J.O.C.
Faz críticas ao Documento de 27 de Março*

sofreu — a repressão mais violenta por parte da contra-revolução conservadora e privatista de 1964. Recordo-me de que as suas sedes — lembra-me especialmente a de Belo Horizonte — foram com violência ocupadas e depredadas pelos agentes policiais-militares do golpe de 1º de abril. Líderes da JOC foram caçados, de preferência pelos que ainda hoje insistem em se chamar revolucionários. Alguns que, minuciosamente preparados, atingiram às direções sindicais, viram-se presos, submetidos a toda espécie de tortura física ou psicológica e, afinal, condenados a penas absurdas. Militante operário cristão tem sido e é até hoje, para muitos dos arquitetos da dita revolução, sinónimo de subversivo e agitador.

Agora, a JOC fala. Subversiva? Agitadora? Não, realista e, sobretudo, fiel ao mundo operário. O manifesto resultou de um Inquérito-Campanha — pesquisa — realizado durante um ano inteiro, 1966-67, sobre o tempo livre dos jovens trabalhadores. Publicou-o e dele tirou separata, a revista "Vozes", posta nas livrarias este mês.

Há, desde logo, no documento, um traço inicial digno de realce. Exprime a unidade da classe operária no Brasil. O manifesto solidariza-se com o pronunciamento da ACO do Nordeste, conhecido sob o nome de "Nordeste-Desenvolvimento sem Justiça" — 1º de maio deste ano — e com o manifesto da Juventude Agrária Católica, de 26 do mesmo mês, cujo primeiro item é pôsto em destaque:

"Pertencemos a uma classe marginalizada. As grandes decisões sociais, económicas e políticas do País ignoram o homem do campo, especialmente os jovens. Agora, os trabalhadores e trabalhadoras, documentados ideologicamente na Enciclica *Populorum Progresso* de Paulo VI, revelam dados concretos sobre as condições de trabalho, o desemprego, os valores da juventude operária; e terminam com denúncias e exigências, o que tudo empresta ao documento realismo coragem e recusa à submissão."

A leitura integral do manifesto é o que mais importa. Sublinhe-se, entretanto, que o texto se funda em fatos. Não se trata de um documento teórico, abstrato, tipo "bom-móço". Daí a gravidade das denúncias, num dos tópicos finais. Eis algumas delas:

- Denunciamos a marginalização dos Jovens Trabalhadores e de toda a Classe Operária diante do processo de desenvolvimento do País.
- Denunciamos a Lei nº 5.107 de 13-9-66 que instituiu o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).
- por ser mais uma lei feita em gabinete e imposta aos trabalhadores;
- por ser uma lei que visa, sobretudo, beneficiar os grupos económicos interessados em se instalar no país;
- por ser mais uma lei a serviço do famigerado capitalismo internacional;
- por ser mais um instrumento de pressão que está sendo usado contra os trabalhadores, pois hoje a opção é: optar pelo FGTS ou perder o emprego;
- e, finalmente, somos contra essa lei porque as empresas não aceitam em seus quadros de empregados os trabalhadores que atingem 35 ou 40 anos de idade.
- Denunciamos: e reprovamos a utilização de certos métodos de repressão, tortura e terrorismo, indignos de um País que afirma ser civilizado, democrático e cristão."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a leitura atenta do "Manifesto da JOC" pode estimular uma tomada de consciência que nos é absolutamente necessária ao próprio exercício do mandato. Os jocistas foram corajosos. Enfrentaram o sistema vigente no Brasil. Falaram claro e alto. Quando a classe operária é tida, entre nós, como agitadora ou imatura, manifesto como este constitui uma esperança, não de que o Governo se transforme espontaneamente, mas de que os trabalhadores, junto aos estudantes, aos intelectuais, aos homens públicos que já optaram pela mudança social, transformem o sistema que, sem o confessar, antes dizendo o contrário, nos oprime e nos humilha. (Muito bem)

O SR. MATA MACHADO:
(Comunicação, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, está divulgado o manifesto que a JOC, Juventude Operária Católica, acaba de lançar, através do seu Conselho Nacional. É documento de maior importância, que não pode ser ignorado pelos representantes do povo. Seu texto constará da comunicação que faço agora a V. Exa. e ao País.
A palavra simples e franca dos jovens trabalhadores e trabalhadoras do Brasil reveste-se de especial significação. A JOC foi escolhida pelo País inteiro como organização de trabalhadores que deveria sofrer — e de fato

CONNECISTA: MATA MACHADO

PROJETO Nº

CAMARA

Nº

SENADO

DC de 26/10/67 | CD ~~BRAS~~ Pg 11

DO Nº 1 de 1 1

*le, comenta e
aplaude pro-
múncia
de J. Helder
Câmara*

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação, L.) — Sr. "residência".

Que o protesto de vocês seja, cada vez mais, *protesto criador*". Isto disse o Padre Helder Câmara, Arcebispo de Recife, em mensagem aos jovens, inédita até este instante. É texto de grande beleza e profundidade que não pode ser ignorado por nós, representantes de um povo jovem, mas ameaçados de esclerosamento por apêgo a velhos padrões e a métodos que não se renovam.

Escreveu o Padre Helder como resposta ao porquê da peça O § A que, ontem, depois de um corpo a corpo com a censura, fez a sua estréia em São Paulo. O lançamento da peça é do TUCA (Teatro Universitário Católico de São Paulo) que, em Nancy, o ano passado, obteve o primeiro lugar no Festival Internacional de Teatro Universitário, com o famoso "Morte e Vida Severina". Agora, em O § A, novamente se encontram Roberto Freire, autor do roteiro, Chico Buarque de Holanda, autor da música, e um grupo de jovens universitários. A censura assustou-se com a peça que retrata, em ritmo, coreografia, esquetes, montagem do palco, decoração, o conflito entre adultos, que só cantam em "os" e jovens que só cantam em "ás". De um lado, os que se fecham em estruturas que não querem de jeito nenhum alterar, e, de outro, os que estão a construir um mundo novo, uma nova civilização.

A peça é dedicada a "quatro jovens", que o Brasil inteiro conhece: D. Helder, D. Jorge Marcos, Sobral Pinto e Tristão de Afaide (tem, ainda, uma homenagem póstuma ao padre guerrilheiro da Colômbia, Camilo Torres).

D. Helder, um dos "jovens" assim responde aos autores e atores de O § A:

"Jovens, meus amigos"

Graças a Deus, em todos os lugares e em todos os tempos, os jovens imaginaram, imaginam e imaginarão que são diferentes e que deles vai depender a construção do Mundo...

Mas, sabem? eu estou convicto de que a juventude de vocês coincide, maravilhosamente, com uma triplice juventude: do Brasil, do Cristianismo e do Mundo!...

Deve ser horrível chegar tarde demais a um Mundo todo-feito. Mas isto só sucede com quem carrega a tristeza de não ter olhos de ver e imaginação criadora.

É apaixonante viver no Brasil na hora em que nos cabe despertar e dominar a Amazônia (e não seremos dignos dela, se não a conquistarmos para o Brasil e para o Mundo, para os homens e para Deus). É apaixonante ter o Centro-Oeste e o Nordeste a desenvolver. Apaixonante ter que completar o 7 de setembro e o 13 de maio. Ter que empreender a integração nacional e encontrar soluções, sob medida, para o nosso País.

Vocês são tão felizes que não basta atingir dimensões nacionais: é urgente

partir para a integração continental. É impossível diálogo entre o extremamente forte e o extremamente fraco. Pelo amor da solidariedade universal, para que tenhamos condições de dialogar com o Mundo, impõe-se que:

— perçamos a ilusão de alianças que acabam sendo ajuda de subdesenvolvidos às super-potências;

— tenhamos o realismo e a humildade de, dentro do Continente, mutuamente nos complementarmos, sob pena de renhum dos nossos Países se arrancarem do subdesenvolvimento;

— vivamos o risco esplêndido de prescindir da qualquer tutela;

— evitemos repetir, sobre vizinhos menores, hegemonias e imperialismos que aprendemos a sempre mais repetir.

Continente é pouco para vocês: pensam, sempre, em termos de Terceiro Mundo. Quando começarmos a pagar nossas dívidas para com a África? (Durante 3 séculos, as Américas escravizaram milhões de africanos!). Quando entendermos, na prática, que é obrigação de todos ser irmãos da Ásia, dado que é lá que será perdida ou ganha, em definitivo, a batalha do desenvolvimento!...

O tempo corre contra nós. Mas é preciso história acelerada; que a geração de vocês leve o Terceiro Mundo a sentar, não como Mendigo, mas como Par e Irmão, à Távola enfim Redonda, em que o Mundo se decida a dialogar.

Terra é pouco para vocês. É limitado falar em dimensões planetárias. Vocês desembarcarão nas estrelas. Vocês viverão a liquidação da corrida armamentista e o fim das guerras (não por motivos idealistas, mas, realistas: elas se tornaram totalmente absurdas e impraticáveis). Vocês humanizarão a era eletrônica e cibernética. Escaparão dos robots e atingirão a socialização a serviço do homem e da comunidade, sonhada por João XXIII.

Não se espantem da minha ausência de espanto em face de quanto lhes anuncio: juventude do Brasil é do Mundo, corresponde uma juventude do Cristianismo. O cristão de após Vaticano II é um homem sem medo. Ele sabe que, a partir do instante privilegiado em que surgiu vida humana, o Criador e Pai confiou ao Homem a responsabilidade de conduzir a evolução. Ele se alegra de ver que, depois de o homem, durante séculos, se sentir criança, começa a acreditar no direito e no dever de domar a Natureza e completar a Criação; começa a assumir a direção da História.

Se é verdade que a sombra do pecado introduz o medo, a fraqueza e a morte na terra dos homens, e também verdade que o Cristo veio para viver, por antecipação, a plenitude que o homem atingirá, ajudado pela graça. O Cristo veio porque é mais que humano o esforço de humanizar os sub-homens criados pela miséria e os super-homens desumanizados pelo excesso de conforto. Veio para que o homem não tonteie quando, em breve, as verdadeiras descobertas lhe derem a tentação de julgar-se mais do que o Criador, a tentação de prescindir de Deus.

Cristo é a solução para a nossa irresistível vocação de *deuses*, que está longe de ser pretensão absurda ou sonho vazio. Nascemos para ser *deuses*. E o encontro com o Cristo autêntico — não o deformado, o caricaturado, e irreconhecível — mergulha-nos em plena vida divina.

Um dia, quiseram ouvir a vocês o direito de usar, no Festival Internacional do Teatro, o hino e a bandeira do Brasil. Acontece que o Brasil é de vocês. Mais ainda: vocês são o Brasil.

É verdade que vocês protestam, reclamam, exigem. Mas como negar a vocês o direito de exigir, reclamar, protestar, se vocês não foram consul-

tados para ser jogados no mundo injusto e em guerra que aí está...

O mais que podemos desejar, em diálogo fraterno com vocês, e que o protesto de vocês seja, cada vez mais, *protesto criador*, como quando vocês deram medida plena do que são capazes, imprimindo dimensões planetárias a "Morte e Vida Severina".

O mais que podemos desejar, em diálogo fraterno (clérigos, sem clericalismo, pais sem paternalismo), e que, ao nos darem a faulosa coisa de abertura e de humanismo, vocês tenham um mínimo de paciência com os que foram gerados e alimentados em clima de fechamento e de egoísmo.

Repararam a audácia com que, do começo ao fim da carta, me misturo com vocês?

Nem juventude é simples ausência de ruga e cabelo branco, nem vitória é mero avanço em anos. Vocês sabem que ser moço é ter uma causa a que dedicar a vida.

E nós temos uma triplice causa com que deixar a nossa transbordante: viver, como brasileiros, a juventude do Brasil; viver, como homens, a juventude do Mundo; viver, como cristãos (e Cristo não é monopólio de ninguém, veio para todos) a juventude eterna do Cristo.

Se alguém sentir cheiro de sermão nestas palavras ou achar que arredondei o fecho, pode cortar o final, mas saiba que perdeu o melhor da mensagem fraterna. (Muito bem.)

DEPUTADO MATA MACHADO

DCN 2/2/68
pg 522

finals da sessão legislativa de 1967, sobre as relações entre a Igreja, isto é, o povo cristão, e o atual Governo. Fatos diversos se colocaram em foco. Lembrem-se, posto de parte o propósito de minudenciar, o fechamento, em S. Luis do Maranhão, de uma estação de rádio sob a responsabilidade da Cúria Metropolitana; ataques intempestivos ao Bispo de Cratêus, D. Antonio Fragoso; acusações generalizadas às autoridades eclesásticas do Nordeste, tidas, por um pró-homem do movimento de 1964, como subversivas e agitadoras; o vasculhamento policial-militar da sede episcopal de Volta Redonda; prisões de um diácono e de alguns seminaristas, entre os quais trabalhadores da Usinas Siderúrgica Nacional; escaramuças a certas manifestações da juventude e da massa operária, que tinha apoio ostensivo de organizações e líderes religiosos, em Salvador, Belo Horizonte, Guanabara, São Paulo e Porto Alegre. Ninguém ousou por em dúvida os fatos. O que os defensores da sistema governamental vigente tentaram foi justificar tais investidas do Poder contra a ação pastoral de Bispos e Padres, contra as opções políticas de jovens e de trabalhadores cristãos. No fundo, com exceção dos episódios de Volta Redonda, que suscitaram a publicação de importante documento da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, procurou-se individualizar os fatos, considerá-los meramente episódios, reduzir-lhes a significação.

Entretanto, não eram novos os fatos nem as tentativas de interpretá-los. Quem dentre nós, Srs. Deputados, não foi testemunha de violências dos responsáveis pelo golpe de 1964 contra organizações cristãs, católicas ou vinculadas a confissões religiosas diversas quando da fase punitiva mais exaltada do movimento que se chamou revolucionário? Vasculharam-se, então, sedes dos movimentos de juventude (JUC, JOC e JAC), colocou-se sob suposição o MEB (Movimento de Educação de Base), de cujos participantes muitos foram submetidos a IPM, ameaçados, exilados; tentou-se equiparar ao comunismo a Ação Popular, iniciativa de vanguarda de militantes cristãos no campo político; prenderam-se padres, pastores, leigos atuantes, apreedram-se nas bibliotecas encíclicas de João XXIII, Papa "esquerdista"; empreendeu-se campanha, que parece, chegou até Roma, contra o Arcebispo de Recife, Padre Helder Câmara.

Certo, o início da segunda fase do governo dito revolucionário coincidiu com a publicação da *Populorum Progressio* (26 de março de 1967), saudada pelos novos dirigentes do sistema, com precipitada euforia. Houve aí, por algumas semanas, talvez por uns escassos meses, certa distensão. Ouviram-se algumas afirmativas, um tanto ou quanto abstratas, referentes à "meta homem", à "pacificação", à retomada do processo democrático e, mais recentemente, ao "desenvolvimento". Durou pouco a distensão. E, agora, os IPMs voltaram a expandir-se. Num diles, figurou, entre os nomes de alguns intelectuais, a que não faltaram dois representantes do povo nesta Casa, Deputados — Hermoano Alves e Márcio Moreira Alves, o do grande crítico literário, do nosso maior pensador, nos planos filosóficos, religioso, social e político — Azeu Amoroso Lima, que, ao se anunciar o IPM, se encontrava em Roma, participando de reunião da Comissão Pontifícia pré Justiça imprudentemente nomeado que fora pelo Papa Paulo VI, sem consulta aos "arquivos implacáveis" do SNI... E as denúncias dos famosos Conselheiros Permanentes de Justiça foram-se sucedendo. Em Minas (IV Região Militar) caminhou-se ao banco dos réus a maior expressão intelectual da Companhia de Jesus, no Brasil, senão em todo o mundo o Padre Henrique Cláudio

de Lima Vaz, acusado do "crime" de ter elaborado o documento base da Ação Popular. Com ele a denúncia atingiu alguns dos mais atuantes militantes leigos católicos de Minas, dos quais posso destacar Antonio de Oliveira Lima, que, aliás, está com os seus direitos políticos suspensos, e o advogado trabalhista Cassio Gonçalves. Tudo voltou como dantes, no Quartel de Abrantes em que, aliás, se quer transformar o Brasil.

2. Estes, e mais os fatos de que se ocupou a Câmara nos fins de novembro, recebem agora a interpretação "oficial" a que já se tinham mostrado fiéis os líderes do Governo. Em resposta a uma advertência realista do nosso colega e prócer do partido contra-revolucionário (a ARENA), Rafael de Almeida Magalhães, o próprio Presidente, Marechal Artur da Costa e Silva, expendeu-se lapidarmente:

"Jovem, diz o senhor que a juventude está contra nós. Que todo o mundo, que os operários todos nos hostilizam! Não estará o ilustre amigo tomando a parte pelo todo, os exibicionistas pelas comunidades, os agitadores revanchistas pela classe a que pertencem?" (Carta, Jornal do Brasil, 24 de janeiro de 1968).

3. Fatos, fatos, interpretações, interpretações! Que existe afinal? Um conflito entre a Igreja e o Estado? Uma crise de relacionamento? Uma questão religiosa? Tudo isso mas, fundamentalmente, uma "distância", um descompasso entre as atitudes da Igreja e as dos eventuais grupos dirigentes do País. A Igreja antecipa-se, o Governo regride. A igreja toma consciência de um mundo novo em construção, sob o signo de um novo humanismo, enquanto o Governo vacila entre o apego a um liberalismo econômico que já cumpriu, sob o capitalismo, o seu papel histórico, e um autoritarismo reacionário que só consegue sobreviver nos países que ainda não entraram na segunda metade do século XX, como a Espanha, Portugal e alguns outros, cada vez menos numerosos.

4. A situação é de agora? Acentuaram-se os seus característicos, depois de contra-revolução de 1964. Mas o descompasso não é de hoje. Há muito, a Igreja Católica e outras confissões religiosas se vêm capacitando ao sentido novo da sua presença no mundo, não abstrata, mas concretamente, pois os seus pés se firmam no chão em que estão vivendo. Conscientizam-se das transformações que se devem verificar Brasil, para que este se possa situar na civilização que a revolução do nosso tempo começa a erigir.

Deter-me-ei, em rápidos traços, no processo de conscientização da Igreja Católica, a que pertence e da qual me sinto cor-responsável, por mais que me sinto co-responsável, por mais que me sinto representável. Seria difícil abarcar todo o processo. Um dos mais importantes servidores da igreja em renovação no Brasil, com posto de reitor na CNBB, o Pe. Raimundo Camurú de Barros, fornece-nos alguns elementos que nos servirão de guia.

A opção da Igreja Católica, em nosso país, pelas reformas de base e a promoção do homem brasileiro, sobretudo do trabalhador, data de um Congresso Eucarístico, realizado em Manaus, há mais de um quarto de século, em 1942. Ali, já então, fora exposta e debatida a questão da reforma agrária. Outra data significativa é a de 10 de setembro de 1950, quando o Bispo de Campina, Minas, D. Inocêncio Magalhães, ao término de uma Semana Rural, lançou Carta Pastoral de grande importância. Em seu texto trabalhou um dos nossos ilustres colegas, o Padre Godinho, hoje representante de São Paulo na legação do MDB. O título do documento diz bem da atitude nova: "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma

O SR. EDGARD MATA-MACHADO
(Como Líder - Lê) — Senhor Presidente, muito se discutiu, aqui, nos

rural. E a nossa Igreja não se detém mais. Sucederam-se reuniões e pronunciamentos que foram realizados agora, sem interrupções, sem mais, de subversivos e agitadores: Rio Grande do Norte, 1951, onde a promoção do desenvolvimento foram o tema dos Bispos e de alguns leigos já despertados para assumir responsabilidades; no ano seguinte, 1952, outra vez na Amazônia, preocupada a Igreja com a "valorização econômico-social" da região e chamando a si tarefas no tocante a "saneamento e saúde, educação, imigração e colonização". Fora esse o ano de criação da CNEB, instalada no Rio de Janeiro, — de 14 a 17 de outubro de 1952. Quatro anos depois, 21 a 26 de maio de 1956, o primeiro grande encontro do Nordeste, em Campina Grande (Paraíba). 1957. Belém (Pará), 1958, Natal (Rio Grande do Norte). (O tema é, invariavelmente, o de conhecer a realidade "ver, julgar e agir"). Nasce o CODENO, organismo incumbido de preparar a SUDENE, Presidente da República, que tinha o "senso da história", traço fundamental do estadista, Juscelino Kubitschek, em vez de mandar prender os bispos (mas estávamos em regime democrático, não?), reconhece, ao fundar o CODENO:

"Esta iniciativa do Governo Federal, e devida, força é proclamar, à inspiração caridosa da Igreja e ao desejo enérgico de salvar da miséria tantos patifícios nossos, manifestado pelos pastores espirituais do Nordeste, desde o primeiro encontro de Campina Grande".

O Movimento Nacional de Educação de Base, o MNB, por "subversivo", praticamente deixou de existir, desde o 1º de abril de 1961. Foi oficialmente integrado na CNEB, por iniciativa de outro "suspeito" de agora, D. José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju, em 8 de novembro de 1960, mas as duas escolas radiofônicas já funcionavam, desde o ano anterior, na Arquidiocese de Natal, então sob a direção de D. Eugênio Sales, que, há pouco, andou reunindo uns leigos meio perigosos, em Salvador, com a presença até de deputados do MDB, como os "suspeitíssimos" Oswaldo Lima Filho e João Borges. Em 21 de março de 1961, o Governo, bem mais "revolucionário" do que o de hoje, assina convenção com o Episcopado Nacional. Dois anos depois, o MNB (olhem o perigo!) já atuava em 60 Dioceses, com 7.353 escolas radiofônicas.

A "subversão" (segundo o juízo dos "revolucionários" de 1 de abril de 1961) não se detém. Ainda em 1961, setembro, grupos de bispos lançam o manifesto pró-Sindicalismo Rural, que, nascido em Natal (Rio Grande do Norte), rapidamente se espalhou pelos Estados do Nordeste e, mais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pará, Rio de Janeiro, com a criação das Frentes Agrárias. Em dezembro do mesmo ano é o Episcopado Paulista que opta pela reforma agrária; antes, opção idêntica haviam feito os bispos e leigos católicos da região do Rio Doce, em Minas, quando de reunião (4 a 7 de julho de 1961) na cidade de Coronel Fabriciano, coração da zona siderúrgica.

Al, a "subversão" (continuo a explorar o juízo dos "alienados" de 1º de abril, recebe o apoio de Roma, pois João XXIII publicara a Encíclica *Mater et Magistra*. Nossos bispos não se apavoraram não. De 3 a 5 de outubro de 1961, reúne-se a Comissão Central da CNEB e lança documento que já não se limita a analisar o problema, mas abre perspectivas concretas ao desenvolvimento, segundo a relação aberta levantamento feito pelo Sr. Caramuru:

— a implantação, no meio rural, de uma infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento;

— a modernização das técnicas agrícolas;

— a absorção, em outros setores de atividade econômica, da mão-de-obra liberada pela modernização progressiva da agricultura;

— a promoção de uma política econômica rural, abrangendo o regime fiscal, o crédito, o seguro social, o controle dos preços, o desenvolvimento das indústrias de transformação, a modernização dos estabelecimentos agrícolas.

E o documento recomenda a Ação Católica Rural, a sindicalização rural, as Frentes Agrárias e o Movimento de Educação de Base, todos esses invariavelmente considerados subversivos após 1964.

Ainda na linha da revolução em processo, contra a qual se levanta a contra-revolução de 1964, reunião das 3 províncias eclesiásticas de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 19 a 21 de dezembro de 1961; tema, a promoção do homem rural; de 8 a 15 de janeiro de 1962, dos bispos e preladados de Goiás; tema, promoção familiar e apoio à sindicalização rural, através da Frente Agrária Goiana; 5 de abril do mesmo ano, assembleia do Episcopado Brasileiro, lançamento do Plano de Emergência; tema, atuação da Igreja no campo sócio-econômico; 13 a 14 de julho ainda de 1962, reunião da Comissão Central da CNEB; tema, urgência das reformas de base, anúncio de diretrizes doutrinárias.

Outra vez *Roma loquitur*. E' que João XXIII publica *Pacem in terris*, abril de 1963. Nova reunião da Comissão Central da CNEB e publicação de documento sobre o qual vale a pena a gente se estender um pouco. Sua data? 30 de maio de 1963. A *Pacem in Terris* inspira a mensagem. Ao meditar sobre a Encíclica, os Bispos têm diante de si a realidade brasileira. Reconhecem-lhe aspectos progressistas, mas é o subdesenvolvimento que a caracteriza. A paz deve ser fundada na ordem. A ordem vigente no Brasil, por exemplo? Desta, diz o documento de 1963:

"Ninguém pode pensar que a ordem em que vivermos seja aquela anunciada pela nova Encíclica, como o fundamento inabalável da paz. Nossa ordem é viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista, que dominou o Ocidente nos séculos passados. E' uma ordem de coisas na qual o poder econômico, o dinheiro ainda detém a última instância das decisões econômicas, políticas e sociais".

"Ninguém pode supor — lê-se um pouco mais adiante — que tal ordem de coisas seja outra ordem cristã". E poderia vir a sê-lo? Sim. "Para vir a ser tal — afirmam os mais altos responsáveis pela Igreja no Brasil — exigem-se profundas e sérias transformações, cuja concretização não pode ser mais adiada".

O movimento de 64 adiou. E os Bispos o previram. (Já, de certo, não lhes escapavam os sinais da contra-revolução). As "transformações inadiáveis" que preconizavam e cujos princípios doutrinários então expuseram, compendiam-se em seis "reformas de base": a reforma rural, a reforma da empresa, a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral e a reforma educacional.

Adiar a concretização das reformas de base traria consigo, segundo os signatários do documento de 1963, "a surpresa de subversões inatrevíveis". Por quê? Pela presença, aquela época, de quatro atitudes negativas, então descritas. Resumo-as da baixo para cima.

A última seria a de grupos que "levados por ideologia extrínseca" queriam "instalar no país um regime totalitário estéril".

A terceira a de "grupos que, aproveitando-se do anseio comum de reformas" moviam "agitação estéril e destrutiva".

A segunda, a dos que se apossavam "em programar e discutir reformas cujo conteúdo pleno e repercussões a longo prazo interessam-lhes menos do que as conveniências de momento ou as soluções paliativas para as injustiças mais gritantes".

A primeira atitude é descrita como a dos que "fascinados pelo progresso material da ordem capitalista, sem sentir as consequências de seus erros, ou talvez receosos de perder as vantagens que possuem, tudo fazem para manter o status quo".

Ora, é inegável que estas as segundas supervalorizaram, pelo exagero publicitário, a "agitação estéril e destrutiva" que acompanhava o processo da revolução brasileira e as possíveis intenções de impor o totalitarismo estatal. Criando o ambiente de reação, o grupo conservador à *outra*, unido ao dos tímidos que optavam pelas soluções paliativas de escasso conteúdo e mínima repercussão, foi o vitorioso de 1º a 9 de abril de 1964 e de 27 de outubro de 1965. Um deles, num rasgo de sinceridade insulativa, deu a esse duplo golpe de Estado o nome que de fato e de direito lhe convém melhor: o de contra-revolução. E um dos autores do anteprojeto de Constituição, que se iria transformar na Carta de 1967, assinalou a sua condição de "conservador" como, disse ele, "conservadora era a revolução".

Observe-se que, mencionadas as quatro atitudes existentes nos meados de 1963, os Bispos, embora sem o dizer expressamente, optaram por uma quinta, segundo se lê no final da primeira parte do documento:

"Qualquer dessas atitudes importaria em abandonar o ponto capital: a recuperação do homem oprimido, a sua inserção numa sociedade de acordo com a perspectiva evangélica, que defende seus direitos, inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade, ao mesmo tempo que o faça responsável pela construção de sua própria história, chamando-o, também, à construção do Reino de Deus".

5. A Igreja teve alguma resposta? Teve, mas a resposta não foi ouvida. Ela se contém na Mensagem que o Presidente João Goulart enviou ao Congresso, quase um ano depois, a 15 de março de 1964, mas da qual, ao que sei, ninguém praticamente tomou conhecimento. No entanto, é documento que há de figurar, com dignidade, na história política do Brasil, depois que a contra-revolução se houver desfeito, ao impacto da aceleração das mudanças social por que irresistivelmente temos de passar, pois o Brasil não ficará, de modo algum, à margem do mundo novo em construção.

"Desejo (está na primeira página do documento de que hoje pouquíssimos se hão de lembrar) desejo que esta Mensagem ao poder legislativo seja, por igual, uma condenação a todos os brasileiros mídicos e progressistas, para que, cada vez mais unidos e determinados, nos coloquemos à altura do privilégio, que a história nos reserva, de realizar a nobre tarefa de transformação de uma sociedade arcaica em uma nação verdadeiramente democrática e livre". Todo o texto da introdução é uma ação pelo desenvolvimento, para a libertação do atraso da ignorância e da miséria, a necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais, a "luta pela renovação pacífica da sociedade brasileira". Por quê então? Pelo golpe? Não é o que leitamos não se pode concluir de leitura do texto. O ainda Presidente pode, sem dúvida, a "reforma constitucional capaz de superar os óbices ao pleno desenvolvimento de nossa Pátria". Mas "o caminho brasileiro de desenvolvimento pacífico e da maturidade de nossa democracia" queria ele que o percorréssamos "sem o risco da convulsão social, com a preservação da ordem e a salvaguarda das garantias democráticas e com a fidelidade que todos os povos às tradições cristãs do povo brasileiro".

— pp. L. e LI). Propõe, sim, as reformas de base, a agrária, a política, a universitária, a legislativa, mas reiteradamente as entrega à competência privativa do Congresso.

No ambiente não havia coisas para ouvir o que então, se disse. Os grupos conservadores e antidesenvolvimentistas já tinham, à hora, o controle dos quartéis, depois se concentraram, nas mãos, a quase totalidade dos órgãos de comunicação de massa.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Deputado, no belo discurso que V. Ex.^a profere — e tão documentado — permita que lembre à Casa um episódio. Quando chegou esta mensagem, grupos dos mais conservadores levantaram-se e protestaram. Pretendiam, inclusive, que a Mesa do Congresso não a recebesse, por subversiva e por sugerir emendas à Constituição da República. Era o pensamento democrático de que o Presidente da República não podia sugerir emendas à Constituição. Os mesmos, posteriormente, aprovaram a "que-de-caixa" uma falsa Constituição que assegura ao Presidente da República, entre outras enormidades, enviar emendas à Constituição ao Congresso.

O SR. MATA MACHADO — Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte, que me tirou uma dúvida do próprio orador. Quando pesquisei, nesta Casa, a última mensagem do Presidente João Goulart, fui informado de que ela nem se quer havia sido lida neste Congresso. Pelo visto, a reação que se organizou então era já o combio entre o conservadorismo e o antidesenvolvimentismo, que são os pais do golpe de 1964.

5. Aconteceu o inevitável. E o trabalho da Igreja? — Que é afinal o tema do meu discurso. Atingida pela violência da reação, a nossa Igreja adota atitude de reservada prudência. Não abandona a opção pelas reformas de base. Reafirma-a ao contrário, na mensagem de 13 de abril de 1964, assinada pelos Bispos do Nordeste, reunidos em Recife, por ocasião da posse do Padre Helder Câmara. Toma conhecimento então da "nova ordem política estabelecida no país, apelando para um esforço em prol do bem-comum, da promoção do homem, advertindo contra os riscos de injustiças e restrições à liberdade". Expressavam-se assim:

"Manifestamos, como Pastores, um duplo anseio: que inocentes, eventualmente detidos em um primeiro momento de inevitável confusão, sejam quanto antes restituídos à liberdade; e que mesmo os culpados sejam livres de vexames e tratados com o respeito que merece toda criatura humana".
Registra o P. Caramuru a reunião da Assembléia Geral da CNBB, entre 27 e 29 de maio de 1964. E resume:

"A declaração, promulgada nessa oportunidade, reafirma a posição da Igreja em face do Estado, como atitude de colaboração em tudo que diz respeito ao bem-comum, na mesma linha de dignidade, elevação e desprendimento que têm marcado, constantemente, a história do Episcopado no Brasil. Reitera o seu apoio às reformas de base, (maio de 1964) cujas linhas fundamentais já se haviam explicitado em documentos anteriores, mas, principalmente, hipoteca seu apoio decidido a movimentos católicos, como a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base e, também, a Bispos, sacerdotes e fiéis, às vezes, injustamente acusados" (P. Raimundo de Barros: Brasil, uma Igreja em Renovação pp. 16-17).

Se muitos militantes cristãos gostaríamos de ter ouvido palavra mais enérgica, o governo só se contentaria com uma impossível adesão.

E que a luta da Igreja, na arrancada pela libertação do subdesenvolvimento, agora se travaria sob ameaça. Ela não podia, porém, de forma alguma, voltar atrás. Acontecera o Concílio Vaticano II. O choque de mentalida-

des talvez se atenuasse, desaparecer não desapareceria.

No Brasil, tornou ela a viver as primeiras experiências determinadas pelo Concílio, numa continuidade da sua própria ação pre-conciliar, so que, a partir de agora, mais livre, na órbita da sua competência, pois contando cada vez menos com o Governo, no Poder Temporal, com as classes dirigentes, o Poder Econômico, dado que o Concílio foi um reencontro da Igreja consigo mesma foi um "agioramento", uma atualização, que se sucedeu até mesmo a uma auto-crítica sincera, uma volta para o futuro, uma opção revolucionária, que só os chamados "revolucionários" de 1964 não estão ainda em condições de compreender.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Nobre Deputado Mata Machado, V. Ex.^a, com a documentação que traz e os textos que cita, demonstra ser antiga a preocupação dos cristãos, no Brasil, com a situação do nosso homem. Demonstra também que esta preocupação se torna preponderante a partir, digamos, de 1960, a partir do "aggiornamento" a que V. Ex.^a se refere. E a razão para isto parece-me simples: é que estamos vivendo um daqueles momentos providenciais que os gregos chamam de "Kairos", em que a ação da Providência interpenetra as estruturas religiosas, e principalmente a instituição humana, que é a Igreja católica, em seu funcionamento, para inspirá-la à sua convocação essencial, que é, realmente, a convocação do homem como o objeto da salvação, como beneficiário da encarnação. No Brasil, esta hora providencial que sentimos não é percebida pelas classes dominantes no poder, e procuram elas, para manter seus privilégios, o velho argumento de que a Igreja deve cuidar das almas. Ora, não existem, ao que eu saiba — e nisso concordo com o grande dominicano Frei Mateus Rocha — almas andando por aí. O que anda por aí são homens na miséria, oprimidos. E a estes homens que o compromisso dos fiéis do povo de Deus se refere, é para estes homens que o povo de Deus busca a salvação, e esta busca de salvação entra, fatalmente, em conflito com os que desejam mantê-los oprimidos.

O SR. MATA MACHADO — Nobre colega, agradeço comovidamente sua contribuição a meu discurso, tanto mais quanto V. Ex.^a me traz uma conotação teológica que talvez fosse da minha preferência secreta.

Mas, comentando suas palavras, gostaria de lembrar que o descompasso entre os atuais dirigentes brasileiros e a ação da Igreja — que vem acentuadamente, como disse V. Ex.^a, desde 1960, mas que data, como procurei mostrar, de 1942, isto é de mais de 1/4 de século — resulta de que a maioria dos nossos dirigentes, ainda que batizados, cristãos e católicos, estão na era constantiniana, quando nós, afinal, já estamos numa era em que, realmente, o importante é assinalar a liberdade e a independência da ação da Igreja em face da autoridade.

O Sr. Gastone Right — Permita-me. Ao ouvir V. Ex.^a, escodem-me alguns pensamentos, e um deles em torno do Governo que aí está. Dizem os nossos egeneracionadores que a Oposição não compreende as boas obras e as boas intenções do Governo. E eu diria que é nas luzes do seu discurso que se vê quanto este Governo está distante da arte de bem governar. Este é um Governo que não acompanhou a evolução dos acontecimentos na História, um Governo completamente marginalizado do avanço do pensamento moderno. Em verdade, não compreendeu que a Igreja já havia adentrado o pensamento mais avançado. E, quando os bispos do Terceiro Mundo firmaram num manifesto — que deverá ser antológico — a sua posição, isso nos impôs que

aqui leíamos alguns trechos: "Os povos do Terceiro Mundo formamos proletariado da humanidade atual, explorados, pelos grandes e ameaçados em sua própria existência por aqueles que, sozinhos, se arrogam o direito, porque são os mais fortes, de serem os juizes e os policiais dos povos materialmente menos ricos. Ora, nossos povos não são nem menos sábios, nem menos justos que os grandes deste mundo". Muitos se iludiram com a Igreja Católica; muitos pensaram que nós, católicos, estívéssemos, na verdade, com a intenção de acobertar a opressão dos poderosos sobre os mais fracos. Mas a doutrina social da moderna Igreja trouxe a emancipação quanto ao imperialismo econômico e, trazendo essa emancipação, provou que não se pode servir ao mesmo tempo a Deus e ao dinheiro. Se me permite, gostaria de fazer a transcrição de apenas mais um trecho de citação que me é muito grata, de São Basílio: "Se cada um só guardasse o que é requerido para suas necessidades habituais e deixasse aos indigentes o supérfluo, a riqueza e a pobreza seriam abolidas. Ao faminto pertence o pão que guardas. Ao homem nu, o manto que mofoa em teu armário. Ao descalço, o calçado que apodrece em tua casa. Ao miserável, o dinheiro que guardas enterrado. Assim oprimes tantas pessoas, quantas poderás ajudar. Não é tua avidez que se condena aqui, mas tua recusa em repartir". Não se pode, de forma alguma, estabelecer um governo, no atual estágio da humanidade, oprimindo os mais fracos, defendendo os poderosos, assegurando a manutenção da força exigindo que apenas os privilegiados continuem no gozo dos privilégios e obrigando os pobres a pagar por esses privilégios. A V. Ex.^a, quero reender o modesto tributo de minha homenagem. V. Ex.^a, coloca efetivamente a Igreja no lugar em que se deveria situar o Estado brasileiro.

O SR. MATA MACHADO — Sou muito grato a V. Ex.^a, tanto mais quanto, no decorrer do meu discurso, ainda farei breve referência ao Manifesto dos Bispos do Terceiro Mundo.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Mata Machado, diríamos que, hoje, Minas Gerais está de parabéns nesta Casa. Depois do discurso do Deputado Murilo Badaró, conclamando a ARENA a sair da letrargia em que se encontra, temos agora o discurso de V. Ex.^a, a respeito de um dos temas mais importantes da atualidade. Permita-me, no entanto, fazer uma pequena ressalva. E' quando se diz que a chamada revolução brasileira, esta coisa que está aí, é conservadora. Não, ela não veio conservar. Ela é reacionária. Conservador, de acordo com os modernos pensadores, é aquele que procura manter certos princípios fundamentais e renovar onde puder e onde for necessário. A atual revolução brasileira — entre aspas, evidentemente — nada mais fez do que manter, não uma ordem, mas aquilo a que um grande pensador cristão, Emanuel Monier, chamava de desordem estabelecida. No entanto, vemos a atitude do presente regime e do presente Governo, em face da Igreja, em face do mundo, em face das reformas sociais necessárias, absolutamente confusa, ultramontana, contraditória e evitada até de ridículo e absurdo. Por exemplo, vimos ontem o Sr. Magalhães Pinto declarar, em Paris, que o atual Governo conta com o apoio das massas brasileiras. Devia, naturalmente, referir-se a massas alimentícias, feitas com trigo da PL 480, fornecido pelos Estados Unidos.

Vimos, aqui, a discussão na área vernamental, se o Papa é um colado, ou se coitado do Papa. É uma profunda discussão filosófica, em que colados são aqueles que nela se aprofun-

dam. E vemos, enfim, apenas a imposição estabelecida neste País. Por isso, louvo o discurso de V. Exa., o discurso da serenidade, que vem demonstrar, com fatos, aqueles que são cristãos de boca e pagãos de espírito, que está ocorrendo, hoje, no mundo, no mundo em que eles vivem, embora se recusem a compreender.

O SR. MATTIA MACHADO — Agradeço ao nobre colega o excelente aparte, claro que sustentando ainda o caráter conservador da chamada revolução de 1964, na medida em que os que a fizeram se estorçavam por manter o *status quo*.

Mas V. Exa. disse que estava eu fazendo um discurso sereno e objetivo. Por isso mesmo, continuando, quero lembrar que os atuais dirigentes da política fizeram um certo esforço para compreender a *Populorum Progressio*. Não pretendo negar isso. O que ocorre, porém, é que continuaram iguais aos que eram há quatro anos atrás. Não perceberam que a Encíclica de Paulo VI era um convite à revolução verdadeira, a que houvesse uma revolução, depois que fomos vítimas da revolução que não houve.

Não tinham como descobrir que a Encíclica é uma condenação expressa ao capitalismo, é uma opção anti-imperialista (v. o Nº 26), um apelo à substituição da ditadura do Fundo Monetário Internacional pela ação de um grande *Fundo Mundial*, atenuação do militarismo (Nº 51), substituição dos acordos bilaterais pelos acordos multilaterais ou atenuação dos inconvenientes dos primeiros (Nº 52), superação dos "esbanjamentos que são fruto do medo ou do orgulho" (Nº 53) e, principalmente, a libertação dos países em vias de desenvolvimento da sobrecarga dos famosos empréstimos "cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros", transformação radical da técnica opressiva das relações entre povos ricos "que se tornam cada vez mais ricos" e povos pobres "que ficam sempre mais pobres", a fim de instaurar-se "uma colaboração voluntária, uma participação eficaz de uns com os outros, numa idêntica dignidade que deve estabelecer-se para a construção de um mundo mais humano" (Ns. 54 — 57).

A matéria como o atual grupo dirigente recebeu, de fato, não através de telegramas formais, a palavra de Paulo VI, está expressa em três artigos do "revolucionário" professor E. Guáin, publicados por "O Globo", a 7, 10 e 12 de abril do ano passado, depois reunidos numa carta mensal do IPES — S. Paulo, com ampla circulação — nos meios "revolucionários burgueses"; ali, a *Populorum Progressio* é tratada como "absurda" (p. 4), "equivoca" (p. 3), "injusta" (p. 2), "incompetente" (p. 3), "marxista" (*passim*).

8. Se é assim que uma figura típica da contra-revolução de 1964 recebe a orientação do Sumo Pontífice, como terá repercutido no sistema vigente a opção dos Bispos do Terceiro Mundo, — a que há pouco se referiu o meu nobre colega — entre os quais oito brasileiros, que, numa carta expressamente destinada a "prolongar e adaptar a Encíclica sobre o desenvolvimento dos Povos" escreveram:

"Os cristãos têm o dever de mostrar que o verdadeiro socialismo é o cristianismo integralmente vivido, a justa divisão dos bens e a igualdade fundamental de todos. Longe de aborrecê-lo, sabemos aderir a ele com alegria, como uma forma de vida social, melhor adaptada a nosso tempo e mais conforme ao espírito do Evangelho. Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e a religião com os opressores do mundo, dos pobres e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo" (Nº 14).

Serão "exibicionistas", segundo a interpretação do Marechal Costa e Silva. Helder Câmara, Arcebispo de Recife, João Batista da Mota e Albu-

querque, Arcebispo de Vitória, Luiz Gonzaga Fernandes, auxiliar de Vitória, Severino Mariano de Aguiar, Bispo de Fesqueira, Francisco Austregésilo de Mesquita, Bispo de Afogados de Ingazeira, Manoel Pereira da Costa, Souza, Bispo de Campina Grande, Antonio Batista Frago, Bispo de Cratêus, e Davi Picão, Bispo de Santos? E se não são "exibicionistas", caber-lhes; a outra classificação interpretativa do Marechal, a de "agitadores revanchistas"?

9. No dia 30 de novembro do ano passado, outra interpretação nos é oferecida, agora pela Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida logo depois das violências de Volta Redonda, a que, a princípio, aludimos. Parece que o intérprete máximo do governo não chegou sequer a ler o documento que a 1º de dezembro todos os nossos grandes jornais publicaram. E' da própria "missão da hierarquia no mundo de hoje" que tratam os dirigentes maiores do colegiado episcopal brasileiro. Eis o seu fundamento:

"Ao Bispo incumbe identificar-se com a porção do Povo de Deus à qual está destinado a servir em ordem à construção do Reino de Deus. Não um Reino abstrato mas aquele que, na palavra de Paulo VI, a Igreja deve estabelecer já neste mundo". *Populorum Progressio*, Nº 13).

Que "Povo de Deus" é este com que os Bispos se devem identificar? As estatísticas revelam que 93,49% da população brasileira são batizados.

Os dirigentes do colegiado episcopal brasileiro reconhecem:

"Missão ignorada por uns, incompreendida por outros e deliberadamente falsificada por certos grupos que pretendem servir-se da Igreja para a promoção dos seus interesses". Mas afirmam:

"Nem a incompreensão nem o desvirtuamento nos impedirão de proseguirmos no cumprimento da função que nos cabe por mandato divino e que marcou a presença da Igreja na nossa história".

Não me esqueço de que, durante os nossos debates, nesta Casa, muitos defensores do sistema governamental vigente explicaram certas atitudes dos Bispos, dos Presbíteros e dos Leigos católicos como fuga à missão puramente espiritual da Igreja. A resposta está no documento episcopal de 30 de novembro de 1967:

"Repudiamos a tese marxista de que a Religião realiza uma expropriação do homem, consolando-o com uma felicidade futura, compensadora da inevitável frustração terrena. Afirmar que a missão religiosa dos Bispos não deve ultrapassar os limites da chamada *vida espiritual* é praticamente aceitar a concepção marxista da religião. Proclamar a defesa da civilização cristã ao mesmo tempo coarctar a missão docente da Igreja na defesa dos valores humanos, significa defender um paganismo disfarçado. Surpreende-nos — exclamam os nossos Cardeais, Arcebispos e Bispos — a mágica transformação de ferrenhos liberais e agnósticos em defensores de um cristianismo desencarnado, bem distante das páginas do Evangelho".

Porque não querem reduzir-se a distribuidores de óbio ao povo, os nossos Bispos reafirmam a sua posição "no atual momento histórico do Brasil". E a palavra que os sensibiliza é a que está na *Populorum Progressio* (Nº 9), cujo realismo ressaltam:

"Enquanto em certas regiões, uma oligarquia goza de civilização remota, o resto da população pobre e dispersa é privada de quase toda possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e muitas vezes colocada, até, em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana".

E como essa é a situação generalizada no Brasil, sentem as nossas autoridades religiosas que devem chamar todos a se tornarem capazes de "ope-

rar as necessárias transformações", nesta parcela do mundo subdesenvolvido. Repetem com Paulo VI: (*Populorum Progressio*, Nº 23):

"Desejariamos ser bem compreendidos: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações ousadas, profundamente inovadoras. Devem emprender-se, sem demora, reformas urgentes."

A opção episcopal será subversiva? Não, desde que se entenda qual a natureza dos "movimentos e movimentos subversivos". O documento sublinha duas espécies de subversão: a dos que buscam "aproveitar-se da anarquia para impor os seus interesses de grupo" e o "abuso do poder econômico ou político em proveito próprio".

Por isso, não há como identificar subversão na posição do colegiado dos Bispos no Brasil, como subversivos também não se podem considerar os movimentos da juventude ou da classe operária. De Bispos, de jovens e de trabalhadores não se pode dizer que pretendam impor interesses de grupo, nem há entre eles detentores de poder econômico ou político, utilizável em benefício próprio. Daí a "palavra a juventude" que é o fecho do belo documento:

"Lembre-se os jovens de que vivemos numa época em potencialidade. Se são grandes as agruras e as angústias, já é bem maior a consciência das necessidades e o anseio para uma renovação. Acreditem na capacidade de sua juventude. Nós adultos não podemos ter o mesmo ritmo dos jovens, mas precisamos aceitar a contribuição do dinamismo deles. Não cometamos a loucura de provocar o desespero da juventude pelo endurecimento de posições. Abramo-nos a um diálogo efetivo, capaz de chegar a programações comuns. Se é esta a hora dos jovens, não nos atrasemos ao encontro marcado pela História. Marchemos juntos para um futuro que se apresenta promissor para o Brasil. Fugamos às ilusões da violência. A violência pode parecer a solução mais fácil, mas não será a mais construtiva."

10. Eis o contraste entre a palavra e a ação da Igreja e o que dizem e fazem os comandantes do atual sistema que insiste e mnos governar.

Enquanto a Igreja se volta para a juventude e para o mundo operário, construtores do amanhã, os contra-revolucionários, a invocar uma revolução que não houve, teimam em marginalizar os jovens, como se toda criatura, antes dos trinta anos, fosse "subversiva", e em manter sob a opressão ou sob a ilusão, a classe trabalhadora, em cujas reivindicações, ainda as mais justas e equilibradas, enxergam, invariavelmente, outras tantas formas de insurreição.

Enquanto a Igreja se aproxima sempre mais do povo, o outro lado faz tudo para afastar o povo de qualquer participação na condução dos negócios comuns, jamais o ouvindo, não lhe permitindo exercer em plenitude os direitos eleitorais, ignorando-o ou temendo-o.

O Sr. Márcio Moreira Alves — Tem V. Exa. extrema razão, quando salienta o contraste entre o que pregava e age a Igreja e o que prega e age o Governo. Exatamente, a missão da bem-aventurança é e a construção da paz, e a missão daqueles que opõem as massas é a construção da guerra. A paz é a subversão da guerra. E neste sentido, como construtores da paz verdadeira, são realmente os cristãos brasileiros subversivos na ótica dos governantes, porque são eles os construtores da guerra.

O SR. MATTIA MACHADO — Muito grato a V. Exa. cujo aparte é impossível comentar, uma vez que fui advertido de que n eu tempo está ter-

De tudo quanto foi dito e documentado neste discurso, ressaltar a conclusão de que o choque entre a Igreja no Brasil e o Governo atual é apenas um aspecto do divórcio que o grupo político deixou se verificar entre o povo e o sistema vigente. Ao tomarmos consciência da natureza do conflito, não podemos reparar a idéia de encontrar-lhe uma solução.

Esta há-de resultar de uma mudança de atitudes. De qual das partes? Da Igreja, não! A Igreja não pode voltar no tempo. Não pode lançar pela janela todo o esforço que há mais de um quarto de século vem empreendendo e cujos frutos mal começaram a sazonar-se. Não pode fazer de conta que não houve o Concílio Vaticano II, nem assumir o ar de quem não tenha visto nele mais que uma espécie de turis no internacional de purpurados. Não pode concordar com os que supõem que a sua doutrina — principalmente sob os seus aspectos social, econômico e político — em nada se alterou, desde as nossas bem comportadas lições de Catecismo e História Sagrada, as mesmas que foram recebidas por nossos pais, nossos avós e bisavós. A Igreja está voltada para o futuro, consciente do mundo novo a cuja aurora presença.

O Governo, sim, é que tem de mudar. Tem de reatar os seus vínculos com o Povo, que, no Brasil, é o mesmo Povo de Deus, com quem os nossos líderes religiosos querem identificar-se. Como reatar os vínculos partidos? Em primeiro lugar, abrindo-se ao perdão e ao esquecimento de lutas que nem sequer começaram a se travar. O sinal básico da mudança há-de ser a anistia para a pacificação integral da família brasileira. Só assim, o povo, todo o povo, estará em condições de participar de nosso processo político.

O Sr. Gastone Right — Desejo dar um ligeiro aparte a V. Exa., para dizer-lhe que, infelizmente, o Governo não percebe que até a Oposição desejaria que o Presidente Costa e Silva dissesse: "Eu vi a miséria do povo, ouvi os gritos do povo, impertentes da exploração, e resolvi libertá-lo", como está escrito no Êxodo. Infelizmente, eles não viram e não ouviram; apenas sentem a pressão dos facões militares do Norte.

O SR. MATA MACHADO — Muito grato a V. Exa.

Então há que lhe ser devolvido o direito de escolher os governantes que sejam, de fato, representantes do povo, e não das oligarquias minoritárias mas dominadoras.

Criado o ambiente de paz e de justiça, o Governo atual ou próximo futuro estará capacitado a empreender a escalada revolucionária que nos liberte da opressão imperialista e do subdesenvolvimento. (Muito bem, muito bem. Palmas! O orador é cumprimentado.)

CONGRESSISTA: **MATA MACHADO**
 PROJETO Nº _____ CAMARA _____
 Nº _____ SENADO _____
 DC de 09/03/68 CD-SF-CN Pg 103
 DO Nº 1 de 1 1

ônibus voltou a fuz de Fora. Lá, apresentou ela queixa à policia. depois de haver comunicado o ato a seu marido, em Belo Horizonte. Na delegacia, houve a recusa de dar busca na bagagem dos passageiros, por ser não só uma operação inocua, como também arátrária. O ônibus atrasa por ai umas duas horas e segue viagem.

Ao chegar, porem, em Belo Horizonte, junto ao Posto da Policia Rodoviária, eis que se organiza verdadeiro aparato militar. Vio vieram a saber que essa alta patente era o comandante do CPOR, marido da senhora que havia feito a queixa. Alguns passageiros foram colocados sob suspeita, escolhidos, assim, com um critério um pouco estranho. Era, sobretudo, tres mens humildes e de cor.

O ônibus prosseguiu viagem, mas já agora sob a guarda de um militar da Policia de Minas. Quando tingiu a entrada propriamente da cidade, na Rua Pernambuco, eis que o veículo e de novo detido, va agora por duas peruas, uma da Policia Rodoviária e outra da Policia Civil. Novas opressões, novas humilhações impiedas, principalmente aqueles homens humildes. E o ônibus segue para o seu ponto de parada, definitivamente. Mas não para lá. Ao contrario, segue para o barri longinquo de Lagoinha onde todos os passageiros são submetidos à humilhação de se collocarem em fila dentro de uma delegacia pesadamente instalada e se vêem revistados em suas bagagens e em suas próprias fompas. Um dos presentes a esses lamentáveis acontecimentos fez-me observação até curiosa. Diz ele que, se a ocorrência se tivesse verificado em um avião da carreira e a vitima fosse esposa do Comandante da Base Aérea, teriamos de enfrentar a Aeronáutica; se o ônibus se destinasse a Mar de Espanha, estaríamos até agora esperando uma belonave da Marinha.

Sr. Presidente, denuncio este fato e, se não fosse car-lhe enfase excessiva, apelaria até mesmo para o Ministro do Exército, que andou oferecendo ao Congresso certa impressão de apreço à lei e às instituições políticas. A transformação do Exército em organização de investigação de pequenos roubos e realmente uma diminuição terrível para essa parcela das Forças Armadas. Espero que a denúncia do fato, feita aqui em tom de reportagem, impressione, quando nada, ao Sr. General-Chefe da Casa Militar, que, segundo se propala, é o homem que governa o País. (Muito bem.)

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Senhores Deputados, tantas e tais coisas têm ocorrido em Minas Gerais, que a gente sente a necessidade de sair da perspectiva nacional, em que se exerce o mandato, para tratar detemas aparentemente miúdos porque encerrados em âmbito estadual. Dois temas me trazem, agora, à tribuna. Do primeiro, posso dizer que possui dimensão nacional. Trata-se, ainda uma vez, da greve das professoras mineiras. Já lá, se sabe mais a quem apelar. Desenvolvem elas um movimento de caráter justo e, sob certos aspectos, heróico. O Governo evade para o silêncio; suspende qualquer possibilidade de diálogo com as mestras. Certo, tem havido especial interesse por parte de políticos da alta categoria moral, por exemplo, do Senador Milton Campos, que já fez algumas gestões junto ao Governo e se coloca à disposição das mestras para com elas encontrar solução da grave eventualidade.

Posso hoje informar que as professoras mineiras fazem uma concentração nas galerias da Assembléia Legislativa, à espera de uma solução por parte dos representantes do povo.

A noite, realizam assembléia em que farão uma análise do movimento e decidirão a respeito do seu destino.

Talvez o Governo Federal, através da palavra de um modesto Deputado, se impressione com o problema, que em grande parte pode ele resolver.

Quanto o outro tema, Sr. Presidente, vou abordá-lo sob o aspecto de reportagem.

Quando o ônibus se aproximava de Benfica, uma das passageiras, que mais tarde se veio a saber chamar-se D. Olga Medeiros, deu por falta de uma bolsa, contendo jóéis, que deixara numa frasqueira, quanto por duas vezes deixou o veiculo, nas cidades de Areal e Juiz de Fora.

Verificada a ocorrência, o motorista fez uma parada no Posto de Fiscalização de Benfica, mas, ali, nenhuma providencia se pôde tomar. A passageira insistiu, pressionou, e o

73

- Greve das professoras mineiras

Denúncia

na com a esposa do CPOR de

Belo Horizonte

que foi vítima de roubo

de jóéis

Refer-se ao

leir do Exército

DEPUTADO
MATA MACHADO
DCN 29 MAR 68 - pg 226

Qualifica o que chamam
de diálogo do Gen
Niemeyer com
Parlamentares
- morte de 87 no auto
na Guanabara

O SR. MATA MACHADO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, vejo recordar o diálogo que se travou entre o General Niemeyer, comandante das tropas que assassinaram os jovens estudantes da Guanabara...

O Sr. Hermâno Alves — Tropas de ocupação.

O SR. MATA MACHADO — ... tropas de ocupação, sim... e alguns Deputados da Assembléia Legislativa daquele Estado, que, velavam o corpo do jovem tombado em luta contra a injustiça e pela liberdade. O General explicou-se, Sr. Presidente, dizendo que as suas tropas se encontravam em inferioridade de fogo. Interpelado por diversos Deputados incluídos pelo nosso colega Márcio Moreira Alves, que se encontra na Guanabara, sobre se, realmente, os jovens estavam portando qualquer arma, respondeu que "os jovens estavam munidos de pedra."

Sr. Presidente, desde o Movimento de 1964, a que V. Exa. mesmo, num instante feliz, chamou de contra-revolução, e contra-revolução o foi... O Sr. Hermâno Alves — Muito bem. Isso mesmo.

O SR. MATA MACHADO — ... há uma luta entre Governo e Povo, entre Governo e juventude, entre Governo e lideranças religiosas, entre Governo e líderes intelectuais. E quem o diz não é um Deputado da Oposição. Quem o disse, ainda outro dia, foi o General Poppe Figueiredo, nosso coadjuvante de Minas Gerais, que lembrou que a única solução, que a única saída possível para este País seria a volta ao regime democrático em sua plenitude, a devolução ao povo do direito de escolher os seus governantes, e a anistia que apagasse definitivamente a mancha terrível que se estendeu sobre todo o País.

Mas, Sr. Presidente, numa pequena exposição do Líder da Maioria, ainda proferida esta noite, encontrei a explicação do diálogo entre o General Niemeyer e os Deputados da Guanabara e o Deputado Federal Márcio Moreira Alves. Havia, sim, duas armas nas mãos dos estudantes. Traziam eles, durante a passeata, duas bandeiras. A bandeira nacional, Sr. Presidente, era a primeira arma. E traziam eles também, segundo foi lido aqui desta tribuna, uma bandeira do Vietcong. Sr. Presidente, que representa a bandeira de um povo em luta, (palmas) de um povo que se levanta, unido, contra uma das mais poderosas forças militares do mundo, um povo que não conhece derrotas, porque é um povo que quer, sobrelido, a afirmação autêntica da sua nacionalidade. Essa talvez fosse, Sr. Presidente, a arma que impressionou ao General Niemeyer, que impressionou a toda a força policial militar que assassinou os três jovens na Guanabara. E eles praticaram o crime nefando em defesa de quê, Sr. Presidente? Em defesa do interesse nacional? Não, em defesa do futuro do Brasil? Não. Eles o fizeram em defesa do imperialismo norte-americano. (Palmas.) Sr. Presidente, em nome do Governo, esse general e os seus comparsas praticaram um ato da mais terrível gravidade, porque eles se colocaram também contra os estudantes norte-americanos, contra o povo norte-americano, contra os intelectuais e líderes...

cong. Eles praticaram um crime contra candidatos a sucessão do Presidente Johnson nos Estados Unidos que se apresentam, como Mac Carthy e Robert Kennedy com a bandeira do Vietcong, porque aquilo que eles prometem ao povo norte-americano é liquidar com essa guerra vergonhosa, com essa guerra que nos enche de pavor, com essa guerra que humilha os Estados Unidos, e que humilha todos os países que, como o Brasil, não se contentam em ser aliados dos Estados Unidos, mas querem ser satélites de um imperialismo que já está chegando seguramente ao seu fim. (Palmas prolongadas.)

Há quem informe que os estudantes tinham uma outra arma a bandeira da Polónia.

O Sr. Amaral de Souza — Não é que tinham. Deveriam ter.

O SR. MATA MACHADO — Estou de acordo. Não era a bandeira da ESSO não era a bandeira do imperialismo norte-americano. E se fosse a da Polónia, seria a bandeira dos jovens poloneses, que estão também em luta pela liberdade, que estão fazendo exatamente aquilo que os estudantes brasileiros fazem. (Muito bem.)

Sr. Presidente, vejo, pela primeira vez desde que fui eleito Deputado Federal, as galerias desta Casa cheias. Cheias de quê? De jovens. Cheias de quê, Sr. Presidente? Cneias do futuro deste País (Muito bem.), e que o atual Governo quer esmagar. Vejo, Sr. Presidente, a presença do povo brasileiro. Eu, que por tantos anos fiz a cobertura do trabalho do Congresso, na Guanabara, eu, que por tantas vezes vi essas galerias cheias, agora, Sr. Presidente, me encho de alegria e de esperança, porque, com a bandeira da juventude, o Brasil voltará a ser aquilo que ele é e reencontrará o seu destino. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

DEPUTADO MATA MACHADO
DCD 20.4.68
pg 1631

As vezes assobiam de luto o Hino Nacional. Cantava, assinalam o protesto e o incômodo. Slogans exprimem a posição de resistência. É um luto. Mas os jovens completam: "Com este luto, a luta começa". Começou em todo o País. Uma luta que não é explosão de imprudências, zinzinas inconsequentes. Luta refletida, pensada, em busca de esquemas de ação que ainda não se descobriram no pormenor.

Sete dias depois, as missas. Missas guardadas, vigiadas, os punidores atemorizados, perplexos, mas decididos a bater, eventualmente a matar. Padres, revestidos de paramentos, dão-se as mãos e caminham na frente do povo. O importante não é só que tenham evitado o massacre. É também, e acima de tudo, que hajam manifestado a consciência de uma situação e de uma tarefa.

Em outras áreas os trabalhadores perdem o medo. Já se preparam para exigir a libertação do arrôcho salarial, condições de vida mais justas, menos opressivas, maior participação na vida e na direção da sociedade em que via de regra, são tratados como elementos menores.

Estudantes, líderes religiosos, artistas, intelectuais e operários encetam a luta pela desmarginalização. Impedidos, até hoje, de acesso aos focos de decisão política dominados pelas oligarquias vitoriosas e solidificadas, saem às ruas, encontram-se nos templos e nas assembleias de classe, para romperem a barreira.

Eis alguns sinais concretos de uma tomada de consciência que adquire dimensões nacionais.

A consciencialização não é só o conhecimento de fatos e de circunstâncias. É um processo dinâmico. É um ver e julgar, para agir. E a ação consequente é transformadora — revolucionária, no seu significado autêntico.

O atual fenômeno da consciencialização em dimensões nacionais começou por desfazer equívocos em torno do próprio termo, neologismo já antes dicionarizado e pôsto mais freqüentemente em uso sob uma corruptela: "conscientização", em vez de "consciencialização". Escrita ou dita de uma forma ou de outra, a palavra foi considerada, em certo instante, altamente subversiva.

Testemunha de excepcional categoria nos informa sobre o interrogatório em certo IPM, dos muitos instaurados por aí. O Inquirido exclama:

"Mas o senhor tem coragem de usar esta palavra? Pois aqui mesmo se sentaram o médico Fulano de Tal e a médica Fulana de Tal, que são do Partido Comunista, e falaram em conscientizar".

E a testemunha se pergunta:

— "Conscientizar será uma palavra subversiva ou uma palavra humana?"

A resposta é precedida de uma referência à "exportação" de grandes professores e técnicos, nossos patriotas, mais de 260, a partir de 1964. Entre tantos está Paulo Freire, "a quem o Episcopado chileno pediu que o assessorasse na evangelização realista do povo e que hoje colabora na libertação de países da África". E em Paulo Freire que o Bispo Antônio Fragoso, de Crateús, encontra o significado da consciencialização. Consciencializar ou conscientizar o homem é dar-lhe "uma consciência crítica", capaz de apreender "as contradições do regime que o envolve, de julgá-lo, de conquistar independência em face de tal regime", é habilitar o homem a "decidir por si, em autodeterminação". Capacidade crítica e autodeterminação, eis o que adquire alguém, quando consciencializado.

Após sublinhar esses conceitos, D. Fragoso responde:

"A consciencialização é uma exigência da justiça social. Por

isso ela é evangélica, a meu ver". (Evangélio e Justiça Social — Notas taquigráficas de uma conferência de D. Antônio Fragoso, Belo Horizonte, 22-1-68, p. 101)

O termo execrado nos IPM's e na retórica de alguns "revolucionários" vai aparecer, em bom vernáculo, no segundo período do Número 1 da Populorum Progressio, onde se fala na "renovada consciencialização das exigências da mensagem evangélica", conseqüente ao segundo Conselho Ecumênico do Vaticano, e cuja finalidade é fazer com que os homens aprofundem "todas as dimensões" do problema do desenvolvimento e se contenciam da "urgência de uma ação solidária", no esforço "por alisar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância ... neste virar decisivo da história da humanidade".

A consciencialização surge no texto oficial da Encíclica, para a língua portuguesa, edição da Tipografia Poliglota Vaticana. E, se contarmos a versão original, escrita em vigoroso latim de sabor clássico, parece-nos lícito afirmar que ali se define a: consciencialização (ou conscientização) como o processo pelo qual nos tornamos aptos a julgar e ponderar uma realidade, de maneira mais nítida e mais profunda, com vistas a uma ação transformadora.

Se está correta a noção que estabelecemos sobre o fenômeno da consciencialização e se os sinais que a recente crise evidenciou correspondem à sua verificação em dimensões nacionais, convém indagarmos, em primeiro lugar, qual a razão do seu aparecimento nos meios religiosos, quanto aos movimentos da juventude, e, a seguir, de que é que os jovens tomam consciência, para determinadas opções, não só no Brasil como no mundo inteiro.

Houve quem se encandilhasse com a presença dos padres nas assembleias estudantis e nas manifestações de rua. Todavia, esta participação é fruto do que Paulo VI chamou "a renovada consciencialização das exigências da mensagem evangélica".

Desde a Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", sobre a Igreja no mundo de hoje, datada de 7 de dezembro de 1965, há uma preocupação fundamental com o estado de inquietação e de rebelião da juventude em face de situações profundamente mudadas. Leia-se o nº 7 desse documento, cuja elaboração exigiu quase cinco anos de pesquisa e de análise:

"A mudança de mentalidade e de estruturas coloca em questão freqüentemente os valores recebidos. Particularmente Junto aos Jovens: com freqüência não suportam sua situação; bem mais, a inquietação os torna uns revoltados. Conscientes do próprio valor na vida social, muito cedo aspiram a nela participar. Por isso, não é raro que os pais e educadores sintam cada dia dificuldades maiores no cumprimento dos seus deveres".

Lembro-me, aqui, de exclamação de um repórter do "Le Nouvel Observateur" sobre a "rebelião contra a universidade feudal", em Roma, Turim, Milão, Pisa, Florença, Trieste, Veneza e Palermo: "As autoridades e as pessoas adultas não compreendem mais nada!".

A Igreja compreendeu — e vai compreendendo também no Brasil. Eis o seu e o nosso privilégio.

Continua o tópico que vínhamos citando:

"Na verdade, as instituições, as leis, os modos de pensar e agir, legados pelos antepassados, não parecem sempre bem adaptados ao estado atual das coisas".

Paulo VI retoma o assunto em vários passos da Populorum Progressio e sob perspectivas diferentes; n.º 47,

O SR. MATA MACHADO:

(Como Líder — Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara é testemunha da maneira como, oficialmente, se pretendeu apreciar e julgar a recente crise em que se confrontaram o esquema punitivo do Governo e os estudantes que, mobilizados para protestar contra o assassinio do jovem Edson Luis de Lima Souto, tiveram, no Brasil inteiro, o apoio das parcelas mais vivas do clero católico, dos trabalhadores e do povo em geral.

Impossibilitados de negar a violência policial desencadeada sobretudo na Guanabara, os defensores do sistema vigente tentaram justificar a brutal reação, atribuindo-lhe o caráter de defesa do que apelidam "ideais e princípios revolucionários", ao mesmo tempo em que só tinham olhos para ver, na mobilização popular de resistência, a "subversão" e a "baderna".

O simplismo cômodo de tal apreciação e de tal justificativa fez com que os responsáveis pelo Governo e por sua sustentação política perdessem a excelente oportunidade de uma tomada de consciência que os levaria a capacitar-se melhor da situação real do País, especialmente do estado de espírito da opinião pública nacional, que repele os indefinidos "ideais" e "princípios", monotonamente proclamados no vão estêreo de dar consistência à equivocada aventura de 1964.

Na verdade, a crise pôs em contraste a alienadora inconsciência de uns e a patentada consciencialização de outros. Os primeiros estão no Poder, ou à sua sombra. Os segundos compõem, se não a maioria do povo, pelo menos as correntes capazes de conduzir o povo, em termos de visão correta da realidade atual e das exigências do futuro.

O que surpreendeu na afirmação de autenticidade dos jovens e na sua disposição de assumir responsabilidades foi, sobretudo, a revelação de quanto já se desenvolveu, entre eles e no próprio conjunto do povo, o processo de consciencialização.

Edson Luis um jovem filho do povo, é conduzido à Assembleia Legislativa por seus colegas. São estes que lhe organizam o enterro. Milhares de pessoas o acompanham. Quase em

66-68, 74, 36, mas, de modo mais explícito, nos de nº 10-11, e de a questão é situada à luz do choque de civilizações, que se exprime, concretamente, num "conflito de gerações". O ponto de partida é, uma vez mais, a verificação de uma quebra de estruturas "que não se adaptam às novas condições":

"O seu quadro, por vezes, rígido, era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, e os mais velhos se fixam nele, enquanto os jovens lhe fogem, como de um obstáculo inútil, voltando-se avidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações agrava-se assim com um trágico dilema: ou guardar instituições e crenças atávicas, mas renunciar ao progresso; ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas de fora, mas rejeitar, com as tradições do passado, toda a sua riqueza humana. Com efeito, demarcadas vezes cedem os suportes morais e religiosos do passado, sem deixarem por isso garantida a inserção no mundo novo". (Nº 10)

Autorizado comentarista brasileiro observa que o Papa, "depois de ter duramente fustigado o caráter oligárquico dos governos, lembra como esta situação, uma vez conscientizada, engendra os choques inevitáveis que se dão entre civilizações e gerações... principalmente no seio dos países subdesenvolvidos". Num tipo de civilização em que o *pater familias* é senhor, as características do meio são o "senso da Propriedade, que é familiar, e o da tradição, veículo do reino ancestral". Tradição equivale a espírito de conservação: "o Espírito Conservador reina num Meio Conservador, onde toda a inovação é olhada com suspeita, onde todo apelo à mudança, por pouco radical que seja, é combatido. O *statu quo* é o princípio da salvação".

Os problemas surgem, por igual, nos países em vias de desenvolvimento e até mesmo nos que já ingressaram na civilização industrial e começam a viver a revolução tecnológica. Rompe-se, por toda a parte, o equilíbrio em que se ajustavam muito bem os conservadores. E o rompimento "passa ao plano vital, em que gerações se enfrentam brutalmente. Uma juventude consciente, politizada, exuberante e, como tal, pronta a correr todos os riscos e todas as violências, apressada em viver e em ver sobreviver seu país afronta a geração de seus pais, ligados ao passado, às tradições de tendência conservadora, e aterrorizados diante das exigências da renovação".

Há, aqui, um realce dos países da América Latina, onde a "agressividade universitária", que os sacode a todos, é o "sinal sintomático" do estado de espírito descrito antes: "para os Conservadores da velha geração pode-se escolher, entre salvaguardar a ordem existente, com suas estruturas inadequadas, suas instituições ultrapassadas e suas crenças tradicionais, e se fixar, assim, na estagnação econômico-social, ou aceitar os imperativos do progresso e pôr praticamente tudo em questão".

Certo, há uma advertência de Paulo VI sobre a "violenta tentação" que pode assaltar os jovens e levá-los "a messianismos fascinantes, mas construtores de ilusões". E pergunta: "quem não vê os perigos que daí resultam, reações populares violentas, agitações revolucionárias e um resvalar para ideologias totalitárias?" (Nº 11).

Muitos se apegam a esse parágrafo, espécie de "colher de chá" dada aos conservadores, que logo procuram esquecer o fundamental: o conflito das gerações, a inquietude e a rebeldia dos jovens, mais sensíveis à urgente necessidade de "inserir-se no mundo

novo". Prefiro o nosso comentarista autorizado, para quem, "diante do peso morto dos cavaleiros do conservantismo, diante dos defensores da oligarquia satisfeita (aqueles que denominamos *Culpados Velos*), diante da imobilidade da ordem (que é uma desordem), diante da opressão de forças econômicas que afligem o país, diante da cumplicidade flagrante ou mascarada da geração anterior", é que os jovens podem deixar-se fascinar pelos messianismos "construtores de ilusões".

Não há como negar que certas formas de socialismo, o comunismo sobretudo, incluem-se na "tentação" contra a qual adverte Paulo VI. Duas observações, entretanto: se a condenação do comunismo se mantém, a recomendação de acautelarem-se contra ele é feita de "maneira circunstancial" e sem a insistência que agradaria a tantos, aos que se deixam gostosamente entregar à outra tentação, à do anticomunismo obsessante, que prefere adotar o "método exegetico francamente desonesto" de só reter da Encíclica essas poucas linhas, para repeti-las nas suas campanhas deformadoras; de outra parte, a condenação de Paulo VI atinge todas as ideologias totalitárias; nosso comentarista convida-nos a reter a afirmação de que "Não se luta contra uma opressão eventual de esquerda por uma opressão atual de direita", menos ainda "em nome da liberdade!" (Ver Paul-Eugène Charbonneau — "Desenvolvimento dos Povos", Editora Herder, São Paulo, 1967 — pgs. 105 a 109).

Depois de tudo o que dissemos, é fácil compreender a coerência das parcelas mais vivas do clero católico nacional, ao apoiarem o protesto e o inconformismo dos estudantes. Este apoio foi suficientemente documentado na Câmara. Quero, porém, realçar duas manifestações: uma que não teve mais que simples registro em nossos Anais e outra de que pouco se tomou conhecimento, mesmo por parte dos órgãos de divulgação.

A primeira consta de uma nota em que o Vigário Geral do Rio de Janeiro, D. José de Castro Pinto, sintetizou entrevista que manteve com o Sr. Ministro da Justiça, no dia 8 do corrente. Nela se evidenciaram "insatisfações e frustrações gerais em todo o Brasil", e se acrescenta: "Os estudantes tornaram-se os porta-vozes do povo, de suas aflições e reivindicações".

A segunda manifestação é, praticamente, da totalidade dos padres da Arquidiocese de Belo Horizonte. O documento começa por mencionar o assassinio de Edson Luís de Lima Souto, "quando, com outros companheiros, fazia justas reivindicações". E continua:

"Isto tinha de acontecer, mais cedo ou mais tarde. Não é de hoje que os estudantes brasileiros não têm mais os seus direitos respeitados e são vítimas de uma repressão cada vez mais violenta. Repetem-se os choques entre estudantes e policiais. Os primeiros representam o inconformismo da nova geração e uma força ainda capaz de rebelar-se contra o clima de opressão — os segundos quase sempre são chamados a "defender" a "ordem" estabelecida e o governo, mais preocupado com a sua própria segurança do que com o bem-estar do povo.

"Não podem e nem devem conformar-se os estudantes com uma política que diminui cada vez mais o amparo à educação e ao ensino, para cada vez mais reforçar o seu esquema militar. Eis um dos aspectos mais significativos: militares cada vez mais armados defrontando-se com estudantes cada vez menos amparados pelos responsáveis.

A fraqueza dos estudantes é o reflexo da "insegurança" de um

povo, diante da "segurança militar" cada vez maior do governo. Esta situação perdurará enquanto não mudarem as orientações básicas de nosso governo — enquanto não se reconhecer que o Brasil precisa mais de estudantes do que de militares; mais de universidades do que de quartéis; mais de livros do que de armas; mais de liberdade, justiça e paz do que de vigilância, medo e repressão.

Se o jovem estudante morto se torna um símbolo, símbolo também se torna o braço assassino.

Provavelmente tudo se fará para atenuar a importância do fato. Mas é urgente que o povo e o governo tomem consciência da gravidade da situação: quando se começa a matar, e matar quem está clamando por alimento e justiça, pode-se temer que todo alimento e toda justiça venham a faltar ou então esteja próximo o dia em que muitos se disponham a lutar por uma conquista, mesmo que para isso tenham de sacrificar a vida.

Eis porque, colocados pela Igreja a serviço do povo e pregadores da salvação total do homem, segundo os valores do Evangelho, solidarizamos-nos com nossa juventude estudantil nelutada e protestamos contra a violência agressiva desse fato e a surda violência de nossas estruturas que, confrontadas com a *Populorum Progressio*, seriam qualificadas de opressivas do povo".

O Sr. Jairo Brum — *Nete* e Deputado eu não deveria interromper o discurso com que V. Exa. nos encantou. Desde há muito estamos acostumados a homenageá-lo pela sua inteligência, pela sua cultura, pelo seu bom-senso e seu grande amor à nossa Pátria.

O SR. MATA MACHADO — Muito obrigado.

O Sr. Jairo Brum — Mas sentimos essa necessidade de exteriorizar porque V. Exa. está examinando esse problema da mocidade, da nossa juventude no momento atual da República, com real sabedoria. Ontem, liamos as manifestações e as atitudes do Sr. Ministro da Justiça e sentíamos uma tremenda angústia ao ver o desgarrar, digamos assim, criando quase que uma palavra nova, de S. Exa. nos campos do direito e da justiça. Hoje ouvimos V. Exa. nesta Casa, e notamos novos clarões de luz marcando novas sendas. Acho que o discurso de V. Exa. deveria ser impresso pela Casa e distribuído difusamente por toda esta República. E que não se esqueçam de remetê-lo à Sorbone, para que compreenda melhor toda a pureza que vai na alma da nossa juventude quando se agita e procura debater as questões fundamentais para o progresso e o desenvolvimento nacional. Quero dizer a V. Exa. que, há poucos dias, na Casa de sétimo dia em Porto Alegre meu filho foi preso também por essa polícia que anda por aí fazendo estrepitos. E eis que as mães já não dizem a seus filhos que tenham cuidado com os bandidos e saltadores mas que tenham cuidado com a polícia, que anda à solta, espancando, aprisionando e procurando intimidar.

O SR. MATA MACHADO — Eu perguntaria caro colega, quantos anos tem seu filho que foi preso.

O Sr. Jairo Brum — O meu filho tem 17 anos e foi prestar, com a minha autorização, uma homenagem ao estudante assassinado no Rio de Janeiro. E na saída, sem agressão alguma a quem quer que seja foi aprisionado e levado para a DOPS; lá permaneceu das 8 horas da noite até 1 hora da madrugada, causando apre-

ensão e angústias em casa. Estou tomando todas as providências que o caso exige — e vou esgotá-las — não porque seja o meu filho, mas por se tratar de um jovem de 17 anos que sofreu a violência de uma polícia, que está perdendo o seu papafico porque está acobertada, por este regime de força que está enlutando a consciência e a alma desta República. Da forma que felicito V. Exa. por esse magistral discurso. E que esta Casa envie a todas as repartições deste País, para que percebam e sintam que o momento não é de policiamento, não é de repressões mas sim de compreensão da alma nova do Brasil, que eles não conseguirão encarcerar.

O SR. MATA MACHADO — Sou muito grato.

O SR. PRESIDENTE: (Henrique La Rocque) — Com permissão do nobre orador, submeto à consideração do Plenário requerimento de prorrogação a da presente sessão até às 19 horas, para que falei, em Explicação Pessoal os nobres Deputados Padre Vieira, Antônio Magalhães, Amaral de Souza Milton Brandão e Adhemar Ghisi. Em votação o requerimento de prorrogação. (Pausa.) Aprovado.

O SR. MATA MACHADO — A menção de um documento e a transcrição do outro encaminham-nos à tentativa de responder a uma pergunta que bem corresponde ao aparte com que fui honrado pelo nobre colega Jairo Brun: de que é que os jovens e com eles as parcelas mais vivas do povo em geral, tomam consciência para determinadas opções?

Penso poder reduzir a conscientização para a ação transformadora a dois tópicos: um capacitar-se mais nitido e mais profundo a repulsa ao imperialismo capitalista e um esforço de análise das experiências socialistas, visando a uma eventual alternativa, ainda que de realização menos próxima para uma solução cabal dos problemas brasileiros.

E' às vezes, difícil, senão perigoso trazer a debate nesta Casa a crítica do capitalismo. Documentemo-nos, para evitar equívocos e falsas interpretações.

Depois de acentuar a necessidade "ao rendimento econômico e ao progresso humano" da "introdução da indústria", "sinal e fator de desenvolvimento" (Nº 25), Paulo VI reafirma (Nº 26) a condenação de "certo capitalismo", Nefasto Sistema (assim o Papa o designa) que tem acompanhado o processo da industrialização e é "fonte de tantos sofrimentos injustas e lutas fratricidas, com efeitos ainda duráveis". Veja-se bem: os efeitos do capitalismo, Nefasto Sistema, são ainda duráveis. Importante a ênfase, porque é sob o seu aspecto liberal que Paulo VI retoma a denúncia do capitalismo feita desde 1931 por Pio XI, na *Quadragesimo Anno*. Quais as características do Nefasto Sistema? Considera ele "o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes".

Será outra a espécie de capitalismo dominante entre nós, prestigiada e representada, sobretudo após a contrarrevolução de 1964? A revista "Time" (7 de abril de 1967), que, *pour cause*, não gostou nada da *Populorum Progresso* censurou-a por "ignorar o fato de que o *laissez faire* do antigo capitalismo... está morto". Mas por que o Papa, escrevendo em 1967, iria condenar apenas o capitalismo dos meados do século XIX? A verdade é que a encíclica, dedicada ao "desenvolvimento dos povos", visa principalmente à situação do chamado Terceiro Mundo onde a presença do ca-

pitalismo em nada o transformou, apesar do advento do chamado neocapitalismo, que é uma tentativa de "democratizar o lucro".

O neo-capitalismo pode vicejar nas nações desenvolvidas. Quando estas, porém, como os Estados Unidos, investem nas áreas subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento e, sob o pretexto de estimular-lhes a industrialização, controlam toda a sua vida econômica, tal como vai ocorrendo acenadamente no Brasil, o capitalismo de que se fazem autôntos é sem tirar nem pôr, o velho mas não exaurido capitalismo liberal, o Nefasto Sistema contra o qual se ergue a reiterada denúncia de Paulo VI.

Não é também sem motivo que o mesmo nº 26 da *Populorum Progresso* afirma que "nunca será demasiado reprovável" o "imperialismo internacional do dinheiro", dominação política consequente à dominação econômica. Observe-se que aqui se trata do imperialismo mesmo, tal como o que nos oprime e avassala. E' o "imperialismo internacional", sob o comando dos Estados Unidos. Se, de novo, passamos os olhos pelo texto latino que reproduz a *Quadragesimo Anno*, ali veremos que a versão oficial em português sintetizou a denúncia de duplo aspecto do imperialismo: "reimperialismo internacionalis".

O imperialismo internacional, ninguém tem o direito de pôr em dúvida, é o que se fundamenta no Nefasto Sistema do capitalismo. Nosso processo de industrialização deriva, como observou o comentarista autorizado que já mencionei, do "mais puro liberalismo, que apenas se oculta atrás de profissões de fé ao neo-capitalismo, e das aparências que vivem de pretensões políticas vazias de realismo". Pois "o mal não está na industrialização; muito pelo contrário, está no modo liberal segundo o qual ela se opera... sob a égide de capitalismo racional retardados e de capitalismo internacional exploradores" (Cf. Charbonneau, cit., pg. 157 e 163).

A consciência de que o imperialismo é uma realidade suscita, desde logo, a opção por um tipo de luta, a luta anti-imperialista. Quando é que se perderá o médo dessa palavra? Quando é que nos livraremos de arrepar-nos ao iuvir referência ao imperialismo capitalista e à necessidade de lutar contra ele? Quando é que os militantes políticos, de qualquer área, chegaremos a compreender que o imperialismo pode ser vencido, no interior de cada nação, sem que uma espécie de imperialismo tenha de ser, invariavelmente, substituída por outra espécie de imperialismo? Quando é que nos capacitaremos de que uma coisa é a ação do imperialismo capitalista em que se confundem a dominação econômica e a dominação política, e outra coisa é a tentativa de exportar esquemas doutrinários, de origem transformadora, como se verificou depois da Revolução Francesa, e como ainda ocorre mal terminadas as revoluções socialistas?

A juventude liberta de esquemas conservadores, no mundo inteiro, incluindo os países de democracias populares, os intelectuais e os artistas, ocupados em tarefas criadoras, os líderes religiosos de igrejas renovadas, os militantes políticos partidários da revolução ou empurrados em reformas profundas e transformadoras, já percorreram todos os estágios de conscientização sugeridos nessas perguntas.

Dai a opção de tantos pelo socialismo ou a decisão, comum a todos, de analisar as experiências socialistas e colher-lhes as lições para aplicação imediata, próxima ou remota. Fideis às fontes de nossas observações, parece-nos cabível um exame da

opção no terreno da militância política de inspiração evangélica.

A análise e consequente escolha foram supomos nós, fruto de uma conclusão da *Pacem in Terris*, de João XXIII, onde se assinalou o dever de "não identificar falsas idéias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nessas idéias filosóficas a sua origem e inspiração". Pois "a doutrina, uma vez formulada é aquilo que é, mas um movimento, mergulhado como está em situações históricas em continuo devir, não pode deixar de lhes sofrer o influxo e, portanto, é susceptível de alterações profundas. De resto, quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos, dignos de aprovação?" (Nº 159).

O Sr. David Lerer — Nobre Deputado Mata Machado, V. Exa. sempre eleva o debate a nível quase inalcançável pelos seus companheiros, pelos seus colegas nesta Casa. Todos nós o escutamos com todo o respeito e admiração. Na verdade, quando aquele iugoslavo, proscrito pelos seus próprios companheiros e encarcerado durante muitos anos, Milovan Djilas, escreveu aquele livro que ficou famoso, "A Nova Classe", em que tratava dos burocratas, dizia ele que o mundo estava diante de uma opção: ou capitalismo, a democracia capitalista em que haveria a liberdade sem pão, ou o socialismo em que haveria pão sem liberdade. Os tempos modernos, os dias, os meses e os anos que correm estão se incumbindo de provar-nos que esse dilema está completamente ultrapassado. E são as juventudes dos países socialistas e capitalistas que estão se encarregando de demonstrar nas ruas que essa opção está derrubada. E o apelo que fazemos às oligarquias políticas e militares que governam a nossa Pátria, para infelicidade de todos nós, é que tenham pelo menos a humildade da milenar Igreja Católica, humildade que a leva a rever uma série de conceitos e de reencontrar as suas raízes e a procurar também compreender a questão terrível que se processa em outras igrejas, a Igreja Marxista-Leninista, que também procura rever todos os seus dogmas e, de certo modo, voltar às suas origens. Nos países socialistas procura-se voltar a Marx; a Igreja Católica procura voltar ao Evangelho de São Mateus. Se elas tiverem a humildade de compreender o que está ocorrendo neste mundo que se estão agarrando a fantasmas, a coisas que não mais existem, a ideologias que já desapareceram, a dogmas que já estão liquidados — eles ainda estão segurando as paredes de Jericó, que já ruíram há muito tempo — então, nobre Deputado, deixará de haver espancamentos e verbas maiores para quartéis do que para escolas. E este o apelo sincero que desejo deixar na oração de V. Exa.

O SR. MATA MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado David Lerer. V. Exa. tem toda razão. A opção nas democracias populares, entre liberdade sem pão ou pão sem liberdade, tem indicado soluções de caráter eminentemente instrutivo. Na Tchecoslováquia foi substituído o Presidente da República na Polónia foi substituído o Presidente da República. Isto, em menos de 15 dias.

Voltando, Sr. Presidente e Srs Deputados, ao ponto do meu discurso em que falava da opção pelo socialismo ou pela análise das experiências socialistas, lembro que, apelida a "neurose do anticomunismo", grande jogada publicitária do imperialismo, e embora reconhecendo que o "so-

cialismo foi pôsto em prática por elementos identificados com o pensamento marxista" e que o "comunismo floresceu com uma experiência histórica, antieritã anti-evangélica, atéia, sobretudo em sociedades nas quais as Igrejas se identificaram totalmente com os regimes anteriores", estudo recente sobre o "papel da Igreja no Brasil" responde afirmativamente a duas perguntas fundamentais: "é possível humanizar o socialismo?" e "a Igreja pôde sobreviver num regime socialista?"

São afirmativas as respostas, pois "há na teoria socialista uma grandeza que o capitalismo está longe de ter. O homem é o sujeito do processo econômico e social, portanto, político. A civilização se funda no trabalho. O trabalho é o motor da história. Uma visão assim, percebe-se logo, não somente não se opõe ao Evangelho, mas é um conjunto de teses eminentemente evangélicas. Dizer que a produção, o capital devem estar a serviço do trabalhador, que devem ser propriedade sua, é afirmar um princípio evangélico de justiça. Ora, dar ao trabalhador os direitos da produção é colocar na mão do povo o processo do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político". Por outro lado, "a chance dos cristãos como força propulsora da história, neste ocaso do século XX, depende da opção em assumir ou não o processo de socialização do mundo. Não pedimos aos marxistas que assumam os princípios espirituais do Evangelho, contra as suas convicções mais profundas. Mas temos o direito de exigir deles que respeitem a nossa fé e a nossa recusa do materialismo sob tôdas as suas formas".

Para assinalar "o papel dos cristãos no processo revolucionário brasileiro", o mesmo ensaio, de fundamento teológico, resume-o em três afirmações: a necessidade de "purificar a religião do povo pelo anúncio do Evangelho"; de "desvincular a Igreja oficial de todo o processo de dominação política ou econômica, sobretudo o da dominação imperialista ou neocolonialista" e, ainda, de "dar testemunho da justiça", pois "se as estruturas que estão aí são injustas portanto desumanas e anti-evangélicas, os cristãos não têm outra coisa a fazer senão lutar, com o sacrifício de suas vidas se for preciso, até que as injustiças possam ser eliminadas". (Cf. Frei Francisco Araújo — "Qual o Papel da Igreja no Brasil", texto datilografado, pg. 9-14).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao processo de consciencialização para uma ação transformadora, verificado em dimensões nacionais sabe-se qual gente. Ela começa pelo assassinio de tem sido a resposta do sistema vi- um jovem estudante, passa por uma carga de cavalaria contra o povo e termina em uma portaria, que sus- da frente ampla. E' que já não ha- pende o movimento político pacífico via o que fechar, no meio estudantil ou na área das associações de classe dos trabalhadores. Nem se sente o Governo suficientemente forte para "fechar o clero". Sei, de muito boa fonte, que, em certos círculos oficiais, se chegou a pensar na restauração do sistema imperial do pa- droado através do qual a cúpula eleição dos bispos pela Santa Sé... contra-revolucionária influiria na Atr:s disso (ou alérs disso). Estaria a anunciada transformação do Ita- ntarati em Ministério do Exterior e do Culto!

Que outras espécies de respostas vi- rão? Resposta mesmo não virá. O que poderá vir serão formas diversas de reação como, ainda há pouco a ex- tensão a mais 67 municípios da cas- sação do direito de voto a milhares de cidadãos, impedidos de escolher os go- vernantes locais; e a tentativa soez de cassar mandatos de 9 representantes do povo de São Paulo, através de uma impostura processual que tentada na

época própria quando do registro das candidaturas, foi repelida pela mesma Justiça Eleitoral que se vê agora ameaçada da humilhação, de trans- formar-se em instrumento dos temores e da incompetência de um executivo, incapaz de adaptar-se a um regime a um regime de ampla liberdade, de paz efetivada pela participação fraternal de todos os brasileiros na condução da política nacional e de uma justiça que se liberte de formalismo para impres- sionar a ação democrático de promo- ção do bem comum.

Nós é que temos de responder. Nós, responsáveis políticos, sobretudo os que estivermos em condições de vin- cular-nos aos movimentos de posi- ção, que hoje se desenvolvem em tô- das as camadas do povo.

O Cronista Carlos Drumond de An- drade escreveu na "semana "cruci" da morte de Edson Luis:

"...esses tiros no menino que pedia, como outros, um restauran- te frequentável, esse sangue ino- cente na calçada, essa fúria polí- cial que revela terrível desconhe- cimento da mentalidade estudan- til, e torna cada vez mais hipoté- tico o sonho da incorporação dos jovens ao esforço de organização nacional, em harmonia com a di- reção do País — não aparece co- mo um trágico indicio da crise de uma estrutura que começa a re- correr à ferocidade para ocultar sua falência" ("Correio da Ma- nh", de 31 de março de 1968, 2º Caderno).

Confessemos a falência da estru- tura. Unâmo-nos para transformá-la e substituí-la (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado. 1

DEPUTADO MATA MACHADO
 DCB 23.4.68 - pg. 1680

*Questão de meta-
 lúrgicos em
 Minas Gerais*

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há qualquer coisa de estranho em Minas Gerais, pelo que se acabou de ouvir: é um médico, altamente conceituado, o Dr. Francisco Neves, que vê a sua casa invadida por agentes policiais, acusado, estranhamente, esse facultativo de dirigir guerrilhas urbanas; são estudantes presos; é a pressão e ao mesmo tempo, o desespero de uma situação governamental que mal se consegue manter de pé.

A comunicação que venho fazer, entretanto, de alta relevância e de gravidade indissociável, tem outra característica. A este momento, cerca de 10 mil operários metalúrgicos se encontram em greve no meu Estado. O movimento se iniciou na Trefilaria da Belgo Mineira, na cidade industrial; em seguida, estendeu-se à Sociedade Brasileira de Eletrificação e à Usina Siderúrgica Mannesman, nesta última com um número de operários superior a 5 mil:

Ninguém pode pôr em dúvida a importância do problema. Em discurso que pronunciei sexta-feira, dia 19, chamei a atenção para o processo de tomada de consciência, em dimensão nacional, que ocorre no Brasil. São estudantes que se mostram capazes de assumir responsabilidades e são também trabalhadores que perdem o medo.

Sob esse aspecto, a greve dos metalúrgicos em Minas Gerais constitui, a nosso vez, possivelmente, o problema político e social de maior gravidade neste momento. Qual foi, Srs. Deputados, a reação do Governo antes a greve? O Coronel-Ministro do Trabalho deveria receber, em Ouro Preto, na data de ontem, uma medalha especial. Antecipou, então, a sua ida a Belo Horizonte, a fim de entrar em contato com o problema da greve operária. Falou aos operários no Sindicato e disse-lhes: "Se vocês querem brigar, nós também estamos dispostos a brigar. E vocês são a parte mais fraca". "A seguir, pelo rádio e pela televisão, sustentou a mesma tese, acrescentando que a parte mais fraca tem de perder. Já se sabe, Sr. Presidente, que, nas condições atuais, nem sempre a parte aparentemente mais fraca tem de perder. Lembrem-se apenas a guerra do Vietnam.

O Coronel-Ministro foi aplaudido, foi valado. Depois, houve por bem, ou por mal, acusar o MDB. Sustentou que a greve não teria ocorrido, se o MDB não houvesse obstruído o Projeto nº 1.118-A, que atenua o archo salarial. Explicando essa atenuação, o Ministro declarou aos operários que estes teriam, desde logo, um aumento de 8%. Os grevistas, Senhor Presidente, pleiteam, modestamente, 25%. Mas o Ministro não foi exato, quando informou que o projeto ainda não foi aprovado, porque o MDB lhe faz obstrução. O que o MDB tem impedido, Sr. Presidente, é a aprovação de uma emenda da

Enquanto essa emenda não for retirada, o MDB ficará em defesa dos operários, sustentando a obstrução do projeto.

Ontem, dia 21, às 9 horas da manhã, reuniu-se uma assembléa dos grevistas, com fim de apreciar proposta encaminhada pelo Ministro-Coronel. Esta proposta reduz o pleito do operariado a 10%. Eis, Sr. Presidente, por que foi impossível na assembléa de ontem, embora durasse toda a manhã e parte da tarde, sequer apreciar-se a proposta ministerial. Trata-se de um movimento espontâneo, subversivo, não, antes resposta à política salarial e econômico-social do Governo, que marginaliza o operariado e que reduz o problema da inflação aos aumentos de salário.

A greve tem aspectos conflitantes com a legislação vigente, sem dúvida, porquanto para os metalúrgicos só em outubro seria possível renovar-se o acordo salarial. Mas ninguém pode negar a sua legitimidade. Afinal, aquilo de que os operários fazem uso é de um velho direito a que os antigos chamavam "jus necessitatis", o direito em virtude do qual, numa situação de miséria e fome, os textos legais não devem vigorar como tabu, mas adaptar-se às circunstâncias reais.

Há, Sr. Presidente, nas declarações do Coronel Passarinho, algo de correto. Falando ao "Jornal do Brasil", S. Ex. declarou:

"Esta greve pode-se tornar uma situação histórica, pois é o mesmo que aticar a onça com vara curta. Por ser uma greve ilegal, sem nenhuma preparação, significa uma provocação ao Governo, e quem provoca deve ter forças necessárias para conhecer as consequências".

Algo de histórico tem, sim, essa greve. Ela representa, como disse, mais um aspecto da conscientização do povo, que se levanta uníssono, no Brasil inteiro, através de todas as suas camadas contra o atual sistema vigente. Qual a onça que é aticada com vara curta? Evidentemente essa onça é simplesmente o Governo.

Não posso dar outra interpretação a palavra do Ministro do Trabalho. Mas é bom que se retifique, na sua declaração, a referência aos provocadores. Quem provoca é, na verdade o Governo. A presença do Ministro do Trabalho constituiu, durante esses dois dias, em Belo Horizonte, uma autêntica provocação. Entretanto, desde o momento em que S. Exa. sentiu a necessidade de, em contato com a área patronal, procurar uma base para solução do problema, desde aí reconheceu que a greve pode ter aspectos de ilegalidade, mas é uma greve justa, tanto que para solucioná-la S. Ex. propõe um aumento -- ridículo aumento de 10%. (Muito bem).

DEPUTADO
MATA MACHADO
DCB 2.4.68 - pag 1.000

273

Relata os acontecimentos de protesto estudantis da Guanabara, dos quais participou integralmente.

As manifestações de caráter estudantil foram proibidas, e isso constou de comunicado oficial do Governo Negrão de Lima. Entretanto, estão os jovens dispostos a comparecerem, às 17,30 horas às ruas.

Entre boatos que vão até a possível intervenção federal no vizinho Estado, houve algo, a meu ver, de grande importância. O clero da Guanabara reuniu-se com o Bispo-Auxiliar, Dom Castro Pinto, e decidiu participar das manifestações dos estudantes.

"Com este luto, a luta começou". Assim definiram os jovens a sua posição em face do que estabeleceu no Brasil há quatro anos, no dia 1º de abril de 1964. E' de perguntar: a luta apenas começou? Já não vinha desde a data da contra-revolução? Os jovens não se colocam na perspectiva do passado. Como é da sua natureza e do seu destino, o que lhes interessa é o futuro. A dramática senha — "com este luto a luta começou" equivale a uma tomada de ofensiva. Tal como no mundo inteiro, no Japão e na Colômbia, nos Estados Unidos e na Polônia, na Venezuela e na Tchecoslováquia, na Espanha e no Panamá, na aparentemente tranquila Inglaterra e na trepidante China, é o poder jovem, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que se levanta; é a juventude que só agora amadureceu, quando a geração pós-guerra atinge a idade da decisão. Depois da carnificina de 1939 a 1945, que levou à morte milhares de moços, no mundo inteiro, sem exclusão do Brasil, as guerras continuaram, desde a Coreia ao Vietnã, da Argélia a Israel e ao Egito. E os sacrificados foram sempre os jovens, enquanto os centros de decisões políticas e de comando da vida social e econômica eram ocupados pelos sobreviventes de gerações superadas.

Instalou-se, no mundo inteiro, uma gerontocracia — o governo dos velhos: velhos de tempo e de mentalidade.

Chegou a hora dos jovens que atingem as décadas de 20 e de 30. Se não lhes querem abrir o caminho à afirmação pessoal e à assunção de responsabilidades, eles próprios avançam em estradas que eles mesmos cavam, estradas marcadas de suor, de lágrimas, de sofrimento e morte. Antes de 1964 nada parecia deter a marcha dos jovens, vanguarda do povo para o futuro. Eles estavam presentes às ruas das cidades e às veredas dos campos, nas escolas, nos sindicatos, nos quartéis, nas empresas privadas, nos órgãos de serviço público.

O Sr. Jonas Carlos — Nobre Deputado, realmente, o jovem de hoje será o administrador de amanhã. Esse jovem, porém, deve ser preparado para trabalhar com responsabilidade e nunca incentivado às greves, ao incêndio de carros e à destruição. Jamais serão grandes administradores, se nada apreenderem na época devida. Esses, não poderão dirigir, no futuro, os destinos da Pátria. Realmente, serão os jovens de hoje os administradores de amanhã. Mas precisamos dar-lhes, para isso, instrução, aliada ao trabalho, à prática, à teoria da tecnologia. Da maneira como estão procedendo, amanhã serão os mesmos badenciros, quando tiverem o poder em suas mãos.

O SR. MATA MACHADO — Muito grato pelo aparte V. Exa. que confirma em grande extensão as afirmativas que venho fazendo até agora.

O Sr. Unirio Machado — Nobre colega, efetivamente, o jovem tem duas posições a tomar. Ou ele acompanha e vive os problemas do seu País e deles participa, ou ele é um alienado da sistemática político-econômica da Nação.

Por esta razão, parece que detendo o Deputado o silêncio dos jovens, no sentido de...

O SR. MATA MACHADO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, era meu propósito limitar a manifestação desta tarde a uma ligeira comunicação de cinco minutos. Entretanto, a todos os problemas, a todas as causas levantadas no decorrer desse debate, devo acrescentar informações que me acabam de chegar da Guanabara.

As comemorações da revolução, ou da chamada revolução de 1964, parece que se desenvolvem pelo País a fora. Na Guanabara, segundo as informações que me foram enviadas pelo nosso colega Márcio-Moreira Alves, o Exército acaba de mobilizar-se, ocupando toda a vizinhança do respectivo Ministério, antigamente conhecido sob o nome de Ministério da Guerra. O Exército ocupou...

CONGRESSISTA: MATA MACHADO
 PROJETO Nº _____
 Nº _____
 DO de 201 07/691 CD-CP-OM Pg 4409
 DO Nº 1 do 1 1

Atas da nota do C.S.M.

09/11

vimento grevista dos metalúrgicos demonstrou que o Governo, quer estadual, quer federal, é inacessível às justas reivindicações e aspirações do povo e incapaz de sentir a profundidade da sua miséria". O documento que o padre Soares assinou ressalta que um Governo que alimentar a violência injusta dá ao povo o direito de responder à opressão e à violência com igual violência, porém justa, de oprimidos, visando a sua libertação. E outro crime cometeu ainda o Padre Soares: ofereceu aos operários de Osasco a Igreja de Santo Antônio para ali se refugiarem, caso o seu sindicato viesse a ser ocupado pela polícia. Foi ocupado pela polícia o sindicato, e entregue a um interventor que, coincidentemente, é um antigo piloto da Força Aérea Brasileira. Recorde-se que o Delegado do Trabalho em São Paulo, é um General do Exército reformado. Assim, o Padre Soares teve cercada a sua igreja e, em seguida, foi preso e conduzido para o DOPS, onde, até a madrugada de hoje, prestava declarações.

Invadido o Sindicato dos Metalúrgicos, ali foram detidos também mais de seis dezenas de operários, e entre eles, ainda uma vez um sacerdote; o Padre, que também é operário, Pierre Wauthier.

O Sr. Doin Vieira — Permita que aproveite a esplêndida moldura da manifestação de V. Exa. para ressaltar o contraste e a disparidade entre os recentes pronunciamentos das autoridades religiosas brasileiras e o comunicado oficial do Governo através do Conselho de Segurança Nacional. Enquanto os líderes do pensamento espiritual vão cada vez mais intensamente se identificando com o povo, com suas aspirações e com seus anseios, tornando-se dinâmicos; o Poder Executivo através dos seus elementos mais representativos, se alinha, se distancia, retroage se desidentifica permanecendo estático. Este é o contraste que desejava ressaltar, para explicar com ele também a profunda divergência entre a compreensão do Poder Executivo e o entendimento do poder espiritual, divergência que se manifestou, inclusive nesta Casa, ainda há pouco através do registro crítico feito por um Deputado a essa esplêndida posição adotada pela liderança espiritual no Brasil. Muito obrigado.

O SR. MATA MACHADO — Sou eu nobre Deputado, que agradeço a V. Ex^a o aparte. Lembro que esse contraste pode ser evidenciado também, através do confronto entre o que disse o Conselho de Segurança Nacional e a resposta da Liderança do MDB, nesta Casa, que salientando as manifestações do inconformismo do povo brasileiro, em face do sistema vigente recordou que líderes religiosos estão ameaçados, de ver cortada a própria ação pastoral.

Isto me traz de novo ao caso do Padre Wauthier, preso entre operários por ser operário. E, se operário era, onde deveria estar senão com seus companheiros? Por isto, a denúncia do nosso partido corresponde a um estado de coisas que deveria merecer maior atenção por parte do Governo. Perguntaria se a insistência nesses aspectos de perseguição também na linha religiosa, se a denúncia que fazemos deles não significaria o pleito a favor de algum privilégio. Não sou eu quem vai responder. O próprio Cardeal D. Agnelo Rossi, que acaba de ser reeleito Presidente da Conferência Nacional dos Bispos, fez esta declaração lapidar:

"A Igreja e os padres não devem ter nenhum privilégio. E, se eles foram presos quando serviam à comunidade, terão todo o nosso apoio."

Mencionei a prisão do Padre Soares e do Padre Wauthier. Posso refe-

O SR. MATA MACHADO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, soa estranhamente, como verdadeira ironia um dos itens da nota da Presidência da República após reuniões do Conselho de Segurança Nacional: "Governo e povo irmanados". Na realidade, fatos sucessivos demonstram exatamente o contrário: o que há é separação completa entre Governo e povo. As denúncias que venho trazer a esta Casa são o sinal evidente do irremediável divórcio.

De São Paulo me chegam notícias, através de informações absolutamente seguras: operários oprimidos, classe teatral desprotegida, eis a síntese dos fatos. Da greve dos metalúrgicos paulistas a Câmara tem tomado conhecimento. Talvez ainda não saiba, entretanto, que o assistente da Juventude Operária Católica, padre Antônio Almeida Soares foi preso ontem. Cometeu algum crime? Sim, na perspectiva do Conselho de Segurança Nacional. Com cerca de 100 outros sacerdotes, o padre Soares hipotecou solidariedade aos trabalhadores de Osasco. E o fez através de um manifesto onde se lê que "o mo-

rir também a prisão de outro sacerdote, este solidário com o movimento estudantil de Botucatu, o padre José Eduardo Augusti, também submetido às maiores humilhações pela polícia paulista.

O Sr. Martins Rodrigues — A grande esperança que, neste instante de tantas perspectivas sombrias da vida política nacional, ainda podem nutrir os espíritos dos homens públicos, daqueles que se preocupam com os destinos do País, reside, precisamente, na posição nitida corajosa e consciente da Igreja em nossa Pátria, no que se refere aos problemas políticos, sociais e econômicos que perturbam o desenvolvimento do País. O fato de não somente os elementos mais avançados da Igreja, aqueles que muitos já não se pejam de chamar de extremistas ou comunistas, se solidarizarem com as reivindicações de estudantes, operários e intelectuais — e o fato não se restringe, como disse, aos elementos mais avançados, mas a toda a Igreja, mesmo através dos espíritos mais moderados dentre seus grandes vultos — isso tudo conforta o nosso espírito e, como disse ainda há pouco, enche-nos de esperança. A Igreja realmente se identifica — e a história do mundo bem o demonstra, através dos tempos — com as grandes causas da humanidade. Desde que Cristo a implantou, através da sua pregação e do magistério que a ela entregou para exercer, a Igreja se identifica com as grandes causas da humanidade, de caráter internacional ou nacional, e nós não podemos ter dúvida de que essas são as causas da verdade, as causas que hão de vencer e, graças a Deus, em relação a nosso País, hão de vencer em futuro muito mais próximo do que se poderia pensar. Esta a nossa esperança, esta a nossa convicção, que realmente alenta, nesta hora de desalentos, o espírito dos que lutam pela redemocratização do País e mais do que isto, pela renovação das estruturas sociais, econômicas, jurídicas e culturais, ou melhor, pela sua substituição por estruturas que representem realmente a justiça social que está no espírito da pregação do Evangelho.

O SR. MATA MACHADO — Muito grato a V. Ex.^a. É claro que todas essas manifestações da Igreja, contra as quais se mobiliza o esquema punitivo do atual Governo, são outras tantas expressões de uma tomada de consciência e, sobretudo, de uma ligação, de uma tomada, já agora, de contato real com o povo, respondendo, assim, ao divórcio entre Governo e povo a que há pouco me referi, e estabelecendo este contraste: enquanto o Governo se separa cada vez mais do povo, a Igreja cada vez mais se solidariza com ele.

Fiz menção, Sr. Presidente e Srs. Deputados, à nota da liderança do MDB na Câmara, exatamente para mostrar a sua gritante atualidade, e gostaria, ainda uma vez voltando a ela, de lembrar não apenas as manifestações dos operários oprimidos por uma política salarial de arrôcho, como também aquelas que são levadas a efeito pela juventude estudantil brasileira, que, em São Paulo, acabava de dar realce a outra prova de que o Governo, realmente obcecado pela ideologia de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, insiste em colocar a juventude fora de qualquer área dentro da qual possa ela manifestar seu desejo de colaborar para o desenvolvimento do País, seu desejo de inserir-se no processo político nacional.

Quarenta estudantes foram presos nesta madrugada, quando mais de duzentos soldados invadiram a Faculdade de Direito, a velha faculdade das arcadas, no centro da própria Capital paulista.

De novo mencionamos a nota do nosso Partido. Sem conhecimento

prévio de qualquer acontecimento que pudesse justificar as suas observações, o nosso líder lembrou ainda, entre os movimentos de inconformismo, sinal de funcionamento normal da democracia, aqueles que são dirigidos pela inteligência nacional, submetida à vigilância e à pressão da censura. A referência a este tópico nos leva à segunda denúncia que queremos fazer hoje.

Ontem à noite, em São Paulo, quando no Teatro Ruth Escobar, se exibiu a peça "Roda Viva", de Chico Buarque de Holanda, aquela casa de espetáculos foi invadida por terroristas que, pela sua ação, se caracterizaram como homens da direita. Armados de revólver, espancaram artistas, chegando a ferir gravemente a personagem central da peça, Marília Pêra, que neste momento se encontra hospitalizada, em São Paulo, com a cabeça quebrada. O grave do acidente e da invasão do teatro está em que um dos agressores chegou a ser preso pelos artistas. Levado a uma delegacia, o titular da repartição se negou a autuá-lo e disse ao artista cu aos artistas que o tinham levado até a delegacia: "Vocês estão fazendo onda com a Censura; aguentem agora as conseqüências".

De onde terá vindo esse terrorista? A quem interessará o movimento de terrorismo que se vai repetindo, aqui e ali, pelo Brasil? Cui prodest? Como se dizia antigamente. A quem aproveita tal tipo de ação senão aqueles que querem levar ao extremo a ideologia de segurança nacional, transformando este País, não num quartel mas numa enorme penitenciária?

Os artistas tentaram ainda reagir, tentaram ainda resistir a essa forma de opressão. Sob a liderança de Cécilda Becker, um grupo deles tentou, até alta madrugada, contato com o Governador Abreu Sodré. S. Ex.^a não os recebeu.

Eis então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao lado de operários oprimidos por uma política salarial de arrôcho, a classe teatral, representativa da inteligência brasileira, completamente desprotegida.

O que ocorreu agora em São Paulo pode, de certo modo, comparar-se ao que se verificou, ontem mesmo, aqui em Brasília, em relação ao Festival do Cinema Brasileiro de Curta Metragem. Dois filmes tiveram censura total e um, parcial.

Os interessados no Festival do Cinema tentaram fazer a exibição em sessão reservada. Foi-lhes negado isso.

Solidários, todos os cineastas susponderam o Festival e desistiram de qualquer exibição.

Eis, mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a inteligência submetida à vigilância e à pressão da Censura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Governo continua cego e surdo. Qual solução encontraremos? Menciono de início, aquela irônica referência da nota do Conselho de Segurança Nacional ao Governo e ao povo immanados. Seria necessário que não se dissesse apenas isso: que povo e Governo estão immanados. Seria preciso buscar, sinceramente, essa fraternidade com o povo. Seria preciso que o Governo se orientasse não pela idéia de segurança, repressão, isolamento, mas pela idéia de justiça, paz, de fraternidade — triplicado e figurou no símbolo de Paulo VI, quando se encerrou o Ano da Fé, nos últimos dias do mês de junho.

A solução estaria em mudar muitos? Para que? Não se trata de mudar este ou aquele de posição no Governo. Trata-se de mudar o Governo. Trata-se de mudança radical.

Outro dia, lembro-me agora, o Ministro do Exterior, em discurso pronunciado em uma cidade do Estado do Rio, convidava o próprio Governo

— considerava-se a si mesmo e aos seus companheiros de Governo — a uma autocrítica, e convidava-se a si próprio e aos companheiros também à quebra da rotina. Claro, se S. Ex.^a nem sequer ouviu a si mesmo, como poderia obter que o Governo o ouvisse? O que se precisa, Sr. Presidente, para concluir, é encontrar a fórmula da volta ao povo, para que se verifique a volta ao povo, origem de todo Poder e em nome de quem o Poder deveria exercer-se. (Muito bem, Palmas.)

PROSSO

CONGRESSISTA: MATA MACHADO
 PROJETO N.º
 CAMARA SENADO
 DC de 701.041.681 CD-SE-CH Pg 23/28
 DO N.º 1 de 1 1

273

*Dia do Trabalho
 Aniversário de sua
 comemoração*

seu término no dia 25, na quinta-feira, passada, quando a Belo Horizonte compareceu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Política Salarial.

Gostaria de assinalar, desde logo, a importância dessa presença da Câmara dos Deputados no episódio; e o faço para, se não emendar, pelo menos atenuar certos aspectos do noticiário jornalístico, que atribuiu fôco à intervenção do Ministro do Trabalho, o Cel. Jarbas Passarinho, o final desse movimento de afirmação da vontade dos trabalhadores.

A verdade é, que, quando a CPI chegou à capital de Minas, cerca de 30% dos operários ainda se encontravam em greve. E, para que o movimento fosse suspenso, a Comissão Parlamentar de Inquérito obteve a garantia, por parte dos dirigentes de empresas, de se absterem de qualquer espécie de punição àqueles que, havendo estado em greve, houvessem retornado ao trabalho na véspera, ou o fizessem no próprio dia 25.

De começo, afirmou-nos o Presidente da Federação das Indústrias que o compromisso assumido pelo Ministro do Trabalho, depois de prévio assentimento dos dirigentes das empresas, duraria apenas 24 horas. Havíamos ouvido, sucessivamente, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, dois líderes que se encontravam praticamente detidos no seu sindicato, dos Metalúrgicos, que recebeu pessoalmente do Ministro Jarbas Passarinho expressivo elogio.

Só quando estiveram presentes na CPI os representantes da classe patronal sob o compromisso de que o sindicato, que se reuniria à noite naquele mesmo dia, determinasse a volta integral ao trabalho, é que não se verificaríamos punições. Infelizmente, ao que se sabe, muitos operários foram presos depois da greve, e o último ato do Ministério do Trabalho, através da Delegacia em Belo Horizonte, foi o de cancelar possibilidade ao sindicato de retirar qualquer importância do Banco do Brasil, o que constitui, de certo modo, um começo de intervenção.

Convém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se procure caracterizar a greve e, em segundo lugar, que se tente interpretar qual foi a posição do Governo em face do movimento.

O Sr. *Ultimo de Carvalho*. — Antes que V. Exa. passe ao assunto seguinte desejava que o nobre colega também esclarecesse a Casa, com essa lealdade com que sempre ocupa a tribuna que o Sr. Ministro, ao verificar o saldo dos sindicatos, estranhou que o dinheiro destinado a bolsas de estudos, fosse retirado, quase na sua totalidade, às vésperas da greve. S. Exa. apenas estranhou esse fato, porou o dinheiro não pertencia ao sindicato, mas, sim às bolsas de estudo que este benemérito Governo (não apoiados) destina aos filhos dos trabalhadores.

O SR. MATA MACHADO — O aparte de V. Exa., nobre Líder da Maioria, parece confirmar a notícia de que teria havido o bloqueio das contas do Sindicato dos Metalúrgicos no Banco do Brasil e, mais ainda, de que esse bloqueio teria sido determinado — quem sabe — pessoalmente pelo Sr. Ministro do Trabalho. Quanto à estranheza do Sr. Jarbas Passarinho a respeito da utilização dos recursos destinados às bolsas de estudo exatamente no época em que se desenvolvia o movimento grevista, posso afirmar a V. Exa. que um dos dependentes, a Secretária do Sindicato, Conselheira Imaculada, declarou que a última nota que denunciou o movimento grevista foi a verificação, por parte de centenas de operários, de que os seus filhos deviam ser retirados das escolas e dos colégios, pela absoluta impossibilidade de tirar de nenhuma escola que recebem quantias suficientes para aquisição de li-

vros, de cadernos, de lápis e de borracha. Era a hora própria para distribuir as bolsas do PZBB, a fim de ao menos possibilitar aos operários que dessem aos seus filhos educação primária.

O Sr. *Márcio Moreira Alves* — Nobre Deputado, a indagação do Ilustre Líder da Maioria demonstra como está longe da realidade escolar (*Muito bem*). É bem verdade que já se vão muitos anos que o Deputado *Ultimo de Carvalho* foi à escola, como também a maioria dos membros do Governo. Mas me parece elementar a constatação de que o mês de abril é o principio do ano letivo e, portanto, o mês em que os pagamentos de bolsas educacionais devem ser feitos.

O SR. MATA MACHADO — Muito grato ao aparte de V. Exa. O mais grave é que parece ter sido o bloqueio da conta do Sindicato dos Metalúrgicos uma determinação do Ministro do Trabalho.

O Sr. *Ultimo de Carvalho* — Permite, nobre Deputado. Não houve bloqueio da conta, mas retirada antecipada do Banco do Brasil dos recursos que pertenciam ao Sindicato, para o fornecimento de bolsas de estudo. Este dinheiro, diz o Sr. Ministro do Trabalho — e, hoje, estou falando com a palavra de S. Exa. — foi retirado às vésperas da greve. Portanto, não foi para atender àque-la necessidade dos estudantes, porque, se fosse para atender às necessidades dos operários, V. Exa., repetido, com a lealdade que nos acostumamos a conhecer, não estaria a dizer que as esposas dos operários estavam à espera dessas bolsas de estudo, para atender ao pagamento das mensalidades de seus filhos. Vê V. Exa. o que o Sr. Ministro estranhou foi o dia em que o dinheiro foi levantado, justamente às vésperas da greve.

O SR. MATA MACHADO — V. Exa. verificará que é um problema de datas. A greve teve início no dia 15 de abril. Se o Ministro estranhou que as bolsas de estudos fossem pagas imediatamente antes da greve, o Sindicato a tomou, essa providência exatamente no instante de matricular os alunos, como salientou o Deputado *Márcio Moreira Alves*. Não vejo outro motivo. Ainda falta na exploração do Governo um pormenor importante: o de saber se o dinheiro retirado pelo Sindicato o foi para atender às necessidades dos operários, em matéria de educação, ou para fazer a greve. E V. Exa. sabe que o próprio Ministro do Trabalho reconheceu que a greve nasceu espontaneamente e que não teve o comando, nem de comunistas nem de revanchistas. Foram declarações de S. Exa. a que eu farei referência ainda no decorrer de meu discurso. Portanto, não havia outro motivo para bloquear as contas do Sindicato, a não ser o de tirar uma pequena vingança em relação ao movimento grevista que se verificou.

O Sr. *Hermano Alves* — Nobre Deputado Mata Machado, curioso é que o mesmo Ministro do Trabalho que disse que o movimento surgiu espontaneamente, com a parada de um turno de trabalho numa fábrica, venha, como vemos na edição de "O Globo" de 29 de abril de 1948, afirmar que a greve de Minas iniciaria a contra-revolução. E vem tentar fazer uma daquelas fantasias, ou uma daquelas intrigas de que é useiro e vezeiro o atual Governo, com o seu sistema de espionagem interna. (*Apoiados e não apoiados*). Vem afirmar que havia todo um plano nacional para paralisar as fábricas, em Minas e São Paulo, até o dia 1º de maio. Quer dizer, o Sr. Jarbas Passarinho vai lá, ameaça todo o mundo e depois afirma que a greve não foi politicamente manipulada. Em seguida quando começa a sofrer ataques nas áreas do Governo, começa a dizer que foi uma contra-revolução por diante. Quero apenas

O SR. MATA MACHADO:
 (Como Líder) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, ocupo a tribuna para analisar aspectos da primeira comemoração do Dia do Trabalho, a qual se encerrou há pouco em Belo Horizonte.
 Trata-se da greve dos operários metalúrgicos, que chegou a imobilizar 14 mil operários e que só encontrou o

houvar, diante desta conduta irresponsável do Sr. Ministro do Trabalho, o cuidado do Deputado Último de Carvalho em afirmar o seguinte: "Não sou eu quem está fazendo; esta é uma declaração do Sr. Ministro do Trabalho". Gostei de ver a ressalva, porque, da última vez que S. Exa. aqui veio, brandindo um documento oficial e acreditando nesse documento do Comandante Interino do 1º Exército, o General Horácio Cunha Garcia, S. Exa. terminou ficando numa situação difícilíssima. Homem de princípios morais — todos nós o reconheceremos — S. Exa. acabou profundamente abalado, ao ver que uma denúncia que se fizera, e que S. Exa. contestara, era verdadeira, qual seja a de que torturas tinham sido aplicadas em dois intelectuais na área do 1º Exército.

O Sr. Último de Carvalho — Quero apenas dizer ao nobre Deputado Hermanno Alves — e para isso peço ao orador o obséquio de sua tolerância por um instante — que, quando uma autoridade retifica sua declaração, é ela quem deve ser julgada, e não o Deputado que a defendeu. Eu me baseei num documento oficial fornecido pelo Comando do 1º Exército. Em seguida o Comando do 1º Exército vem e retifica a declaração oferecida à imprensa. De forma que o problema de acertar contas com a Oposição não é comigo, é lá com o Comandante do 1º Exército. Ele foi quem retificou a notícia. Eu nada tenho a retificar.

O SR. MATA MACHADO — Aliás, em abono ao que V. Exa. diz recordo-me de que os jornais registraram a circunstância de haver V. Exa. feito queixas pessoalmente ao Senhor Presidente da República, em relação a esse natureza de informações enviadas à Liderança da Maioria.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que, em face do problema da greve dos metalúrgicos, convém que se examine a natureza do movimento operário e, ao mesmo tempo, a natureza da presença do Governo no episódio.

O Sr. David Lerer — Permita-me V. Exa., antes que perca a oportunidade. Peço a V. Exa. desculpas por abusar da tolerância de V. Exa. Recebi, como membro da Comissão de Legislação Social, uma convocação para uma reunião extraordinária, vadiada nos seguintes termos:

"O Sr. Deputado Francisco Amaral, Presidente da Comissão de Legislação Social, convoca os Srs. Membros para uma reunião extraordinária, que será realizada às 16,00 horas, do dia 29 do corrente, segunda-feira" — hoje, portanto, — "na Sala da Comissão, a fim de ser ouvido o Exmo. Sr. Senador Jarbas Passarinho, DD. Ministro do Trabalho e Previdência Social, que explanará sobre legislação trabalhista no País, em comemoração do jubileu de prata da Consolidação das Leis do Trabalho".

O convite é para hoje, nobre Deputado. Acabei de chegar, neste instante da Comissão de Legislação Social onde ia fazer a S. Exa. entre outras perguntas, essa que foi mencionada pelo nobre Deputado Hermanno Alves, de que estaria em marcha uma contra-revolução no País, a partir da greve dos metalúrgicos de Minas fato que preocupa toda a Casa. No entanto o Senador Jarbas Passarinho, o Coronel Jarbas Passarinho — prefiro falar Coronel Jarbas Passarinho — não compareceu à Comissão, nem deu nenhuma explicação ou satisfação, e ninguém pôde lá, informar-me o motivo do não comparecimento do Sr. Ministro do Trabalho. É possível que o Ilustre Líder da Maioria desta Casa, que fala pela boca do Sr. Ministro Jarbas Passarinho, possa, eventualmente, dizer-me as razões pelas quais ele não

compareceu, para comemorar o jubileu de prata da Legislação Trabalhista, que este Governo tanto mutilou.

O SR. MATA MACHADO — Muito grato ao aparte de V. Exa. E é evidente que, da minha parte, V. Exa. não pode receber nenhuma explicação quanto a esse "forfait" do Senhor Ministro do Trabalho.

O Sr. Último de Carvalho — Nem da Liderança da Maioria.

O SR. MATA MACHADO — Assim ambos estamos completamente desinformados a respeito do que se passa no Governo...

O Sr. Doin Vieira — Nobre Deputado Mata Machado, lamentamos, mormente, a ausência do Ministro Jarbas Passarinho, porque desejaríamos solicitar a S. Exa. que nos exhibisse esses documentos que colheu em Belo Horizonte, em que fundamenta agora sua convicção de que se prepara um plano nacional de contra-revolução. Na ausência do nobre Ministro, solicitar a V. Exa. fizesse à Liderança da Maioria esta solicitação de que apresente à Casa esses documentos que colheu — segundo S. Exa. informou — em Belo Horizonte, que comprovam no entender de S. Exa. que a greve, que sobmos resultado da fome, da miséria e da necessidade. Era o início de uma contra-revolução em todo o País.

O SR. MATA MACHADO — V. Exa., que fez parte da CPI, sabe muito bem que tais documentos não existem.

Mas, Sr. Presidente, a greve foi, a meu ver, um processo de consciencialização da classe operária. A situação do Brasil desde 1964, é a da completa eliminação dos trabalhadores da vida pública, impossibilitados de participação no desenvolvimento, quer o desenvolvimento econômico-social, quer o simples desenvolvimento político. Consciencialização é sobretudo, amadurecimento. Os trabalhadores perdem o medo. A greve exprime, exatamente o lugar onde se encontram, hoje, os temerosos. Não estão eles mais na classe operária; estão nitidamente na área governamental. Basta que se considere a rápida mobilização do Ministro Jarbas Passarinho. S. Exa. esteve em Minas tanto quanto duas vezes por causa de uma greve pacífica e tranqüila de 14 mil metalúrgicos. E quanto a esse processo de consciencialização, não quero usar de outro elemento para prová-lo, senão da palavra de pessoa altamente situada na classe empresarial de Minas. Trata-se do Dr. Waldir Soeiro, Diretor da Mannesmann e Presidente da Federação das Indústrias da Cidade Industrial. S. Sa. declarou, não apenas à imprensa, mas perante a CPI da Câmara dos Deputados, que o comportamento dos operários, durante os dias de greve, foi uma demonstração de desenvolvimento cultural; e um sinal de amadurecimento da classe. Esse amadurecimento correspondente exatamente ao que temos chamado a consciencialização ou a tomada de consciência dos trabalhadores, que é, sobretudo, ver e julgar para a ação transformadora ou revolucionária.

Da parte do Governo, quais terão sido as razões que motivaram a atitude das classes dirigentes do País? Já mencionei, por mais de uma vez, as idas e vindas do Sr. Ministro do Trabalho a Minas Gerais, mas, agora, quero assinalar que essas idas e vindas não tiveram apenas um caráter físico, foram também idas e vindas no terreno das idéias.

No dia 26, os jornais registraram as palavras do Sr. Ministro. Já, então, como hoje, em "O Globo" — conforme verificamos através do aparte do Deputado Hermanno Alves — S. Exa. surpreendida no movimento algo a que chamou uma contra-revolução. Mas reconhecia a espontaneidade da mo-

bilização dos operários e dizia expressamente: "Não foram os comunistas, nem os revanchistas que geraram a greve, falta-lhes capacidade para isso. "O que poderia gerar a greve" — ainda é do Coronel Passarinho" seriam a fome e as dificuldades dos assalariados".

S. Exa. vai vincular o movimento grevista à remota preparação do 1º de maio, mas reconhece — ainda são palavras de S. Exa. — "que a causa da greve foi justa".

Realmente, em resposta à indagação da CPI sobre a política salarial, um dos operários de quem se indagava se a greve era ou não legal, respondeu-nos, com a maior tranqüilidade: "A greve foi ilegal; mais ilegal, porém, é a nossa barriga vazia". Assim o operário confirmava as primeiras impressões, as primeiras afirmações, as apreciações iniciais do Ministro Jarbas Passarinho.

Ouco o nobre Deputado Geraldo Guedes.

O Sr. Geraldo Guedes — Nobre Deputado Mata Machado, retroagindo um pouco àquela parte do discurso de V. Exa. em que houve a interferência do nosso companheiro David Lerer eu me permito apenas prestar um esclarecimento agora recebido pela Liderança do Governo do gabinete do Sr. Ministro do Trabalho. Na verdade, o Sr. Ministro do Trabalho recebeu convite para aqui comparecer e fazer uma explanação sobre o que tem sido, no País, os 25 anos de exercício da aplicação da legislação trabalhista. S. Exa., porém, já comprometido com outras obrigações, tendo outros compromissos que não podia adiar, nem transferir, não pôde comparecer. Mas, de antemão, deseja acenar à Casa que não se omitirá no registro desta data e, em qualquer lugar onde esteja, durante essas dias que antecedem a comemoração oficial do 1º de Maio, não deixará de passar pelo seu espírito esta efeméride que, sem dúvida alguma, é um dia da consciência de cidadão, de Ministro e de brasileiro. (Muito bem, Palmas.)

O SR. MATA MACHADO — Registro a resposta de V. Exa. ao aparte do nobre Deputado David Lerer e insisto ainda, Sr. Presidente e Senhores Deputados, nas idas e vindas do Ministro Jarbas Passarinho, não mais idas e vindas de caráter apenas físico, mas também de caráter — eu diria a palavra meio proibida — ideológico. S. Exa. agora, em declarações publicadas hoje, no jornal "O Globo", volta às primeiras observações que fez a respeito da greve dos metalúrgicos, esquecendo-se de tudo o mais quanto disse a seguir, e foi registrado na parte que acabo de terminar do meu discurso.

O Sr. Último de Carvalho — Nobre Deputado, o Sr. Ministro não disse que a greve de Belo Horizonte seria o início. Todos sabemos que esse estado de subversão foi criado por certos cidadãos...

O Sr. Hermanno Alves — Criado pela fome.

O Sr. Último de Carvalho — ... ou pela fome, ou pelas dificuldades, ou pela demagogia...

O Sr. João Hercúlio — Demagogia para quem está de barriga cheia.

O Sr. Último de Carvalho — ... ou pelo comunismo de certos cidadãos deste País. Havia, na verdade, um plano de subversão para o Brasil e aqueles homens que, pela fome, no dizer da Oposição, se declararam em greve...

O SR. MATA MACHADO — E no dizer do Ministro Jarbas Passarinho.

O Sr. Último de Carvalho — ... inconscientemente ficaram como marcos desta subversão.

O Sr. David Lerer — Foram os inocentes úteis desse plano.

O Sr. Último de Carvalho — Perfeitamente. O Ilustre aparteante acabou de acrescentar: foram os inocentes úteis desse plano. E tanto são

inocentes, que compreenderam o alto propósito do Sr. Ministro do Trabalho. Tinham desafiado uma greve ilegal e eles mesmos o reconheceram mas é legal a fome.

O Sr. Doin Vieira — A fome é ilegálissima.

O Sr. Ultimo de Carvalho — Então, esses cidadãos acitaram a proposta do Ministro do Trabalho e vão receber, como princípio de entendimento, uma bonificação, a 1 de Maio, através de ato do Sr. Presidente da República. O Sr. Ministro do Trabalho não disse que aquilo era a partida para a contra-revolução; apenas disse que aquilo poderia ser empregado pelos subversivos para a contra-revolução que é proclamada em todos os cantos deste País e que ninguém ignora. E V. Ex.^a também não.

O Sr. Doin Vieira — Veja V. Ex.^a, nobre colega, que a legislação revolucionária já criou, inclusive, uma figura nova, a da "fome legal". É o resultado do processo do arrocho salarial. Foi a fome legal, realmente, que levantou aqueles homens em Minas Gerais. Nós, que ouvimos o seu depoimento, sabemos que não havia nenhum outro propósito que não fosse o de aliviar a pressão da miséria nos seus lares. O que procura, o Ministro do Trabalho agora é proteger-se contra as pressões que está sofrendo de outras áreas do Governo e dos setores empresariais e fazer, então, como preço desse mesquinho e pobre abono de 10%, uma interrupção de um processo contra-revolucionário, a fim de defender-se contra a agressão que está sofrendo deste Governo sem felicitar esta Nação. A greve, desses empresariais que não aceitaram o processo de concessão do abono. Está agora S. Ex.^a alegando que concedeu o abono para interromper uma revolução que se levanta, quando sabemos que o que havia mesmo era fome, miséria, necessidade, desespero e angústia.

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Convoco uma sessão noturna, para hoje, às 21 horas, com a Ordem do Dia que será dada oportunamente.

O SR. MATA MACHADO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e lembro a S. Ex.^a que, de fato, houve uma mudança radical do Ministro Passarinho na colocação do problema. É agora que S. Ex.^a, retomando uma falsa impressão da qual se havia libertado, insiste na idéia do caráter subversivo da greve. Lembra-se Vossa Excelência de que o próprio Presidente da Federação das Indústrias, que é um campeão da chamada revolução, esta sim a contra-revolução de 1964, ele próprio não teve condições de declarar quais as origens da greve, e sobretudo evitou atribuir ao movimento qualquer caráter subversivo. Ambos assistimos ao depoimento de S. S.^a e podemos por isso mesmo dar o nosso testemunho.

O Sr. Doin Vieira — Manifestou-se desde logo favorável ao abono.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — A presença de V. Ex.^a na tribuna é sempre um prazer, não só pelas suas qualidades intelectuais mas também porque há cerca de dois meses, ouvimos um Deputado do MDB — e não me lembro mais seu nome — dizer que este é um País infeliz, porque havia uma ditadura, porque nem greve se realizava mais. Os sindicatos, os operários, não tinham direito nem de protestar. Hoje, estamos assistindo a um amplo debate a respeito de uma grande greve. Mas eu gostaria de esclarecer, para auxiliá-lo, que a estranheza da greve em Minas, na minha opinião, não foi baseada em subversão, em movimento contra-revolucionário. O estranho é que, com relação a essa greve, não houve anteriormente conversações a respeito, não houve dissídio coletivo. O Delegado do Trabalho de Minas Gerais dela não

tomou conhecimento. V. Ex.^a, homem afeito aos problemas trabalhistas em nosso Estado, grande advogado dos operários, das questões trabalhistas; sabe muito bem que antes do início de qualquer greve há entendimentos, dissídios, enfim, há um diálogo para ver se chegam a bom termo as reivindicações operárias, que são ainda as mais justas possíveis. Outro aspecto que eu gostaria de fixar bem a presença do Ministro Jarbas Passarinho no sindicato de classe, participando da reunião. Foi, sem dúvida, uma atitude corajosa e notável porque ele lá compareceu sozinho, prestando os maiores esclarecimentos, debatendo horas com os operários, numa extraordinária demonstração de não-incompleto, de vontade de entendimento e de dialogar. A sua atuação em Minas Gerais, extremamente notável, causou a melhor impressão aos mineiros. Trago aqui a opinião de uma grande parcela do povo mineiro que se entusiasmou com a atitude, com a demonstração de interesse de resolver um problema social dos mais terríveis. O Ministro Jarbas Passarinho compareceu sozinho. Foi ovacionado e validado, numa demonstração de que estamos numa grande democracia.

O SR. MATA MACHADO — Quero dar ênfase a um aspecto do aparte do nobre Deputado Israel Pinheiro Filho S. Ex.^a reafirmo aqui o movimento grevista em Minas não foi subversivo.

O Sr. Israel Pinheiro — Na minha opinião.

O SR. MATA MACHADO — Na opinião de V. Ex.^a, é claro.

O Sr. Doin Vieira — Opinião muito válida, aliás.

O Sr. João Hercúlio — O nobre Deputado Israel Pinheiro Filho falou em nome de uma parcela do povo mineiro que se entusiasmou com a presença do Ministro Jarbas Passarinho em Minas Gerais. Efetivamente, a parcela do povo mineiro a que se refere o nobre Deputado Israel Pinheiro Filho não é a parcela do povo mineiro...

O Sr. Israel Pinheiro — A mesma que V. Ex.^a representa. Isto é natural.

O Sr. João Hercúlio — Não, assim a isso; não é a mesma que represento nesta Casa. Os setores políticos nossos são diferentes. Na parcela do povo mineiro que represento, que é, sobretudo, constituída pelos trabalhadores, pelos homens que vivem dos seus salários, a presença do Ministro Jarbas Passarinho foi a confirmação de tudo aquilo que pensava o trabalhador a respeito da política governamental, sobretudo no setor salarial. O que vimos ali foi a presença de uma autoridade coagindo e ameaçando os trabalhadores...

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Ameaçando com a presença física? Não houve isso que V. Ex.^a está dizendo.

O Sr. João Hercúlio — ... que estavam em um movimento que, se efetivamente não pode ser chamado de subversivo, como aliás o confirma o nobre Deputado Israel Pinheiro Filho, foi o primeiro movimento que demonstrou ausência do medo que vem infelicitando esta Nação. greve desses trabalhadores foi algo de notável, e vai marcar, efetivamente, época na história da evolução política e social do Brasil depois da revolução. A participação dos operários naquela greve foi o início de uma arrancada de protesto contra toda sorte de pressão ilegal exercida sobre os trabalhadores em geral. Quero dizer, também, ao nobre Deputado Ultimo de Carvalho que a fome é legal porque decorre do arrocho salarial e de uma série de medidas impostas pelo Governo, que tendem a matar de fome os trabalhadores, sob a alegação de que isso é necessário para salvar a Nação.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — O Deputado João Hercúlio não está sendo nem original, nem está com a verdade do seu lado.

O Sr. Hermano Alves — Não apoiado.

O Sr. Israel Pinheiro Filho — Não é a primeira greve de metalúrgicos em Minas Gerais. Posso citar o caso da Cia. de Aços Especiais Itabira — ACESITA — onde se fez uma greve há dois meses e os operários conseguiram um aumento de 20%. O nobre Deputado João Hercúlio tanto não representa as classes trabalhistas, que nem está informado dos problemas de nosso Estado. Houve a greve da ACESITA, e o nobre Deputado Mata Machado poderá confirmar o fato.

O SR. MATA MACHADO — Faço um apelo aos nobres colegas, para que me permitam ler, neste momento, a declaração mais recente do Coronel Jarbas Passarinho, na qual S. Ex.^a define, já agora, aquilo que lhe parece ter sido a razão mais profunda da greve dos metalúrgicos em Minas Gerais.

Insiste V. Ex.^a ainda no aparte?

O Sr. João Hercúlio — Será muito rápido. Quero apenas dizer ao nobre Deputado Israel Pinheiro Filho que não sou tão desinformado, tanto assim que vivo nesta Casa reclamando contra a miséria do povo mineiro e a falta de administração em nosso Estado. Não sou também tão desinformado com relação aos problemas trabalhistas de Minas Gerais. Sei que as professoras, trabalhadoras intelectuais, viveram período de fome e de miséria, em virtude da falta de pagamento de seus salários. Devo, igualmente, dizer que greve com o sentido de mobilização de operários a primeira foi esta, a agora ocorrida em Belo Horizonte. E não há de ser a última, porque os trabalhadores não se vão curvar à prepotência do Ministro Jarbas Passarinho, conhecedor de terceira qualidade das leis trabalhistas porque só sabe usar a voz da violência e da arbitrariedade.

O SR. MATA MACHADO — Sr. Presidente e Srs. Deputados, como se mencionou, algumas vezes, a legalidade ou ilegalidade da fome dos trabalhadores, quero lembrar que foi num churrasco oferecido pelo Prefeito Wadjó Gomide ao Presidente Costa e Silva, na Granja das Águas Claras, que o Ministro Jarbas Passarinho ofereceu pormenores sobre o abono e revelou que a greve dos metalúrgicos de Minas Gerais era o início do processo nacional de contra-revolução.

"Pretendia-se — afirmou o Ministro do Trabalho — a paralisação dos operários de todas as categorias, de Minas, até o dia 21 último, e, no restante do País, até o dia 1 de maio. Na minha permanência em Belo Horizonte" — continua o Ministro Passarinho — tive ocasião de recolher documentos nesse sentido. No penúltimo dia da greve, recebi telefonema do Governador Abreu Sodré, de São Paulo, que me informava sobre os preparativos de movimentos grevistas em várias cidades, inclusive Campinas e Araraquara. Em Belo Horizonte, soube que a greve dos metalúrgicos antecedia a dos bancários".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que quero deixar claro é que o Ministro Jarbas Passarinho considerou o início subversivo o movimento; em seguida, admitiu que a greve tinha uma causa justa; chegou a sustentar que essa causa era, de um lado, a fome, e de outro as dificuldades do operariado. Esquecendo-se de tudo isso, passado o episódio, S. Ex.^a volta a primeira impressão e sustenta, já agora, que se iniciava com a greve dos metalúrgicos um processo de contra-revolução em Minas Gerais para, expansão pelo Brasil.

Insisto em velho tema, de que já me tenho ocupado nesta tribuna: o movimento de 1964 não foi uma revolução; foi precisamente uma contra-revolução. Em meio a todas as polêmicas, em meio a todas as incoerências que precederam o 1º de abril de 1964, na ver-

Da parte do Governo? Semente a re-
 Haverá tempo ainda? — pergunta eu.
 Compendendo as classes diferentes
 pacifica. Compendendo o Governo
 tam Sr. Presidente, pela revolução
 Iochair, líderes religiosos ainda in-
 Estudantes, operários, artistas, in-
 zentes, será inevitável.
 tica, outra revolução, formal e
 construtivo, uma revolução pací-
 medida no plano de um programa
 pazes de fazer com o povo e sub-
 ditadas. Se estas não forem ca-
 dicial na mentalidade das classes
 na realize uma transformação re-
 "E preciso que a América Lat-
 a contra-revolução continua mar-
 gus funções profissionais.
 esta estrutura não exercício das
 "Journal do Brasil", "Revista
 Ele all estava representando a "Polí-
 do General Sizenio Sarmento,
 social, apenas de um banqueiro gero-
 nismo de uma sociedade puramente
 o, jornalista Bernardo Leter, irmão do
 pouco tempo, agora temos um delei-
 Jornalista Bernardo Leter, ex-
 Espalderados na Guanabara há são
 stio, que o cita tanto quanto três ve-
 dor notório da "Populorum Progre-
 dor da Economia Humana, e inspi-
 Leibel, o famoso dominicano cri-
 consentido.
 ha afixão e do Governo, não do povo
 ra o futuro interrompida em 1964. Se
 "contra-revolução", a volta pa-
 te há uns dias ou três meses, foi a
 no Brasil, não agora, mas possívelmen-
 que aquilo que realmente se inco-
 a sugestão do Ministro do Trabalho,
 sem graça, eu diria, usando um pouco
 permitido criar uma palavra muito
 te e Srs. Deputados, e se me fosse
 marchas? Creio que sim, Sr. Presi-
 Haverá, então, uma revolução em
 contra-revolução se insalou no poder.
 que não, porque a 17 de abril de 64 a
 contra-revolução em marcha. Claro
 meu discurso, se não, realmente, uma
 por uma contra-revolução. Mas, eu
 fados diante da força descomodada
 continem oprimidos e bem compor-
 I de maio, a fim de que os operários
 do Trabalho, quer esvaçar a festa de
 tiva de "Lavoura". O nobre Minis-
 Como V. Exa. vê, é mais uma tenta-
 Grato a V. Exa.

O SR. MATA MACHADO — Vossa
 Excelência tem toda razão. E o ca-
 pital que ali se representa.
 E a contra-revolução do Coronel
 Passarinho e de tantas outras pa-ri-
 ty continua. Logo depois da greve,
 ia tive ocasião de mencionar o fato,
 o sindicato é punido com o bloqueio
 Passarinho e de tantas outras pa-ri-
 Passarinho e de tantas outras pa-ri-
 pital que ali se representa.
 Excelência tem toda razão. E o ca-
 SR. MATA MACHADO — Vossa
 Trabalho para Ministério do Capí-
 por a mudança do nome do Minis-
 menos razão, quando desajam pro-
 O Sr. Dom Vitor — V. Exa. que
 contra-revolucionária.
 características típicas de uma pos-
 ho em horas extraordinárias, essa
 essas fossem compensados por traba-
 máximo que permitiam mas firme. O
 de autoridade seria mas firme. O
 inexistir. Demos uma demonstração
 maior ensaio: "A nossa posição foi
 mos Passarinho, Diz S. Exa. sem a
 pagos. E esta a gloria do Sr. Jar-
 — que se diga que pela primeira vez
 so — palavras do Coronel Passarinho
 voluntária, "O Globo" — "E' preci-
 suspeito de fono, de vista contra-re-
 letras no jornal, que me parece in-
 de greve. Esta greve com todas as
 ter permitido o pagamento dos dias
 Ele se orgulha simplesmente de não
 se orgulha.
 de que o Coronel Jarbas Passarinho
 expressiva, eu vou encontrar aqui
 agora essas mesmas declarações são
 sobretudo contra a classe operária.
 características, de 1964, se levantar
 contra-revolução, esta, sim, com las
 S. Exa. reconhece, portanto, que a
 sentiu, etc."
 Congresso Nacional projeto messa
 mo Plano, contra o Governo no
 Paralelamente ao Senado Cava-
 iniciativa de um alto-xarife, a
 rior a greve dos metalúrgicos a
 "E também foi não muito ante-
 co. E continua:
 S. Exa. referia-se ao período "o go-
 verno do Sr. Marechal Castello Bran-
 sucessos achatamentos salariais",
 Planjamento a constatação da
 mistérios do Trabalho, fazenda
 Partiu — diz S. Exa. — dos Mi-
 tudo que pronuncia:
 que é ainda o Ministro Jarbas Passa-
 abril de 1964 está em outra paivara,
 realizar depois do movimento de 17 de
 verno sentiu a necessidade de mar-
 foi principalmente aquela que o go-
 uma prova de que a classe operária
 mente revolucionária, que tivemos. E
 lentas marchas, nesta época essencial,
 ceticamente, como tem ocorrido em
 mago, que se poderia desenvolver de
 operação. Em 1964, no dia 17 de abril
 deve esse processo de transfor-
 meinte imbu, sobretudo, o comando
 vimento revolucionário, e esse movi-
 lade se processar no Brasil um ano
 O 17 de maio, que está tão próximo,
 suscita nada menos do que uma prin-
 lias das forças armadas. Ficarei que
 caracterizar por mais um retrocesso.
 O ditaramos nos fins do século XIX.
 quando, em Chicago, o 17 de maio foi
 asparado pelas representações mas vis-
 lenda, com sacrifício de operários que
 se levantavam apenas para recomen-
 horas. Ficarei que se pretende fazer,
 no 17 de maio, deste ano, aquilo que
 mo que se fez no primeiro dos pri-
 metros de maio, isto é, quanto a falta,
 menos do trabalho do que do traba-
 lhador, foi instituída no sangue e na
 resistência de operários que procura-
 vam simplesmente melhores condições
 de trabalho.
 O Sr. Celso Passos — E análise V.
 Exa. também a afirmação do Ministro
 do Trabalho, de que este 17 de maio
 era o último em que haverá conti-
 dência de concessões — que não são
 concessões mas o reconhecimento par-
 cial de reivindicações trabalhistas —
 com a concessão do propalado abono-
 Alimou S. Exa. que, daqui por diante,
 não, como bem afirma V. Exa. não
 no primeiro de maio contra-revolução,
 A luta é entre a liberdade e a justi-
 ra, de um lado, e, de outro, o mi-
 da segurança, que se exprime, por
 exemplo, em dois projetos de lei a-
 nomes que já estão em tramitação no
 Congresso, e pelos quais — correm
 que se diga — o povo absolutamente
 não se interessa.
 O primeiro, tira aos cidadãos o di-
 reto de escolher os seus governantes
 em 68 municípios, além das capitais
 dos Estados, e o segundo é o das sub-
 centro da ARENA, não para libertar
 o País mas para tranquilizar as oli-
 garquias, unidas pela segurança eco-
 nômica e militar, mas divididas políti-
 camente nos seus diferentes latri-
 ctos eleitorais.
 Sr. Presidente, Srs. Deputados, co-
 mel com o Coronel — Ministro do
 Trabalho, Senador Jarbas Passarinho,
 a respeito de S. Exa., os jornais pu-
 blicaram. Teria ele, primeiro em con-
 versa com o nosso colega Djalmir Ma-
 trinho, feito uma análise profunda da
 completa separação que existe hoje
 entre o Governo e o povo e o nosso emi-
 nente colega teria considerado não se-
 ria a análise do Sr. Jarbas Passari-
 nho, que o aconselhara a levá-lo ao
 conhecimento do próprio Presidente da
 República. S. Exa. te-lo a feito a
 mens, como ele, se orgulharem Jernar-
 do fato de operários não serem pagos
 nos dias em que estiverem em gre-
 ve; enquanto homens, como ele, se or-
 gulem de terem sido intelectuais e
 autoritários, enquanto honrer essa
 mentalidade, que é, não direi militar,
 mas tão facilmente de quartel, de ge-
 rido; enquanto houver isso não será
 possível. Sr. Presidente e Srs. Depu-
 tados, a reconciliação do povo com o
 Governo ou do Governo com o povo,
 (Muito bem, Muito bem, Palmas pro-
 longadas. O orador é cumprimentado)

posição da consciência e a luta a favor da liberdade

CONGRESSISTA: **Mata Machado**
PROJETO Nº
Nº
de 7 / 06 / 68 / CD-SE-CH Pg 13-14
do 1 / de 1 / 1

CAMARA
SENADO

*Graves incidentes na
Universidade Nacional
de Brasília*

tes desta Capital, como dos jovens de todo o País. Quando se declara a greve geral na Guanabara, em Brasília os estudantes da universidade tomam uma solução de caráter extremo: a de, por iniciativa sua, expulsar um professor sobre o qual pesam graves acusações.

Não é intenção nossa fazer qualquer juízo de valor. Achamos de comunicar ao nobre Deputado Ewaldo Pinto, Presidente da CPI sobre ensino superior, os acontecimentos de que é objeto a minha fala agora.

Fato assim, Sr. Presidente, em nome de uma CPI interessada principalmente no estudo aprofundado das condições da universidade brasileira, na busca de soluções para problemas realmente graves.

Do Professor Ramon Blanco, que neste momento vem sendo expulso da Universidade pelos próprios alunos, diz o manifesto da FEUB, que tem a seu lado, como intelectual, o Livro "LAS BANDERAS", dedicado às Forças Armadas e ao Marechal Castelo Branco, dedicatória — escrevem os jovens — que aliás foi arrancada pelo autor, em face da pouca vendagem do livro que traz várias defomrações históricas.

Acusam-no, ainda, de roubo, de falsificação de documentos no Convento dos Beneditinos, relativos ao tratado de Tordesilhas, para adaptá-lo a suas "teses históricas", o que motivou sua expulsão da Universidade de São Paulo, por "desonestidade intelectual".

Como professor, as provas de sua incapacidade vêm de seus próprios alunos e ex-alunos. Por exemplo, no seu Curso de Paleografia, no 2º semestre, 80% dos colegas foram reprovados e desacatados quando criticavam a sua falta absoluta de educação e trato, além do descaso ao curso, traduzido nos seus 21% de faltas do Professor Roman Blanco às próprias aulas.

Hoje, pela manhã, quando se realizava a assembléia-geral dos estudantes, ali surgiu pessoalmente o Professor Blanco e imediatamente se travou um conflito entre S. Sª e o Presidente da FEUB, o estudante Honestino Guimarães. Houve intervenção pessoal do Reitor, que, ao que parece, também terá sofrido represálias por parte dos alunos. Ao lado da Universidade, no CIEM, foram suspensas as aulas, quando os jovens preparavam também uma assembléia para hoje.

Travado o conflito, a FEUB publicou a seguinte nota oficial:

"Hoje os estudantes da UNB, sob a direção da FEUB foram obrigados a cumprir a expulsão do dedo-duro e falso intelectual Roman Blanco, que perniciosamente vinha infectando o ar desta Universidade. Tínhamos há um mês atrás decidido pela expulsão em Assembléia-Geral, onde todos os universitários votaram unanimemente, e levamos ao Senhor Reitor nossa decisão para o devido cumprimento. No entanto a Reitoria, estando tão integrada no esquema de repressão da ditadura, não deu a mínima atenção a uma decisão soberana da assembléia. Hoje a repressão está simbolizada na figura deste indivíduo, mas ela, é bom se diga, está totalmente institucionalizada nos leis de Segurança Nacional, lei Suplicy, lei de Imprensa, Aragão, etc.

A nossa ação demonstrou a única forma correta e eficaz de alcançarmos nossos objetivos e defendermos nossos interesses o nosso campus: a nossa mobilização e organização. A reitoria, não aceitando nossa decisão, que foi antes de tudo uma torçada de posição universitária, em defesa da cultura, pelo afastamento de um elemento que foi expulso da Uni-

versidade de São Paulo por desonestidade intelectual, demonstrou o seu papel de cúmplice, e nós a responsabilizamos por qualquer medida polícliesca expressa em atentado contra o Campus Universitário.

Brasília, 6 de junho de 1968.
Pela expulsão dos dedo-duros da Universidade!

Contra a política educacional da ditadura!

Pela participação dos estudantes na administração da Universidade!"

Como disse, Sr. Presidente, não faço qualquer juízo sobre o assunto. Apenas trago a comunicação à Casa, depois de haver feito à CPI sobre o Ensino Superior. Informo a V. Excelência que, neste momento, os universitários estão tirando os móveis da casa do Professor, que se encontra desaparecido. Declararam-se em Assembléia permanente.

Para ser correto e objetivo na informação, devo acrescentar que não há notícia alguma, concreta, sobre a possível invasão da Universidade pela Polícia. Neste instante, o ambiente ali é calmo. A respeito do Colégio Agrícola, onde também fatos graves se verificaram, a CPI do Ensino Superior se manifestará ainda hoje através da palavra do nobre colega, Deputado Paulo Campos, que lá esteve em nome da Comissão. (Muito bem.)

O SR. MATA MACHADO:
(Comunicação. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o motivo pelo qual venho à tribuna é inspirado na necessidade de que a Câmara tome conhecimento de graves incidentes que se estão, verificando, neste momento, na Universidade Nacional de Brasília.
É fácil perceber que se trata de uma mobilização não apenas dos estudan-

DEPUTADO MATA MACHADO
DCD 5.7.68 - pg 3930

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso da palavra para uma denúncia e um protesto. As prisões continuam. Há sem dúvida, um esforço do Governo de projetar certa imagem, atrás da qual, entretanto, se ocultam o arbítrio e a violência como se agisse 1º de abril de 1964, a que se chamou Revolução, persistisse em continuar a oprimir o povo, sobretudo aqueles que assumem uma posição de luta pela liberdade e pela justiça.

A denúncia que faço, Sr. Presidente, é a da prisão de Luiz Eduardo Wanderley. Desde a manhã de ontem, na Guanabara, tido como desaparecido, foi, entretanto, por um advogado seu, localizado no Batalhão de Manutenção do Exército, sob o comando do Coronel Roberto Moura. Quem é Luiz Eduardo Wanderley Senhor Presidente? É um ex-militante da Juventude Universitária Católica, hoje assessor da CNBB - Comissão Nacional dos Bispos do Brasil. Está vinculado, sobretudo, ao Secretariado da Ação Social, cujo responsável é o Padre Helder Câmara. Possivelmente a prisão de Luiz Eduardo Wanderley se insere num processo de luta contra o Padre Helder Câmara, processo já uma vez por nós denunciado recentemente nesta tribuna.

Hoje, Luiz Eduardo Wanderley é um dos diretores, como eu próprio da revista "Paz e Terra" publicação ecumênica que reúne líderes cristãos de diversas confissões religiosas e cujo último número - o 6º - foi dedicado precisamente ao problema do cristianismo no Brasil.

A prisão de Luiz Eduardo é, a nosso ver, sinal evidente de que recrudescer a luta contra os cristãos de vanguarda. É também um aspecto daquela repressão velada sobre todos os que lutam pela justiça, denunciado, em manifesto publicado ontem, por centenas de padres de São Paulo.

Começa esta comunicação dando-lhe o caráter de denúncia e de protesto. Acrescentarei ao aspecto de denúncia a prisão ainda ontem, em São Paulo, de 4 líderes estudantes, dois estudantes de Sociologia e dois estudantes de Direito. Sua prisão foi obra de agentes federais, que, ingenuamente, declararam haver, com esta operação, desarticulado movimento revolucionário que iria eclodir no País. Veja V. Exa., Sr. Presidente, e veja, nobres colegas, o aspecto de impostura dessa falsa imagem que o Governo pretende projetar de si mesmo.

Termino por isso, com o meu protesto, não apenas contra a prisão de Luiz Eduardo Wanderley, mas sobretudo contra esta tentativa de veiar o arbítrio e a violência, para - estou repetindo - projetar do Governo uma imagem construída na impostura, construída exclusivamente para que se tenha idéia falsa da situação atual do regime político-militar que nos continua a oprimir ainda, embora essa opressão se faça, como denunciaram os padres paulistas, de maneira velada e difusa. (Muito bem.)

CONGRESSISTA: MATA MACHADO
 PROJETO N.º
 N.º
 CC. de 22 / 3 198 / CD-SE-CN Pg. 6
 LO N.º / de / /

*Faça o p.º
 M.ª Maria do Rio*

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente. Ets. Deputados, quando esta madrugada tivemos notícia da invasão da Tcheco-Eslováquia por tropas das quais se poderia esperar fossem instrumento de libertação, mas que se manifestaram como expressão de uma grande potência, que deixa por isso mesmo de ser a pátria da mudança social, a pátria do socialismo autêntico, para ser apenas uma grande nação que insiste em manter suas zonas de influência, sentimentos, Sr. Presidente, que um sonho se desfazia, o de ver na Tcheco-Eslováquia a base, o fundamento, o ponto de irradiação de uma espécie de socialismo compatível com as nossas convicções mais profundas, tanto de caráter religioso-cristão quanto de caráter político, quando fazemos opção pela liberdade ao mesmo tempo pela justiça.

Ao se desfazer esse sonho de libertação, lembramos que, ontem, o esforço do Governo, empreendido de maneira drástica, extensa e profunda, no sentido de ser recusada a medida de anistia a trabalhadores e estudantes, começara, não quando se contavam os escassos votos da maioria que submetera o Congresso, mais uma vez, à vontade do Poder Executivo mas também pela madrugada de Belo Horizonte, madrugada de líder estudantil, Honestino Guimarães, era perseguido pelos agentes de punição do governo, perseguido para ser preso, e contra ele os soldados atiravam na madrugada. Ao mesmo tempo outro grupo de representantes do espírito punitivo do governo batia ferozmente em dois outros estudantes. E no próprio momento em que se fazia a votação na Câmara, a Universidade de Brasília era uma vez mais cercada por forças militares. Madrugada de Belo Horizonte onde todas as faculdades das duas Universidades — a Federal e a Católica — foram cercadas por forças armadas, contra a opinião unânime dos respectivos diretores, dos quais o da Faculdade de Medicina, recém-eleito, imediatamente se demitiu, entregando seu cargo ao Reitor. Os estudantes ainda assim se manifestaram. E pequenos comícios durante todo o dia afrontaram as forças policiais. Madrugada de Belo Horizonte, quando também o Sindicato dos Bancários, Homero Guilherme de Almeida, e a Secretaria do Sindicato dos Metalúrgicos, Conceição Inaculada, eram igualmente presos pelo crime de se solidarizarem com os estudantes.

Se se quiser saber a maneira pela qual a estudantada no Brasil esperava a votação do projeto de anistia, ontem recusado pelo Governo? pode-se ler pequeno texto divulgado pelo Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília, estudantes que ontem, excepcionalmente, enchiam as nossas galerias:

sos e também operários que lutavam e lutam por melhores dias, melhores condições de vida e de estudo, pela reformulação da política educacional do Governo, por uma escala móvel de salários e por liberdades sindicais e estudantis, enfim, por um regime mais humano e mais justo.

Através da repressão, demonstra sua insegurança, recorrendo à violência, que alcança a população inteira nas ruas, quando protestam e lutam contra o regime. Existem setores dentro da Oposição que têm uma visão mais ampla e mais coerente, veem, pois, que os estudantes representam a vontade contida de todo o povo.

Hoje, às 15.30, será votado na Câmara dos Deputados o projeto que concede anistia aos presos políticos. É necessária nossa presença lá, para nos unirmos a nossos companheiros oprimidos e a fim de dar o nosso apoio total às lutas que se vêm travando desde o golpe de 1964.

Conclamamos todos os estudantes a comparecerem à Câmara hoje, a fim de demonstrar nossa consciência e combater esse regime de opressão, lutando pela liberdade dos presos políticos.

UNE livre!
 Organize-se em grupo de trabalho!
 Por liberdades democráticas!
 Por um congresso de Decezo livre!"

Inteligentemente, muitos e muitos dos estudantes, centenas, quem sabe mais de mil deles foram privados de comparecer a esta Casa, porque, no exato momento em que votávamos, estava cercada por forças militares a Universidade de Brasília.

São sonhos de libertação que se vão desfazendo, como nessa madrugada na Tcheco-Eslováquia, como na madrugada de ontem em Brasília, em Belo Horizonte, como no correr do dia de ontem em todo o Brasil.

Mas isso não nos retira de modo total e absoluto, a esperança. Estamos certos de que é em torno do ideal de liberdade e de justiça e, ainda, sob o estímulo desse sonho de libertação, que se hão de levantar todos, no mundo inteiro, pela constituição, pelo estabelecimento de um regime mais humano e mais justo para todos os homens, para todos os povos e todas as nações. *(Muito bem, Palmas.)*

*Imarai da
 eslováquia
 = Conclamamos o estudo
 da frente a compa-
 cereu ao Congresso
 no ato de votação
 do Projeto de
 anistia*

"Companheiros, a repressão policial prendeu vários colegas meus."

DEPUTADO MATA MACHADO
DCD 30.8.68 - pg 5659

*expulsão do Padre
Pierre Vauthier*

cional de Estradas de Rodagem, Senhor Eliseu Rezende.

Assim, Sr. Presidente, quase sem que a Nação possa tomar conhecimento do assunto o Padre-operário, que dava um testemunho da Igreja Nova sim, mas da Igreja permanente, da Igreja de Cristo-operário, sofre essa tremenda restrição.

O advogado do Padre Pierre Vauthier Sr. Rui do Espírito Santo, fez a pequena declaração que vou ler:

"É um apena que no momento em que o Papa Paulo VI faz um apelo à não violência e à realização de reformas sociais, o Governo de um exemplo de violência ao utilizar um decreto ditatorial dos idos de 1940."

O Padre Vauthier levou consigo uma carta de despedida, assinada por 17 sacerdotes paulistas. A Ação Católica de São Paulo deve divulgar, talvez hoje, um manifesto a respeito.

A fim de registrar em nossos Anais alguma coisa ao menos do que se passou nessa área de violência por parte do Governo, vou ler o texto da carta de despedida dos 17 padres paulistas:

"Hoje sabemos que você foi expulso do Brasil. A estas horas você já se encontra na França. Você foi uma pedra nos sapatos dos que queriam caminhar sobre a miséria do pobre sem sentir o menor incômodo. Mas antes de você, Cristo já tinha oficialmente sido expulso da sinagoga.

Não foi especialmente você, Pierre, que quiseram expulsar, mas sim aquilo que você representa: o amor dos pobres a defesa do operário, a dignidade humana, a liberdade; tudo isso, sim é que foi expulso deste País com a sua expulsão.

Nós sentimos profundamente, Pierre, sua expulsão, de um País que universalmente tem fama de acolhedor e seu povo é gentil, amável e hospitaleiro por excelência.

Se fôsse pelo povo deste País, você certamente não teria que sofrer na carne este vexame. Mas com este gesto o Governo nos prova que mais uma vez a vontade do povo é contrariada".

A carta de despedida termina com as seguintes palavras:

"Sua expulsão, Pierre, é sinal para nós que ficamos, cristão e homens de boa vontade sinal que realmente estamos certos, pois os que se decidem a ter a presença de Deus nos acontecimentos humanos não conhecerão as glórias dos tronos nem das vastas mansões, mas sim a glória do exílio e da expulsão. Nunca como antes sentimos que você foi fiel ao seu sacerdócio, ao seu compromisso com a humanidade: preferimos um Pierre expulso a um Pierre como tantos outros que não são expulsos, nem presos, porque ainda dormem o sono do comodismo fácil e covarde."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. MATA MACHADO:
(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 17 de julho, em Osasco, o Padre-operário Pierre Vauthier foi preso. Estava ele em companhia de trabalhadores que reivindicavam reajuste salarial.
A tarde daquele mesmo dia protestamos contra essa prisão procurando realçar a circunstância de que o Padre Vauthier, na condição de operário, estava realmente onde deveria encontrá-lo, isto é junto dos seus companheiros de trabalho.
Sem nenhuma publicidade o Governo iniciou um processo de expulsão do Padre-operário. Ontem, seguiu ele para sua terra natal — a França — e, coincidentemente, viajou no mesmo avião que faz escala em Lisboa, Paris e Francforte em companhia do Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Neto, do Diretor do Departamento Na-

INGRESSISTA: MATA MACHADO

OBJETO N.º CAMARA
N.º SENADO
de 81/8 1681 CD-SF-EN Pg 5687
N.º / de / /

Esse tribunal, por mais esdrúxulo que seja, uma vez que compôsto de apenas um juiz togado e de militares de categoria inferior, é, em todo o caso, um tribunal — tem de qualquer forma, a missão de dizer o direito, de fazer justiça. Pois bem, na quinta-feira da semana passada, este tribunal negou, por unanimidade, pedido de prisão preventiva requerido contra 4 universitários mineiros: Athos Magno Costa e Silva — que deveria ser respeitado pelo menos pelo nome — Presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais; Luis Gonzaga de Souza Lima, Presidente do DCE da Universidade Católica; Antônio Teixeira, Vice-Presidente do Diretório da Faculdade de Filosofia e Carlos Alberto Tormin, da Escola de Engenharia e Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes, em Minas Gerais. Foi negada a ordem de prisão preventiva com base no voto do auditor, único juiz togado, cujo nome convém que esta Casa guarde porque, provavelmente, nos próximos dias ele sofrerá também a punição do Governo. Seu nome é Antônio Arruda Marques. No seu voto considerava ele a autoridade policial-militar do Coronel Cavallieri incompetente para presidir um IPM contra estudantes mineiros — civis acusados de infrações contra a Segurança Nacional. E fundamentava seu voto na Constituição, artigo 8º — Inciso VII — Letra "c". Ali se lê — coisa que o Sr. Gama e Silva não faz — "é competência da União organizar e manter a polícia federal, com a finalidade de prover" ... Letra "c": "A apuração de infrações penais contra a Segurança Nacional". A ordem política e social. A competência é, portanto, taxativamente da Polícia federal, jamais de elementos militares da ativa, como esse Sr. Coronel Cavallieri que, neste momento, está encarregado de oprimir o estudantado mineiro.

os colegas que também desejam falar.
OSR. MATA MACHADO — Muito obrigado pela advertência de V. Exa. Mais um minuto apenas para uma referência de ordem pessoal.
Reservo-me para outra oportunidade e encerro aqui este discurso, mais uma vez protestando contra a institucionalização da ilegalidade no Brasil, da ilegalidade sustentada por um regime militar ditatorial. E' contra isso que a Câmara deve unir-se. Deve unir-se como representante do Brasil. (Muito bem).

*Allega incompete feticus
de Justiça Militar P/
Julgar estudantes*

Fuam lo pua

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço minhas as palavras do Deputado Chagas Rodrigues, nas quais se contém um apelo à união de todos aqueles que têm qualquer responsabilidade de ordem legal ou jurídica.

Esse apelo, eu o faço, porque os espetáculos a que temos assistido — o espetáculo da Universidade de Brasília que, — hoje, emociona o Brasil inteiro — todas essas manifestações não indicam senão aquilo a que, não eu, mas um Ministro do Supremo Tribunal, chamou "a institucionalização da legalidade".

As notas publicadas hoje pelo Departamento de Polícia Federal indicam bem o desaprêço não apenas pelo idioma nacional, mas por todas as manifestações de caráter legal. Não recordam, Sr. Presidente, a Lei número 4.898, de 1965 — que traz a assinatura do Marechal Castelo Branco e que foi, nesta Casa, uma iniciativa do Deputado Bilac Pinto. Basta que se leia, no texto legal em seu Art. 4º, como algo constituindo abuso da autoridade, ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso do poder; letra "b" do Art. 4º — "submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.

Esta institucionalização da ilegalidade não se tem feito apenas através da ação policial militar. Ela atinge aos próprios órgãos de Justiça. Aqui trago, Sr. Presidente, a denúncia do constrangimento a que foi submetido o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria de Guerra da IV Região Militar, em Juiz de Fora.

Sr. Presidente, a prisão preventiva fôra negada, como disse, na quinta-feira da semana passada; determinava — ainda — o Juiz Auditor, que o pedido baixasse em diligência e que o Conselho Permanente de Justiça só tomasse conhecimento do pedido de prisão preventiva, se feito por autoridade competente; no caso, repito a Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal. Na terça-feira desta semana, o mesmo Conselho Permanente de Justiça sofreu violenta pressão, vinda dos escalões superiores do Rio de Janeiro e da Região Militar, com sede em Juiz de Fora. E então, o mesmo Conselho Permanente de Justiça decretou a prisão preventiva dos mesmos estudantes com base em pedido da mesma autoridade que, antes, fôra considerada incompetente pelo próprio Conselho Permanente. Houve empate de dois votos. O Juiz Auditor Antônio de Arruda Marques manteve seu voto, no que foi seguido por um Juiz militar. Houve o desempate pelo voto de qualidade do Major Presidente do Conselho.

Anote-se, ainda, Sr. Presidente, que os advogados Marcos Afonso de Souza — este professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e Gamaliel Herval, não tiveram o direito de usar da palavra, havendo o major Presidente do Conselho pedido desculpas àqueles advogados, sem deixar entretanto, de afirmar — antes: "Já sabia o que vocês fariam".

Sr. Presidente, verifico que o meu tempo está terminado. Tinha uma multidão de coisas a falar, mas V. Exa. permitirá que ainda use da palavra por um minuto.

O SR. PRESIDENTE:
(Ari Alcântara) — A Presidência faz um apelo. Há 45 Srs. Deputados inscritos e V. Exa. já está usando da palavra há sete para oito minutos. Assim, pediria colaborasse com

*apreciéis como ins
e este o
que bet
viciu
conglu
nos
co*

DEPUTADO MATA MACHADO
DCD 3.9.68 pg 5748

Acortei muito dele
Luiz B

lhada a bala. Do terceiro, falei um pouco mais. E' o estudante de Psicologia, meu coestudano Alduizio Moreira de Souza. Atendido por especialista, vai se recuperando aos poucos. Era antes, um jovem alegre, descontraído, capaz tanto de lutar quanto de brincar e de sorrir. O cardiologista e o psicanalista que o atenderam, quando foi levado ao hospital por solicitação do nosso eminente colega Brito Velho, disseram-me que Alduizio ali chegou em estado psíquico lamentável. Ao longo de sucessivas entrevistas, foi contando parte do que lhe sucedera e não se diferenciava daquilo a que se submeteram vários outros como nós próprios apuramos.

Durante dez dias, Alduizio ficou preso: três, a mudar de delegacias, sob o comando de uma "autoridade que atende pelo nome de Dr. Lincoln, sete, no Exército. Passou por toda espécie de exames, alguns indescritíveis, moralmente inenunciáveis — tentativa de afogamento, fuzilamento simulado, pontapés, ameaças de ser amarrado a parachoqueiros de automóvel, despido, pois os torturadores lhe ordenavam e aos seus companheiros que tirassem as roupas. E tudo isso, estando ele e os outros algemados!

Valdeamar poderá morrer a qualquer momento, ou sobreviver em condições físicas e mentalmente precárias. Marcas, só dentro de meses estará capacitado a andar. Alduizio levará, não sei por quanto tempo ainda, a marca dos horrores que viu e de que foi vítima.

Eis uma imagem da brutalidade com que os jovens têm sido tratados. Não adianta, com argumentos, lembrar a completa ilegalidade do procedimento de autoridades, militares ou não, responsáveis por evidente abuso de poder. A brutalidade, a ilegalidade se juntam a falsidade e a impostura.

Entre as indagações feitas a alguns dos jovens interrogados houve uma. Sr. Presidente, da qual fico na dúvida se me devo rir ou se conviria protestar formalmente contra ela. Perguntava-se aos jovens se, para a suposta "subversão" em que se empenham, recebiam dinheiro por intermédio do Deputado Mata-Machado.

Risum teneatis? repetiria eu, em latim, por seguro... De onde me viria esse dinheiro? Acaso do Vaticano? De algum movimento clandestino de socialismo-com-liberdade, na Tcheco-Eslavaquia ou numa das duas Alemanha? Quem sabe da Nunciatura Apostólica em Havana?

Basta, Sr. Presidente e Srs. Deputados! A alternativa é esta: o Governo atual, que tão facilmente pratica tais absurdos, chegando a incutir o henrado e competente Reitor Cato Benjamin Dias entre os líderes da subversão e ao pobre de mim entre os seus financiadores, o atual Governo ou muda transforma-se, passa o poder aos mais capazes e conscientes, ou terá de ir enfrentar o povo nas ruas até a eclosão da mal contida revolta numa guerra civil libertadora. (Muito bem).

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, auscultemos um pouco, em suas origens, o episódio nazista da invasão da Universidade, na Capital da República. A guerra do regime de 64 contra os jovens universitários e secundaristas tem características menos espetaculares, porém muito mais repugnantes.

Nestes últimos dias, o dispositivo militar de repressão e punição achase todo ele mobilizado para impedir que a UNE realize um congresso. E o esquema se desenvolve com a utilização de táticas que incluem operações de tortura e de terrorismo material e psicológico, falsidades e imposturas.

Nem todos os fatos se evidenciam. Quanto aos que se verificaram, ao nosso lado, e ainda se verificam, posuo agora certos esclarecedores. A violência governamental presenciada aqui resultou de uma pacífica reunião de líderes da UNE, nos arredores desta Capital. Incapaz de exercer vigilância, dir-se-lhe normal, o esquema de repressão e punição — único dispositivo que realmente funciona no atual Governo — atacou os jovens na madrugada de 22 para 23 de agosto. Ai, começou a pressão. Alguns se sacrificaram para dar cobertura aos seus companheiros. A fidelidade de uns, a inocuidade de outros permitiram a primeira vitória. Desta, não falei no momento. Quero oferecer testemunho do sacrifício e da fidelidade daqueles sobre os quais pesou a sanha do regime.

Ontem, com o Secretário-Geral do MDB, deputado Martins Rodrigues, e com os companheiros Hermanno Alves, Mariano Beck, Márcio Moreira Alves e Raul Brunini visitamos os três jovens internados no Hospital Distrital, Um Valdeamar Alves da Silva, Filho terceiranista de Engenharia, está à morte; o tiro dos represores trespassou-lhe a cabeça. Outro, teve

MINISTÉRIO DO EXERCITO
SECRETARIA PARLAMENTAR

REGISTADO: DEPUTADO MATA MACHADO
Nº (MDB-MG) CAMARA

Nº SENADO

10/09 / 68 / CD-XXXXX Pg 5804/05

/ de / /

FICHADO

ANEXO N.º 1.22

Nº. PRO. CSS 83.3.P.84

1420

1.22

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Senhores Deputados, a guerra do Governo à juventude estudantil do Brasil continua, e quem a está ganhando não é o Governo; ao contrário são os jovens. A cada momento chegam-nos sinais dessa lenta mas decisiva vitória. Hoje, para que conste dos Anais, quero ler uma nota oficial publicada pelo Grêmio Estudantil do CIEM, que corresponde ao nosso colégio universitário. O texto, escrito por um jovem, sem a interferência de qualquer professor ou de alguém que pudesse influir sobre o redator, começa com três perguntas:

"NOTA OFICIAL — GRÊMIO ESTUDANTIL DO CIEM "GECIEM"

Você viu? ... Você sentiu? ...
Você parou para pensar,
tentou ver os fatos?

Sim, colegas, dos fatos importantes tem-se que tirar grandes lições. Desta vez, você não escutou cada um dizer uma coisa. Desta vez você viu.

Nós estávamos em sala de aula. Nos trabalhávamos e cumpriamos nosso dever. Nós tivemos nossas aulas, nossos trabalhos interrompidos pela violência, arbitrariedade, ignorância e vandalismo, daqueles que traem o povo brasileiro e invertem seu dever único.

Sim, colegas, será que há clima para o nosso trabalho, será que nos permitem trabalhar?

Será que você já parou para pensar sobre "Quem são os verdadeiros subversivos, os verdadeiros baderneiros, os adoradores do vandalismo?"

Será que você já se perguntou sobre "O quanto nossa Constituição tem sido desrespeitada, transformada constantemente por interesses imediatos pelos donos do poder e da própria Constituição?"

Mas você não viu tudo, colega, quase todos nós estamos começando a ver. Há muito mais, colega.

Será que você sabe do esquema utilizado pela Polícia para justificar a invasão do nosso território? Sim, uma perua do DOPS foi praticamente abandonada, com vidros abertos, colocada em frente aos alunos, que assistiam à visão e espancamento de nossos colegas. O ódio da juventude provocou o incêndio dessa viatura, e em menos de dois minutos, as tropas da anarquia saíram de suas tocas, cantando nas sirenes a vitória. Mas terá sido vitória mesmo, colegas?

Será que você sabe que um dos companheiros que foi baleado estava em estado de coma e talvez esteja morto neste momento?

Será que você já viu como estão os vidros, as salas de aula invadidas, os laboratórios destruídos pelas bombas e pelo vandalismo dos donos da situação?

Será que você sabe que o go-

vérno decadente já se volta contra seus próprios delegados, acusando o próprio Reitor?

Você notou o enfraquecimento e desespero de quem já necessita convocar o exército para combater estudantes, mesmo em dias mais calmos, e a Polícia já nem mesmo é capaz de combater os estudantes?

Sim, colegas, dos grandes fatos e grandes lições, já não é mais tempo de nos fazermos cegos. O medo e o comodismo já não podem mais permanecer ofuscando nossas vistas. Nossos problemas se agravam cada vez mais.

Mas desta vez você viu. E depois escutou e leu as versões policiais. Você já pensou nas máquinas propagandistas? Será que há liberdade de imprensa? Será que há liberdade de livre expressão? Sim, muita coisa nos tem faltado.

Todos os meios de comunicação, todo o sistema publicitário dos donos do poder e da burguesia dominante vem nos enganando, colegas.

Onde está, então, colegas, onde existe democracia, onde está a democracia daqueles que tacham de subversivos, de baderneiros e comunistas, aos verdadeiros democratas?

Sim, é bom que você pense muito. "É necessário que cada um se olhe num espelho, dizer quantas vezes mentiu, ou quantas vezes preferiu não dizer e se manifestar, ou quantas vezes preferiu o conforto do silêncio".

O que é que você vai fazer? Será que podemos ainda ficar parados?

Cada vez está mais claro. Já não podemos nos prender entre as portas da passividade, as paredes de nossos colégios, de nossos lares já não resistem a tantas coisas.

É preciso que nos centralizemos, através dos Grêmios e do Sindicatos; caminho único para a nossa organização.

Precisamos ler e discutir cada vez mais, inclusive formas de luta, cscucmas e processos, pois que o movimento estudantil precisa amadurecer e se fortalecer.

Você já não pode faltar às assembleias gerais, sob pena de estar fugindo ao seu dever, de estar se traíndo, fugindo à própria democracia".

Por tudo isto é que devemos exigir que não haja mais aulas na UnB, até que estejam em liberdade todos os estudantes e professores presos, enquanto nosso Campus não for devidamente respeitado, com liberdade total. Nossos professores também se negam a dar aulas em tal situação.

Lutemos pelo que temos direito.

Liberdade para os colegas presos.

por maior, ou inteira, liberdade de imprensa.

Por liberdade em nossos centros de estudo."

Sr. Presidente, além deste texto, os jovens publicaram um breve manifesto de agradecimento às mães, respondendo assim à manifestação lançada das mães de estudantes de Brasília. E, assim, nessa resposta demonstraram que a palavra que foi dita pelas mães brasileiras, aqui residentes, repercutiu de maneira profunda no coração dos jovens. (Muito bem.)

é e comenta manifestos do CIEM

mit

CONGRESSISTA: Mata Machado
 PROJETO Nº
 Nº
 DO de 3 / 10 / 68, CD. ~~CT. CT~~ Pg. 6775
 DO Nº / do / /

CÂMARA
 SÉCULO

*Movimento Grevista
 que Belo Horizonte*

trabalho suspenso, pela adesão dos trabalhadores à greve.

Posso acrescentar que este número se elevará, provavelmente, a 28 fábricas, e ocorrerá, talvez, a extensão do movimento a toda a área siderúrgica do Estado de Minas Gerais, com a mobilização da classe operária, em luta por melhores condições de vida, sobretudo em luta contra a condição de injustiça a que foi reduzida de 1964 para cá.

Os trabalhadores metalúrgicos de Minas pleiteiam um reajustamento salarial de 50%. Decidiram, em assembléia, não entrar em dissídio, uma vez que a Justiça só tem condições de agir como aplicadora das leis de arrocho, sem qualquer possibilidade de oferecer aumento salarial além daquele permitido pelo Governo.

Uma Comissão Salarial está em atividade e, ontem, a assembléia dos metalúrgicos solidarizou-se com os estudantes, bancários, funcionários e camponeses, na convicção de que não são eles, os trabalhadores, os únicos oprimidos e explorados, mas a grande maioria do povo brasileiro, que passa fome, não tem casa e não tem escolas.

Qual foi, Sr. Presidente, a reação do Governo? Exclusivamente a de reprimir e punir. O Sr. Ministro do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, como o houvera feito no Sindicato dos Bancários. Que significa isto? O corte violento e definitivo de qualquer possibilidade de diálogo entre o Governo e a classe operária.

Estudantes que se solidarizaram com os metalúrgicos foram em grande parte, presos. Ainda ontem, em reunião noturna, registrava eu a prisão de mais três elementos da liderança estudantil: Doralina Rodrigues, Vice-Presidente da U.E.E., Antônio Barbosa Neto, ambos estudantes da Faculdade de Direito, e Ricardo Peixoto Braga, da Faculdade de Ciências Sociais.

Vamos, hoje à tarde, discutir o problema do desprestígio do Congresso. Gostaria de lembrar que há cerca de dez dias assinalava em pequeno discurso a situação em que estamos, nós representantes do povo, submetidos a um verdadeiro teste de autenticidade: para que possamos de fato falar em nome do povo, temos de corresponder às condições em que o povo vive. Temos que agir em consonância com as aspirações populares, com as necessidades das classes marginalizadas e com as aspirações gerais da opinião pública. *(Muito bem.)* Tal como foi colocado o problema perante reunião do Congresso, suponho eu que se pode lá agora assinalar a solidariedade do Poder Legislativo aos movimentos que podem não se encaixar de maneira tecnicamente perfeita nos quadros legais, mas que são movimentos essencialmente justos, porque respondem à necessidade que corresponde, simplesmente, ao que antigamente se chamava o *ius necessitatis*.

Espero Sr. Presidente, que com essa breve comunicação, a Câmara dos Deputados de modo especial, que se sente tão desprestigiada, preste solidariedade aos trabalhadores mineiros que, nesta hora, falam e agem pelos trabalhadores do Brasil. *(Muito bem.)*

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive oportunidade, ontem à noite, em reunião conjunta, de noticiar o movimento grevista que se havia iniciado em Belo Horizonte, na área dos trabalhadores metalúrgicos.

Este movimento veio tornar ainda mais eficaz a mobilização de bancários, que desde ao dia 27 do mês próximo passado já também se encontravam em greve.

Hoje pela manhã tive notícia de que eclodido o movimento em apenas uma fábrica da Cidade Industrial. A noite eram já 13 unidades que tinham o seu

TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DE DOCUMENTOS DE D. JORGE PERES E LEIGOS
SOBRE A AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ.

DIÁRIO DO CONGRESSO DE 23/OUT/68

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto o Governo se enreda em abstrações e mitos — abstracção da normalidade, no bôjo de crises que se sucedem; mitos da segurança, ex-trapulado em segurança continental e da guerra revolucionária, antes imaginada que efetiva — movimentos de contestação não violenta empenham-se em luta constante, como se poderá ver em dois documentos que lerei para que constem dos Anais da Câmara. O primeiro traz a assinatura do Arcebispo D. José Maria Pires, da Paraíba, e de leigos e sacerdotes que pertencem à Ação Justiça e Paz, nascida, como pressão moral libertadora e consagrada como atividade praticamente oficial da Igreja do Brasil, após a Conferência dos Bispos Latino-Americanos, realizada em Medellín, na Colômbia.

Este documento, publicado em "O Norte", de João Pessoa, na quarta-feira passada, 16 de outubro de 1968, está vazado nos seguintes termos:

"Com fundamento nos princípios de Liberdade Justiça e Paz Social que inspiraram a sua constituição em âmbito continental a "Ação Justiça e Paz" (Seção de João Pessoa vem, de público, manifestar sua preocupação e estranheza ante uma sucessão de fatos políticos que, atingindo comunidades e pessoas, começam a comprometer e abalar as próprias bases da vida social organizada, justificando uma generalizada apreensão de que forças incoercíveis começam a impelir a Nação para os caminhos difíceis da intranquilidade e do caos.

Coerentes com o empenho manifestado desde nossa origem, de lutar pela preservação dos direitos humanos, em cujo respeito identificamos o fundamento maior da realização social, não poderíamos consentir que se desencadeasse, sem protesto, uma série de atentados e ameaças aos direitos humanos, internacionalmente assegurados, e, ainda, no Brasil, acobertados pelas garantias constitucionais.

Em primeiro lugar, é impossível consentir que se submetam a juventude brasileira, representada pelos estudantes universitários, então reunidos em São Paulo, para discussão comunitária dos problemas afinentes às reformas estruturais que lhes dizem respeito, ao total cerceamento da liberdade de reunião, de expressão e de locomoção, como se o País estivesse ameaçado, no presente, pelos que se encarregaram de construir o próprio futuro nacional.

A violência que se desencadeia contra os estudantes brasileiros, entre os quais se encontram dezenas de paraibanos, transpõe as fronteiras da classe estudantil e sobressalta, humilha e constrange a família brasileira que deposita toda a confiança no idealismo e na pureza de convicções de seus filhos.

Por outro lado, o testemunho

de nosso inconformismo, talvez não se fizesse necessário se, no quadro institucional, aqueles setores encarregados e comprometidos com a representatividade popular não se encontrassem manietados e oprimidos por formas aparentes ou dissimuladas de pressão que descaracterizam os objetivos justificadores da própria existência dos parlamentos.

Especificamente, a tentativa de cassação de mandato legislativo do Deputado Márcio Moreira Alves e de outros, por motivo de pronunciamentos no Congresso Nacional, situa os representantes do povo na mais deprimente condição de silêncio convicência, omissão e subserviência, definitivamente incompatível com a normalidade democrática.

Nossa palavra, a esta altura, é mais uma advertência aos omissos ou indiferentes que, em qualquer posição, seja no exercício de mandatos obtidos do voto popular, seja no desempenho de qualquer tipo de liderança natural ou institucional, ou ainda como simples cidadãos, isentam-se ante a gravidade dos fatos, negando-se a integrar-se numa grande frente coletiva para evitar que o Brasil se precipite na catástrofe.

E' este o sentido que pretendemos emprestar à presente denúncia que servirá, pelo menos, de testemunho de nossa fidelidade às opções democráticas na orientação das reformas brasileiras, condição eficaz do desenvolvimento.

João Pessoa, 15 de outubro de 1968.

Pela Coordenação da Ação, Justiça e Paz.

José Maria Pires — Arceb. da Paraíba.

Pe. José Loureiro Lopes — Diretor do INDEB.

Ronaldo Queiroz Fernandes — Prof. da Univ. da Paraíba.

Rui Gomes Dantas — Prof. da Univ. da Paraíba.

Pe. Wanderley Antônio Rodrigues — Vigário Substituto de Alagoa Grande.

Denise Gadê Negócio.

Pe. Fernando Montenegro Abaht — Coordenador de Pastoral.

Eimar Fernandes".

O segundo documento, Sr. Presidente, um abaixo-assinado dos Membros da União das Mães de São Paulo Contra a Violência, dirigido, em cópia, ao Sr. Presidente da República, Marechal Costa e Silva, e ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Galotti, está assim redigido:

"Exmo. Sr. Presidente da República

Marechal Costa e Silva.

Os abaixo assinados, membros da União das Mães de São Paulo Contra a Violência, juntamente com pais de estudantes aprisionados durante a reunião de Ibluna, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. expor os gravíssimos fatos abaixo relacionados, clamando imediatas providências no sentido de salvaguardar os direitos previstos no artigo 150 da Constituição Federal:

I — Foram presos no Município de Ibluna no dia 12 do corrente cerca de 700 jovens, como é de pleno conhecimento público, por iniciativa e responsabilidade do Departamento de Ordem Política e Social do Governo do Estado de São Paulo.

II — Após as providências policiais de identificação, triagem e lavratura de autos em flagrante, parte dos jovens foram reconduzidos sob custódia a seus Estados, parte mantidos presos com base nos flagrantes lavrados e outros liberados de forma competente.

III — Ocorre, porém, gravíssimo fato que levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, qual seja o de que os jovens abaixo relacionados encontram-se desaparecidos, não dando deles a polícia do Estado de São Paulo qualquer notícia, seja de liberação ou de manutenção legal de custódia.

Os jovens desaparecidos são os seguintes: Jurandir Antônio, Primo Alfredo Brandimiller, Osiene de Mattos, Ladislau Rui Ungar Glausiusz, José Adura, Rubens Werner, Azeal Rangel Camargo, Walter Wuolo, Carlos Alberto Afonso Romualdo, José Wilson, Lessa Sabeg, Ronaldo Passo Amaral, Jun Nakabashi, Américo Antônio Flôres Nicolatti, Fernando Marinho Falcão, de São Paulo; Henrique de Carvalho Matos, de Brasília; Margarida Maria Ribeiro dos Santos, de Salvador; Marco Melo, de Pernambuco e mais Reinaldo Morano Filho, também de São Paulo.

Muito embora a polícia de São Paulo alegue não saber do paradeiro dos mesmos, tem-se legítimas notícias de que sem qualquer nota de passagem, ou depósito, vêm circulando há mais de 48 horas pelas delegacias da zona sul de São Paulo, inclusive as delegacias de Parelheiros, Embu e Sacomã e Campo Limpo, onde são interrogados sob os mais diversos pretextos e sofrendo constrangimentos físicos de toda sorte.

A manutenção clandestina desses jovens à disposição da polícia sem qualquer nota de culpa e sem que dos mesmos tenha o paradeiro airona ilegalmente o art. 150 da Constituição, na medida em que fere dessa forma a segurança pessoal dos cidadãos brasileiros, numa caracterização flagrante de estado de ilegalidade e força.

Rogamos a V. Exa. imediatas providências ora expressas, remediar e pôr cõbro à situação agora relatada.

Com os nossos respeitosos cumprimentos a V. Exa."

Sr. Presidente, êsses documentos são sinais de denúncias, de protestos e, na verdade, de colaboração eficaz, embora não violenta, para a solução dos graves problemas que o Brasil enfrenta neste instante. (Muito bem.)

Nº. PRO. 055. 83. 3, P. 87

ANEXO
2

2 - IMPrensa

2.1 - Jornal do Brasil de 26 Ago 66.

"MATTA MACHADO denuncia reação do tempo antigo"

2.2 - Jornal do Brasil de 3 Jan 68.

FRENTE AMPLA se reúne.....

21

Journal des
Braziliens
1966

Belo Horizonte (Sucursal) — O Professor Edgar Godói da Mata Machado, escritor e pensador mineiro, disse ontem que os atuais "fatos demonstram o descompasso que existe entre as atitudes da Igreja, de "confiança no porvir" e de "renovação para o mundo que nasce", e as dos eventuais grupos dirigentes do País, apegados ou a um liberalismo que já cumpriu o seu papel histórico ou a um autoritarismo reacionário que só consegue sobreviver nos países que ainda não entraram na segunda metade do Século XX".

Para o escritor mineiro, o choque do Governo com a Igreja "é apenas um aspecto do seu choque permanente com o povo. Tente popularizar-se, despendo-se das suas roupagens autoritárias e tecnocráticas, tente virar o rosto para o futuro ao qual persiste em dar as costas. Abra-se ao perdão, esquecendo-se de uma vez da repressão, já transformada em mania. Mostre-se mais sensível e menos confiante na força".

MAIS PROFUNDO

É o seguinte o pronunciamento do Prof. Edgar Mata Machado:

"O conflito entre a Igreja e o presente estado de coisas no Brasil é mais profundo do que possa parecer à primeira vista. Trata-se de um choque de mentalidades. A Igreja vive as primeiras experiências determinadas pelo Concílio Vaticano II. Está na linha da renovação, do progresso. Procura inserir-se no mundo moderno, dialogar e sofrer com o mundo, nos termos da Constituição Apostólica Gaudium et Spes, resultante do famoso Esquema XIII. Liberta-se do conservadorismo, da conformação com o status quo, tem os olhos voltados para o futuro e as mãos empregadas na construção de um mundo novo, sob o signo de um novo humanismo. Desde 1963 dando ressonância às Encíclicas de João XXIII, Mater et Magistra e Pacem in Terris, a Conferência Nacional dos Bispos pleiteava, de modo concreto, as reformas de estrutura sem as quais é impossível o desenvolvimento social e económico do Brasil e inviável a promoção humana do brasileiro. Pondo de lado o medo às palavras, podemos dizer que, já então, o episcopado brasileiro assumia posição revolucionária. E, naquela mensagem, previa a eclosão do movimento de 1964, sob o comando dos que, "recessos de perder as vantagens que possuem, tudo fazem para manter o status quo". Estes foram os vitoriosos de 1 e 9 de abril de 1964 e de 27 de outubro de 1965. Um deles, num rasgo de sinceridade instintiva, deu a esse movimento o nome que de fato e de direito lhe convém melhor: o de contra-revolução. E, ainda agora, um dos autores do anteprojeto da nova Constituição assinalou que é ele conservador contra conservadora é a "revolução".

Os fatos demonstram, ao vivo, o descompasso que existe entre as atitudes da Igreja, de confiança no porvir e de renovação para o mundo que nasce, e as dos eventuais grupos dirigentes do País, apegados ou a um liberalismo que já cumpriu o seu papel histórico ou a um autoritarismo reacionário que só consegue sobreviver nos países que ainda não entraram na segunda metade do Século XX, como a Espanha, Portu-

gal e alguns outros, cada vez menos numerosos.

Enquanto a Igreja se volta para a juventude, e para o mundo operário, construtores do amanhã, os contra-revolucionários, a invocar uma revolução que não houve, telman em marginalizar os jovens, como se toda a criatura, antes dos trinta anos, fosse "subversiva" e em manter sob a opressão ou sob a ilusão a classe trabalhadora, em cujas reivindicações, ainda as mais justas e equilibradas, enxergam, invariavelmente, outras tantas formas de insurreição. Enquanto a Igreja se aproxima sempre mais do povo, através da renovação litúrgica, da ação social, do apelo à liberdade e à responsabilidade, mesmo do reconhecimento público dos seus erros e omissões, o outro lado faz tudo para afastar o povo de qualquer participação na condução dos negócios comuns, jamais o ouvindo, não lhe permitindo exercer em plenitude os direitos eleitorais, ignorando-o ou temendo-o.

O Brasil inteiro sabe que, desde o começo, os contra-revolucionários de 1964 investiram contra organizações cristãs, em geral de responsabilidade da Igreja católica. Vasculharam-se sedes principalmente dos movimentos da juventude (JUC e JOC), colocou-se sob suspeição o MEB (Movimento de Educação de Base), de cujos militantes muitos estão hoje submetidos à IPM, ameaçados, exilados. Equiparou-se ao comunismo a Ação Popular, que reúne a vanguarda de militantes cristãos no campo político. Encíclicas de João XXIII, Papa tido, por eles, como "esquerdista", foram apreendidas nas bibliotecas.

Agora, o conflito atinge aos mais altos escalões, a começar pelo combate ao padre Hélder Câmara. Mas substancialmente é o mesmo dos primeiros dias.

O que importa, a nosso ver é que se tome consciência da natureza do conflito e se empreendam esforços para lhe dar solução. A Igreja não pode voltar atrás. Não pode fazer de conta que não houve o Concílio Vaticano II, nem ficar na atitude de quem não tenha visto nele mais que uma espécie de turismo internacional de purpurados. Mas o Governo, se estiver disposto mesmo a aceitar o diálogo com a Igreja, talvez encontre, na atual exacerbação do conflito, solução para os seus próprios problemas. Seu choque com a Igreja é apenas um aspecto do seu choque permanente com o povo. Tente popularizar-se, despendo-se das suas roupagens autoritárias e tecnocráticas. Tente virar o rosto para o futuro ao qual persiste em dar as costas. Abra-se ao perdão, esquecendo-se de uma vez da repressão, já transformada em mania. Mostre-se mais sensível ao direito e menos confiante na força.

Está nas mãos do Governo — que "legalmente" pode tudo — reintegrar-se, num ato menos de humildade que de grandeza, à plenitude do Estado de Direito e de justiça, ao regime democrático, em suma, dentro do qual não haverá lugar para conflitos com uma Igreja que não quer mais ser mera guardiã da ordem, desde que tomou consciência da sua responsabilidade como povo de Deus, na terra, uma terra não ideal e abstrata, mas real e concreta, no caso, a terra do Brasil que ela se esforça para conhecer cada vez mais e amar com eficácia cada vez maior".

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - 2ª SEÇÃO

ORGÃO: Jornal do Brasil

ASSUNTO: Frente Ampla

DATA: 3/1/68

RESUMO:

“Frente ampla” se reúne em Brasília para lançar plano de ação para 1968

Belo Horizonte (Sucursal) — O Deputado federal Edgar da Mata Machado, do MDB, informou ontem que a próxima reunião dos principais líderes da *frente ampla* será realizada em Brasília, depois do dia 15, quando será examinado o seu plano de ação para 1968, que consistirá principalmente “em oposição não ao Governo, mas ao atual sistema que foi imposto ao País pela Revolução de 1964”.

Disse o Sr. Edgar da Mata Machado que o programa da *frente ampla* vai se basear num trabalho feito há sete meses pelo Deputado federal Hermanno Alves, bem como na declaração de princípios aprovada pela convenção do MDB e nos conceitos emitidos pelo líder do Partido, Sr. Mário Covas, em seu último discurso na Câmara Federal.

COINCIDENCIA

Segundo o Sr. Edgar da Mata Machado, o programa da *frente ampla* coincide com o do MDB e o movimento é de caráter nacional, sendo seu objetivo principal lutar contra o atual sistema político existente no País, pugnando pelo restabelecimento das eleições diretas, pela anistia ampla aos cassados, pela melho-

ria salarial, bem como pelo combate à atual política econômica do Governo, “que está errada em muitos pontos”.

Salientou haver recebido um apelo para ajudar na elaboração do programa da *frente ampla* mas recusou-se a fazê-lo, ficando esta tarefa a cargo do Senador Josafá Marinho e dos Deputados Renato Archer e Hermanno Alves, entre outros.

Goulart espera em breve o agravamento da crise

Através de emissário, o ex-Presidente João Goulart disse aos seus companheiros do antigo PTB e aos dirigentes lacerdistas e juscelinistas da *frente ampla* estar convencido de que o Governo Costa e Silva assistirá, nos próximos meses, ao agravamento, ao máximo, da atual crise econômico-financeira, com fundas implicações sociais.

Acha o Sr. Goulart que o Marechal Costa e Silva não terá outro recurso senão “voltar à linhas das tradições brasileiras, pela qual todas as crises graves são resolvidas mediante transacionamento, dentro de um critério de conciliação que satisfaz amplamente todas as correntes políticas existentes no País”. Considera ser “a economia e as finanças nacionais os maiores adversários do Governo revolucionário”.

“FRENTE” EM MARCHA

O ex-Presidente João Goulart disse, também, que a *frente ampla* ainda não é um ins-

trumento político válido para forçar o Governo Costa e Silva ao diálogo e à composição, mas que, “na medida em que as coisas se agravarem, o quadro se alterará substancialmente, favorecendo, senão à totalidade das correntes nela engajadas, pelo menos às que estão comprometidas com o propósito da redemocratização do País”.

— O processo de reinstitucionalização do País será gradativo — opinou, sustentando que, “por enquanto, a *frente ampla* está crescendo lenta mas firmemente” e que “cada passo seu é marcado de segurança e de habilidade”.

Elogiou os pronunciamentos feitos pelo ex-Governador Carlos Lacerda perante formandos de Direito (Rio Grande do Sul) e de Economia (Teatro Municipal, na Guanabara). O ex-Presidente da República recebeu, do emissário, um relatório de 30 laudas, nas quais são feitas observações e comentários amplos em torno das posições mais importantes das correntes associadas na *frente ampla*.

NB. PRO. SS. 83.3.P.011

ANEXO
3

3 - AGITAÇÕES DE RUA

3.1 - Informação 234/68 - CIE/ADF - sôbre passeata
estudantil em 29 Mar 68

3.2 - Relatório de Informações de 8 Abr 68, CIE/ADF,
sôbre agitações estudantis em Brasília

3.3 - Informação 425/68 da 11a RM, sôbre passeata es
tudantil em 28 Jun 68

CONFIDENCIAL

ANEXO N.º 3.1

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

Em 02 ABR 1968

XXXXXXXXXX
D.2DE
CIE/ADF

DIFUSÃO: CIE

INFORMAÇÃO N.º 234/68

Por ocasião da passeata dos estudantes, realizada no DF em 29 Mar 68, alguns deputados do MDB, de braços dados, saíram à frente dos estudantes, formando, segundo eles "O escudo das imunidades".

Na fotocópia anexa, identifica-se da esquerda para a direita: Dep ^{pv-866} MARIO COVAS, HERMANO ALVES, MATA MACHADO, MARTINS RODRIGUES, a sua retaguarda aparece BERNARDO CABRAL, MATEUS SCHIMIDT e PAULO CAMPOS (com a mão esquerda espalmada). Entre os Dep MATEUS SCHIMIDT e PAULO CAMPOS, aparece o Dep MARIANO BECK, de ter no branco.

Dep Fed = HELIO NAVARRO

[Handwritten signature]

CONFIDENCIAL

SEM AGUA...



Os estudantes foram repelidos a jatos d' água mas os deputados da oposição (foto) foram recebidos com mangueiras vazias.

CONFIDENCIAL

9. a Doc. n.º 485
9. a - Doc. n.º 485
NB. PRO. CS 83.3.1.95

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 08 Abr 68

ANEXO N.º 3.2

3.2

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
(Ocorrências estudantis em Brasília e Goiânia)

1. BRASÍLIA

Dia 29 Mar - Estudantes universitários e ginasianos, estes, em sua maioria do Colégio Elefante Branco, insuflados por líderes estudantis comunistas da UnB e apoiados por alguns parlamentares, cerca das 1900 horas iniciaram a passeata anteriormente proibida pela SSP que se transformou em arruaças.

À frente dos manifestantes encontravam-se os Deputados: = MÁRIO COVAS, = JÚLIA STEINBRUCH, = HERMANO ALVES, = MARTINS RODRIGUES, = PAULO CAMPOS, = MATA MACHADO, = MARIANO BECK, = BERNARDO CABRAL, = MATHEUS SCHMIDT, = JOÃO HERCULINO, = MÁRIO PIVA e = HÉLIO NAVARRO. Na ocasião discursou o Dep. MÁRIO COVAS.

Posteriormente, concentraram-se na Praça 21 de Abril.

Com a intervenção da Polícia, que não utilizou arma de fogo, mas apenas jatos d'água e gás lacrimogêneo, dispersaram-se em vários grupos, para reunirem-se posteriormente em outros locais como que adotando uma tática pré-determinada (nessa altura dos acontecimentos retiraram-se os deputados). Atacaram ônibus da TCB e incendiaram carros da Polícia.

Houve concentração de manifestantes nas imediações da Casa Thomas Jefferson que foi protegida pela Polícia para evitar possível depredação de suas dependências.

Foi severamente espancado pelos estudantes o Sargento da PM MANOEL ISAAC DE OLIVEIRA (que não usou a arma que portava) e ferido a bala o bancário JOÃO FERAZ DE LIMA. Observou-se que vários estudantes estavam armados.

O bancário foi ferido por arma, cujo calibre não coincide com o de armas usadas pela Polícia.

Após várias escaramuças, a Polícia conseguiu dispersar as concentrações realizadas e aos poucos os pequenos grupos restantes dissolveram-se.

CONFIDENCIAL

Dias 30 e 31 Mar (Sábado e Domingo) - Os estudantes retraíram-se para a UnB, o que levou as autoridades a se manterem em expectativa.

Dia 1º Abr (2ª feira) - Concentração de estudantes na UnB (cêrca de 100 elementos).

Cidade sob tensão, em virtude dos acontecimentos.

Houve indícios de nova concentração de estudantes na Avenida W3, para nova passeata.

Informes indicavam existência de armas e coquetéis Molotov no interior da UnB.

Os estudantes criaram o território livre da Universidade de Brasília.

Dirigentes estudantis reuniram-se a portas fechadas na FFUB. Informações indicavam que elementos subversivos comandavam a reunião.

Face às informações de existência de armas e barricadas na UnB, o Secretário de Segurança determinou o bloqueio da Universidade.

Informação recebida às 2230 horas deu conta da existência de cêrca de 300 estudantes no interior da UnB; de barricada com móveis no Campus e de coquetéis Molotov.

Nesse dia os dirigentes do movimento reuniram-se para decidir se haveria passeata no dia 1º Abr ou comício dentro do Campus. Dividiram-se as opiniões. Venceu o ponto de vista do estudante agitador JOSÉ ANTÔNIO PRATES que defendeu a idéia da realização de um comício dentro do Campus, às 0900 horas do dia 2 Abr.

Nesse dia, pequenos grupos de Universitários postaram-se à frente dos Colégios da Cidade, onde distribuíram manifesto e convocaram os secundaristas para o comício previsto para a manhã (0900 horas) do dia 2 Abr no Campus da UnB.

Informações indicavam que no Colégio Elefante Branco tiveram trânsito livre tais universitários.

Cont. *Reuter* *S-11.*

O Reitor baixou Portaria, suspendendo as aulas até o dia 5 Abr.

Como medida acauteladora, o Prefeito do DF determinou o corte dos telefones da UnB e suspendeu a circulação dos ônibus que, algumas horas após, voltaram a circular, por sua determinação.

Dia 2 Abr - Na madrugada do dia 2 Abr o Prefeito do DF foi à UnB para demover os estudantes das manifestações previstas, mas não conseguiu convencê-los.

Solicitaram ao Prefeito a retirada da Polícia que vigiava os acessos à Universidade. Após serem atendidos, ocuparam tais acessos, que passaram a ser controlados pelos próprios estudantes.

Os estudantes continuavam reunidos na UnB. Durante o dia 2 Abr, alto-falante da Universidade transmitiu marchas marciais, acusando a Polícia de prática de violência e arbitrariedades.

A pedido dos secundaristas foi adiada a inauguração da Praça, no Campus da Universidade. Foi anunciada assembléia geral para a tarde, a fim de ser analisada a situação política no País.

Tendo em vista a existência do impasse e a firme decisão dos estudantes em se manterem na Universidade reunidos, com a possibilidade de novas passeatas, e a existência de informes de que se encontravam armados e possuíam coquetéis Molotov, o Prefeito do DF, após entendimentos com o Cmt da 11ª RM determinou o planejamento de uma operação visando ocupar a UnB pela PM. Tal operação, caso houvesse insucesso, deveria ser complementada pela ação do Exército.

Às 2220 horas o Prefeito do DF tornou pública uma Nota, através de uma cadeia de estações de Rádio e TV, em que historiou todos os fatos, inclusive a ação das autoridades para solucionar o impasse e a firme determinação de não mais contemporizar.

A partir desse momento vários entendimentos se processaram e os estudantes acataram as exigências das autoridades: retiraram as barricadas, evacuaram o Campus, fecharam a FEUB e suspenderam a assembléia.

Cont. *Quintela*
S. Uel.

Dia 3 Abr - Às 0900 horas dêsse dia o Reitor da UnB informou ao Cmt da 11ª RM que as condições impostas aos estudantes tinham sido executadas. Posteriormente, informes indicaram que os estudantes estavam retornando à Universidade em pequenos grupos.

Às 2230 horas continuavam as gestões com vistas à pacificação.

O Deputado JOSÉ BONIFÁCIO comunicou o resultado da discussão entre deputados e estudantes da UnB, iniciado desde as 1230 horas.

Os universitários concordaram em não fazer passeata, mas não estavam de acôrdo com o fechamento da Federação Estudantil Universitária de Brasília (FEUB).

O Reitor da Universidade manteve-se intransigente quanto à ordem de fechamento da FEUB.

O Dep JOSÉ BONIFÁCIO, resolveu, então, encerrar sua gestão.

Permaneceram na UnB os deputados MARTINS RODRIGUES, DAVID LERER e MÁRIO COVAS.

Dia 4 Abr - Situação: completa calma.

2. GOIÂNIA

Dia 1ª Abr - Agitações em Goiânia. Escaramuças entre agitadores e Polícia, saindo ferido a bala um elemento civil.

Estudantes reuniram-se na Faculdade de Direito, com omissão total do Reitor.

Os Deputados do MDB PAULO CAMPOS e JOÃO ABRAÃO ^{PN 047} agitavam o ambiente onde se encontrava o elemento ferido.

O Cmt da PM reuniu-se com o Governador e o Arcebispo.

O Arcebispo, D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS ^{PN 051} solicitou a retirada da tropa que se encontrava nas ruas da cidade, como condição para parlamentar com os estudantes. Tal pretensão foi negada pelo Governador.

Às 1830 horas o Governador OTÁVIO LAGE informou ao Comando da 11ª RM que a situação estava calma e que iria falar ao povo pela TV sobre os acontecimentos ocorridos na parte da manhã. Esclareceu que o elemento baleado não era estudante e foi ferido com bala calibre 38, segundo observação através de radiografia.

Acrescentou, ainda, que a PM/GO, reprimiu as agitações usando apenas bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e fuzís com festim.

Às 2200 horas Goiânia aparentava-se calma.

Cerca das 2000 horas faleceu o elemento ferido a bala, até o momento não identificado.

Temia-se a possibilidade de atos de terrorismo na Capital.

Dia 2 Abr - Foi realizada a autópsia do elemento que faleceu, testemunhada por dois reitores, o decano dos professores de Medicina, um estudante e um médico de Brasília.

Foram encontrados dois fragmentos de bala de revólver.

Ficou a cargo da perícia a verificação do calibre.

Atrito entre estudantes e agente de Polícia que procurava prender cabeças de agitação, resultou ferimentos leves nos estudantes agitadores TELMO FARIAS e MARIA LÚCIA JAIME. O citado agente, anteriormente havia sofrido agressões e tinha sido arrastado pelas escadarias da Catedral.

Houve missa por alma do elemento que faleceu, já identificado como sendo ARNALINDO CÂNDIDO DA SILVA, de 19 anos, lavador de carro.

A missa foi rezada por D. FERNANDO. Na ocasião os estudantes distribuíram panfletos. Após o ato religioso os estudantes reuniram-se nas imediações da Igreja e fizeram dois discursos, retirando-se em seguida sem alteração.

Após a missa D. FERNANDO, retirou-se ausentando-se da cidade, Consta que vai para Aparecida, em São Paulo.

Dia 3 Abr - Sem alteração.

Cont. *[Handwritten signature]*

CONFIDENCIAL

Dia 4 Abr - Missa por alma do elemento falecido na GB.
Sem alteração.

3. OBSERVAÇÕES:

Durante os dias de agitação estudantil em Brasília foram distribuídos dois manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília e um manifesto do Partido Operário (TROTISKISTA), todos de caráter subversivo.

4. ANEXO:

- Manifestos do Diretório Central dos Estudantes Secundários de Brasília.
- Manifesto do POR (T).
- Fotografias do Sgt da PM, ferido por manifestantes em Brasília.

Pell
Srel

CONFIDENCIAL

- CONFIDENCIAL -
Brasília - DF, 18 JUL 68

1. ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL, de 28 JUN 68, em BRASÍLIA
2. OUTROS: 119 P.
3. TIPOLOGIA: I Ex, CIV/ASP, SNI/ABSD, SSP/DF, MPF/DF, G-2 P5, 724K, 1º RCO, REEB, DSP, 131 G Can An 246, 119 Tsq Reg Vec, ACS.
4. ANEXO: Fotostaticas (as para SNI/ABSD, SSP/DF, MPF/DF, 1º RCO, BPTB, DSP).

INTERLAÇÃO Nº 425/68

1. INTERLAÇÃO:

- a. A passeata de 28 JUN 68 foi autorizada pelo Presidente da República, desde que realizada, no Eixo Rodoviário na direção N-S, com concentração no mesmo eixo, na altura da SQ 104.
- b. Os estudantes, contrariando ordens, concentraram-se na praça 21 de ABRIL e seguiram pela avenida W3 até a quadra 5; SQ 107 e 105, área do Cine Brasflia; super-quadra 107 e área da Igreja de Fátima, situada entre as SQ 307 e 308.
- c. Durante a concentração na praça 21 de ABRIL, líderes estudantis, professores e deputados procuravam esclarecer que a concentração e a passeata deviam ser no Eixo Rodoviário
- d. Entre os deputados destacaram-se:
 - OSVALDO DE LIMA FILHO
 - IVEITE VARGAS
 - BRITO VELEZ
- e. Na praça 21 de ABRIL a concentração era estimada em 1000 pessoas
- f. Na frente da SQ 5 a massa era estimada entre 2000 e 3000 pessoas.
- g. Na área do Cine Brasflia foi feito um cercado, onde discursavam ou se pronunciavam:

- 1) Deputados:
 - MARIO COVAS JR
 - MATA MACHADO
 - OSMAR CUNHA
 - BRITO VELEZ (ARENA)

(Continua...)



- CONFIDENCIAL -

QUALQUER PESSOA QUE TIVER CONHECIMENTO DESTA ASSUNTO FICA RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO.
(Art 62 - Dec nº 60.417/67-RSAS)

2979
- 2 -
NB-PRO.CSS.833.R.12

- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação da Informação nº 415/00-114. SA)

- OSWALDO LIMA FILHO, reconhecendo "a veracidade das idéias" e do espírito de DON LUÍS, "como símbolo dos estudantes e vanguarda do proletariado brasileiro", saudou a presença do orador e condenou a derrubada do governo por ser uma ditadura.

2) Diversos:

- um popular que se identificou como pai e estudante
- um comerciário
- um operário de construção civil
- MAURO BURLINHAQUI, ex-presidente da FEUD, libertado

na véspera, mediante "babona-carpus", disse: os estudantes foram soltos porque os militares se vieram pressionados pelos estudantes, políticos e professores. Disse ainda que o governo é dominado por uma cúpula militarista cínica e corrupta. Precisamos derrubar este regime cínico e anacrônico.

- AURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS, falou em nome da igreja progressista (consta ser sobrinho de Frei Mateus)

- Frei PASCAGIO, disse que a igreja está ao lado dos estudantes, porque estava ao lado dos fracos.

- DE STELA BASTOS (mãe de Aurélio Wander Chaves Bastos). Agradeceu a solidariedade dos estudantes para com seu filho.

- Um elemento de meia idade (bancário?), atacou os banqueiros, tachando-os de ladrões.

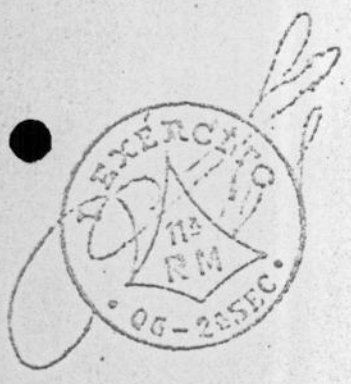
h. Participaram ainda da passcata os seguintes deputados:

- Martins Rodrigues (ARENA)
- RAUL BRUNINI
- PAULO CAMPOS
- CID CARVALHO
- MARIANO BECK
- HUMBERTO LUCENA
- UNIRIO MACHADO
- PAULO MACARINI (sua filha está no meio da massa)
- DAVI LERES
- OSMAR DE AQUINO
- JOSE MANDELLI

1. Um documento da Cúria Metropolitana de Brasília, datado de 28. JUN 58 e assinado por Monsenhor GERALDO AVILA - Vigário Geral,

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -



- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação da Informação nº 425/68-11a. RM).

- 3 -

consta:

"A Cúria Metropolitana de Brasília, declara que os Reverendíssimos Sacerdotes, Religiosos e os Colégios Católicos estão autorizados a participar da passeata a ser realizada hoje, 28 de junho, pelos estudantes, contanto que a referida passeata esteja permitida pelas autoridades competentes e que se realize com a devida ordem e respeito, nos termos da autorização dada pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro."

j. Foram identificados os seguintes cartazes:

"Pela Cultura Contra a Opressão".

"Mais verbas para a Educação".

"Professores e Alunos Contra a Política Educacional".

"O Ensino hoje é o Desenvolvimento de amanhã".

"Para Um Brasil Melhor".

"Lutemos por uma Causa Justa".

"O Povo está Conosco".

"Abaixo a Repressão".

"Abaixo o MEC-USAID".

"Ter Cultura é ser Subversivo".

"O Governo Vende Nossa Cultura".

"Vietnam, Símbolo da Humanidade".

"Sindicatos Livres para Todos".

"Apoio Total aos Operários e Estudantes Franceses".

"Todo o Poder para o Povo".

"Abaixo a Ditadura".

"Mais Educação Menos Munição".

"Abaixo Arroz Salarioal".

l. Foram assinalados:

2 Bandeiras do Vietnam novas (não eram as mesmas das passeatas anteriores).

2 Bandeiras vermelhas.

2 Bandeiras nacionais.

Cartazes bem grandes, impressos, com o retrato de "CHE"

GUEVARA.

m. Os seguintes "slogans" eram pronunciados em coro:

(Continua...)

- C O N F I D E N C I A L -

(Confidencialidade de Informação nº 429/00-11) (A)

"Quintana e Pólvora"
 "Máquina HUM-UMM"
 "Solidão também é povo"
 "Solidão também tem fome"
 Os dois últimos "slogans" foram pronunciados quando foi



avaliado por elementos da polícia.

m. Foram adotados os seguintes dispositivos:

- Coordenação (encarregado do cordão de isolamento e orientação de guarda).
- Segurança (em torno de HONESTINO ou muito próximo a ele)
- Cartazes e faixas.

e. Bônus foram vendidos por peças, para angariar fundos para defesa dos presos.

p. Os referidos bônus continham os seguintes dizeres:

"BÔNUS CONTRA A REGRESSÃO"

"Os estudantes são espancados, presos e assassinados pelos seguintes motivos: 1) Porque não concordam que num país onde existem 50 milhões de analfabetos, nas escolas haja um número cada vez maior de vagas. 2) Não concordam que o dinheiro do povo, que deveria ser usado para a sua educação, seja desviado para os gastos militares. 3) Não concordam que as escolas, desde o curso primário até o Universitário, sejam adaptadas ao função de um ensino que atenda exclusivamente as necessidades das grandes firmas e os monopólios estrangeiros (Ford, General Motors, Esco), excluindo um estudo sistematizado da realidade brasileira. 4) Porque não concordam que o ensino no Brasil seja planejado por técnicos estrangeiros, desconhecedores das nossas necessidades reais. 5) Porque lutam contra a Política Educacional do Governo que quer transformar o ensino gratuito em ensino pago".

q. Durante a parada no cine Brasília, diversos elementos circularam ao redor da massa aglomerada, fiscalizando os fotógrafos.

r. Para comparação, relacionamos os cartazes apresentados na passeata do dia 26 JUN 68, no RIO:

"Liberdade". "Jornalista Contra a Ditadura".

"Golpe não Fechado - Luto".

"Bancários Contra o Arrêcho Salarial"

"Liberdade para os presos - ALES UBES".

(Continua...)

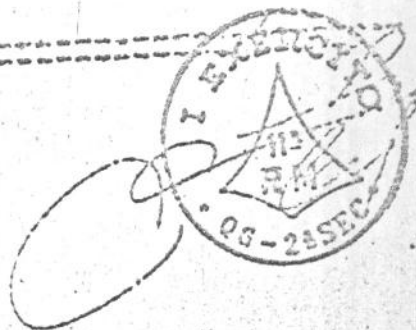
- C O N F I D E N C I A L -

- C O N F I D E N C I A L -

- 5/3 -

(Continuação da Informação 425/68-11a. RM)

- "Abaixo a Política MEC-USAID".
- "Nenhos Bomba mais Instrução".
- "Abaixo a ditadura assassina".
- "Nenhos alunos têm razão - Abaixo a Ditadura".
- "Fazer calar os moços é violentar nossas consciências - Padres e Religiosos".
- "As Mães em Defesa dos Filhos".
- "Reabrimos o Calabouço".
- "Contra a Repressão".
- "Artistas, Intelectuais, Clero e Povo com os Estudantes".
- "Fora a ditadura dos patrões".
- "Contra a Censura".
- "Com Deus e a Família pela Liberdade - Soltem meu Filho".



- C O N F I D E N C I A L -

4 - FOTOGRAFIAS

- 4.1 - Fotografia mostrando o deputado MATTA MACHADO (4) obstando ação policial em 29 Mar 68, em Brasília, durante agitações estudantis

4 - Deputado MATTA MACHADO
Obstando ação policial
em 29 Mar 968, em Bra-
sília, durante agita-/
ções estudantis.



5 - RELATÓRIO

5.1 - Relatório 13/68, de 2 Abr 68, da ASSESSORIA
PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, sôbre
agitação estudantil no recinto da Câmara Fe
deral

Brasília, DF, 2 ABR 68

PRO. 83-318-111
14-N.º 5.1

RELATÓRIO Nº 13 / 68

1. Foi bastante tumultuada a sessão noturna do Congresso dia 28 de março (3), após a comunicação de que morrerá um estudante, resultado de um choque havido na Guanabara entre a Polícia e os estudantes.

A histeria aliada à demagogia dominou os membros da Oposição, que atacou profundamente o Governo Federal, responsabilizando-o pelos fatos ocorridos.

O Dep. Matheus Schmidt (MDB-RS), 2º Vice Presidente da Câmara, comunista, solicitou ao Dep. Acioly Filho, 1º Vice Presidente no exercício da Presidência, que mandasse os ônibus da Câmara à Universidade para trazer os estudantes.

Ante a rejeição do pedido, o Dep. Matheus Schmidt deu ordem ao chefe do gabinete do 1º Secretário, Luiz Carlos Mariz, para que os ônibus fôssem à Universidade.

Consta que o funcionário será punido, pois não podia cumprir tal ordem.

2. Os Dep. Mário Covas, Martins Rodrigues, Mariano Beck, Paulo Campos, Hermâno Alves, Júlia Steinbruch, Bernardo Cabral, Matheus Schmidt, Mata Machado, compareceram à passeata dos estudantes tendo entrado em conflito com a Polícia.

3. O Dep. David Lerer, Mata Machado e Hélio Navarro, principalmente este último, são os principais agitadores dos estudantes.

4. A sessão de 29 também foi bastante agitada.

O Dep. Leon Perez (ARENA-PR) falando como líder, fez um excelente discurso, colocando a questão em seus devidos termos.

Não houve a menor exploração por parte do Governo, de seu discurso.

5. A sessão de ontem, 1º de Abril, foi toda dedicada ao problema dos estudantes, mas já não havia aquele arrebatamento e entusiasmo das sessões anteriores.

A causa desse retraimento é consequência natural das ordens baixadas pelos Ministros Militares.

Creemos também, que muito influiu para esse abrandamento, o Dep. José Bonifácio, que na recepção havida no Clube das Forças Armadas ouviu e sentiu a opinião e disposição do Presidente da República, dos Ministros Militares e Oficiais. Foi-lhe dito que em arruaças e badernas não há amunidades e que soldado não é obrigado a conhecer parlamentar.

(OF Nº 13-A-ASS Part. de 2 Abr 68, do ESCAV)

1420

6

Dia 28 de março, às 2040 horas a 2a SEC-EMR/11, mobilizou-se na busca de informes, face as constantes notícias através noticiosos radiofônicos, da morte do Estudante EDSON LUIS, em CONFLITO com a Polícia Militar da GUANABARA, durante a passeada no Calabouço.

A partir das 2130 horas dois Oficiais da 2a SEC-EMR/11, acompanharam dentro da Câmara dos Deputados, o desenrolar de uma sessão agitada com a participação de cerca de 300 estudantes, em grande algazarra, estimulando os oradores JOÃO HERCULINO, MÁRIO COVAS, HUMBERTO LUCENA, HÉLIO NAVARRO e outros, nas suas orações de ataque ao Governo. Nessa ocasião a Sessão Ordinária da Câmara fôra alterada face aos acontecimentos da GUANABARA e a chegada de diversos parlamentares do MDB, que ali foram levados pelas lideranças estudantis. Os universitários HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES, ELIOMAR COELHO DE SOUZA, LENINE BUENO MONTEIRO, SAMUEL UIZURU BABÁ e diversas moças desenvolveram intensa atividade de arregimentação e conduta dos estudantes, quer por meio telefônico, quer por meio de mensageiros.

Dia 29 de março - Às 0200 horas, os estudantes se retiraram do Congresso Nacional, rumando para a UnB, utilizando dois ônibus da Câmara dos Deputados cedidos pelo Deputado Federal MATHEUS SCHMIDT. Ficou acertado o comparecimento de alguns deputados à assembléia estudantil a ser efetuada na UnB, utilizando, digamos as primeiras horas da manhã.

- A UnB amanheceu pichada com "slogans" diversos e uma inscrição à entrada da UnB onde se lia "TERRITÓRIO LIVRE DA UNB". De 0800 às 1000 horas houve convocação por alto-falante, para a assembléia no Auditório Dois Candangos e farta distribuição de panfletos e manifestos.

- A assembléia das 1000 horas foi movimentada e agitada; presentes os deputados HÉLIO NAVARRO, EVALDO PINTO e SANTINO SOBRINHO. Falaram HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES, NILSON CURADO, ELIOMAR COELHO DE SOUZA e outros. Foram tomadas as seguintes decisões:

- Passeata às 1830 hs, tendo como ponto de reunião a Praça Vinte e Um de Abril;
- Greve geral até o dia 1º de Abril, quando seria convocada nova assembléia;

- Acampamento permanente em frente à FEUB;
- Esclarecimento através da Imprensa;
- Contato permanente com outras universidades do país, para que haja maior entrosamento;
- Angariar apoio dos estudantes e do povo de BRASÍLIA em geral;
- Destruição dos palanques armados, a fim de que os "Gorilas" não possam falar no dia 31 de março;
- Confeção de um boneco com características militares, que deveria ser queimado em sinal de protesto à classe;
- Outros acontecimentos poderiam surgir, dependendo da comissão organizadora da passeata.

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES dissera que não divulgaria na assembleia as surpresas a apresentar na passeata, para que os órgãos de informações não pudessem tomar medidas preventivas e que a passeata seria agressiva;

Durante a jornada do dia 29 foram feitas ligações dos líderes estudantis com a Reitoria, Secretaria de Segurança Pública e Casa Civil da Presidência da República, para a permissão da passeata. Ao que se tinha conhecimento o Reitor e a Secretaria de Segurança não deram tal autorização. Entretanto por ocasião da passeata os deputados HELIO NAVARRO, JULIA STEINBRUCK e outros afirmaram não caber repressão porquanto a passeata havia sido autorizada pelo Ministro RONDON PACHECO.

- Às 1700 horas os estudantes são transportados da UnB para o centro da cidade, em carros particulares e ônibus da Câmara dos Deputados, autorizados pelo Deputado MATHEUS SCHIMITH. Essa operação foi coordenada por HONESTINO, NILSON CURADO, LENINE, SAMUEL e outros.

- Às 1800 horas foi iniciada a passeata, após breve discurso na Praça Vinte e Um de Abril. Havia cerca de 1000 estudantes, misturados à massa popular que saía do trabalho. Encabeçavam a passeata os seguintes deputados.

MARIO COVAS, MATHEUS SCHIMITH, HERMANO ALVES, MATA MACHADO, MARTINS RODRIGUES, PAULO CAMPOS, MARIANO BECK, BERNARDO CABRAL, JULIA STEINBRUCK, MARIO PIVA, JOÃO HERCULINO e outros, sendo que discursaram os Deputados HELIO NAVARRO e HUMBERTO LUCENA.

- Sendo os estudantes instigados a partirem para a agressão pelos Deputados HELIO NAVARRO, JULIA STEINBRUCK, MARIO COVAS, JOÃO HERCULINO, MATA MACHADO e MARIO PIVA, entre outros, os estudantes se reorganizaram nas superquadras residenciais e aos gritos de "POVO ORGANIZADO DERRUBA DITADURA", armados de paus e pedras, se dirigiram para a CASA THOMAZ JEFFERSON.

6 - INFORMAÇÕES E INFORMES

- 6.1 - Informação 236/67, da 2a Divisão do Gabinete do Ministro do Exército, sôbre conferência do deputado MATTA MACHADO na Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul
- 6.2 - Informe 419/67, A-1, da 2a Divisão do Gabinete do Ministro do Exército sôbre reunião de deputados na Embaixada da Tchecoslovaquia
- 6.3 - Informe 429/67, da 2a Divisão do Gabinete do Ministro do Exército, sôbre ciclo de conferências es-querdistas
- 6.4 - Informe 268/68, B-2, CENIMAR, sôbre manifesto da o posição
- 6.5 - Informação 357/68, da 2a Seção do I Exército, sôbre atividades de deputados do MDB em Belo Horizonte
- 6.6 - Informe 266/68, A-1, 2a Seção do EME, sôbre atividades dos políticos, cassados e clero
- 6.7 - Informação 680/68, CIE/ADF, sôbre viagem de parlamentares à Corumbá
- 6.8 - Informação 0761/68, CENIMAR, sôbre o deputado EDGARD DE GODOI DA MATTA MACHADO
- 6.9 - Prontuário do DOPS, sôbre o deputado EDGARD DA MATTA MACHADO

CONFIDENCIAL

ANEXO N° 61

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
2.ª DIVISÃO — SSI
D2/ Rio

Em 8 Jun 67

INFORMAÇÃO N.º 236/67

1. ASSUNTO Palestra do Dep Fed pelo MDB de Minas Gerais, Professor EDGAR DA MOTTA MACHADO
2. ORIGEM Remessa n. 127 E2/67, do III Exército
3. DIFUSÃO I Exército

Principais tópicos de uma palestra proferida pelo Dep. EDGAR DA MOTTA MACHADO, no dia 16 do corrente às 21,15 horas, na Faculdade de Direito.

O verdadeiro tema que deveria ser abordado nesta palestra era LEI DE IMPRENSA, mas o professor preferiu falar sobre a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. O referido conferencista atacou a lei de segurança nacional de maneira taxativa.

"Lei de Imprensa não há mais. Castelo Branco enviou ao Congresso projeto de lei fundado na ideologia autoritária da Escola Superior de Guerra."

Havia no país uma resistência viva ao direito de comunicação. Saiu uma lei ruim mas não desastrosa. O deputado Edgar da Motta Machado não se cansava em chamar o ex-presidente e o presidente atual de MARECHAL I e MARECHAL II. "Era o governo dos Marechais".

Passou a falar então sobre a lei de segurança nacional. Iniciou com as seguintes palavras "Pior que a Lei de Imprensa foi o decreto da Lei de Segurança Nacional. Um grupo de estudiosos brasileiros para aprofundarem-se em problemas do Brasil fixaram-se na presença do militar no governo e reuniram-se no Convento dos padres dominicanos na capital mineira. Papel extra militar."

CONTINUA...



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO N. 936/67-D2/Cab Min Ex)

2

Dados interessantes:

Veículos do DOPS desfilavam ao redor do Convento. A Câmara é distraída e desatenta. A fim de que me ouvissem na Câmara recitei a Disparada antes de iniciar a falar. Neste governo sem liberdade os estudantes são impedidos nas ruas e hoje até nas catedrais. O terror pairava sobre o Brasil. Está na hora de montar, de acordar, porque as visões se clarearam, não podemos ficar em lugar-tenentes daqueles que tratam a gente como gado. A Lei 314 de 13-3-67 não se trata de uma lei, mas sim de um Decreto-Lei que não é uma lei mas sim um arbítrio de um governo com uma ideologia elaborada na Escola Superior de Guerra. Fomos governados por um órgão que é a Escola Superior de Guerra e a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). Há um grupo secreto governando o país, forças ocultas que deram origem a uma renúncia que todos se lembram, disse o deputado que isto tinha sido palavras de um escritor.

Documentos fundamentais

I) Discurso do Marechal I por ocasião da aula inaugural da Escola Superior de Guerra.

II) Decreto Lei de Segurança Nacional com a mesma data da aula inaugural da Escola Superior de Guerra. Castelo pronunciou as mesmas coisas. Este decreto foi feito na Escola Superior de Guerra e aos seus moldes.

Castelo Branco disse que a Escola Superior de Guerra deve elaborar uma Lei de Segurança Nacional. Pode-se se encontrar nas apostilas da Escola Superior de Guerra base doutrinária da Lei de Segurança Nacional.

Pontos do Governo:

1) Concepção anti-unitária e discriminatória do povo brasileiro.

CONTINUA...



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO N.º 236/67-D2/Cab Min Ex)

- 2) Segurança Nacional é a garantia da segurança nacional.
- 3) Sistema Econômico Capitalista Ocidental.
- 4) Deter sob todo o preço as tentativas de mudança social no Brasil.

Comentário sobre o item 3:

O governo quer atrelar o Brasil ao Capitalismo Ocidental. Estamos imergindo em um novo sistema colonial. O Marechal I chamamo-nos de esquerda alienada, hora esquerda alienada. O Marechal II considera irrealizável um conselho de segurança nacional. Segundo ele deve-se evitar que se altere o balanço do poder na América Latina. Para ele há uma necessidade de uma Força Inter-Americana de Paz. Com a FIP o Brasil se integraria no sistema capitalista Norte-Americano.

Comentário do item 4:

O Governo quer fazer tudo para que se detenha o processo de libertação nacional. Os objetivos nacionais são a cristalização dos interesses nacionais cuja conservação procura realizar por todos os meios e toda a ordem.

Objetivos Nacionais Permanentes (O.N.P.)

São os interesses básicos de independência e integridade territorial. Disse o deputado que os O.N.P. são bons e porque são bons não estão incluídos na Lei de Segurança Nacional. O poder nacional trataria de impor ideologia de elementos militaristas. O Governo atual substituiu o conceito de bem-comum pelo conceito de bem-estar tipicamente Norte-Americano. O fortalecimento do poder governamental em todos os seus aspectos.

Política do desenvolvimento arte de aplicar o poder nacional. A ideo-

CONTINUA...



CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO N. 236/67-D2/Cab Min Ex)

-logia dos homens de 64 vai prender desenvolvimento à segurança nacional ou por assim dizer segurança do poder nacional. Por isto não devemos nos surpreender que em 3 anos o esforço do desenvolvimento foi detido. A idéia de segurança nacional vem mesclada de um relativismo. Segurança Nacional da escola nacional de Guerra. É o grau relativo que o Estado proporciona a nação os objetivos nacionais. Homens de 64 - antagonismo e pressões.

Antagonismos:

Fator adverso que se opõe aos objetivos nacionais. A Câmara deixou de apreciar a lei do inquilinato. Disse o Governo, que aluguel é matéria de segurança nacional, pois pode causar antagonismos. A Lei de Segurança Nacional fixa os antagonismos e pressões.

Guerra Psicológica adversa e guerra revolucionária. O decreto-lei quer impedir o direito de opinião. Até o Papa admite guerra revolucionária para impor justiça social (populorum progressum). A guerrilha apovora o grupo militar de 64, pois é contra a segurança nacional.

Livre expressão de discenso. A área do bom senso supera a área do discenso. O governo afirma que a corrupção deve ser colocada nos lugares estratégicos. Isto tudo o governo diz que pertence ao C.E.N. (Conceito Estratégico Nacional) prega o governo que quando necessário deve-se praticar subversão e até corrupção para manter os O.N. (Objetivos Nacionais).

As apostilas da Escola Superior de Guerra pregam as estratégias nacionais. Autores: três militares, um da Marinha, um do Exército e um da Aeronáutica.

Dizem os homens do golpe de abril de 64 que o florentino MAQUIAVEL tinha razão.



CONTINUA...

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO da INFORMAÇÃO Nº 236/67-D2/Gab Min Ex)

5

O conferencista encerrou com as seguintes palavras: "Caros universitários, ainda está em nossas mãos deter a insurrecional, que já fizeram muitos, depois que os Homens do golpe de 64 passaram a ver em cada jovem um subversivo. Começemos nossa ação, pela luta contra o decreto-lei 314 de 13 de março de 1967. Liquidemos também com a lei de imprensa. Restauremos o direito de esperar, ainda que contra toda a aparência de esperança."

Estas foram as últimas palavras de um parlamentar do MDB que veio a Porto Alegre somente para atacar a Lei de Segurança Nacional numa conferência no Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. Este parlamentar chama-se EDGAR GODOY DA MOTTA MACHADO.



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
2.ª DIVISÃO — S S I
D 2/DF

INFORME N.º 419

- 1. ASSUNTO:..... Embaixada da Tchechoslováquia
- 2. ORIGEM:..... Informante (NG-001)
- 3. CLASSIFICAÇÃO:..... A-1
- 4. DIFUSÃO:..... Arquivo - P; F/22 - F/17

Por um de seus elementos GIRI KOSACHI, está realizando reuniões, com a presença do Embaixador e de vários Deputados brasileiros. Pode-se citar: DAVID LFRER, HERMANO ALVES, EDGAR DE GODÓI e MATA-MACHADO.

[Handwritten signature]

SECRETO

Nº. PRO. CSS-83.3, P. 122

ANEXO Nº 63

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

Em 04 JUL 1967

2.ª DIVISÃO — S S I

D 2/DF

INFORME N.º 429

1. ASSUNTO:..... 2ª Sessão do IPERB
2. ORIGEM:..... Agente D/2-DF
3. CLASSIFICAÇÃO:.....
4. DIFUSÃO:..... Arquivo - P: E/32 - E/9.a. - E/22 - E/24 - E/16
N/020

RELATÓRIO

- No dia 21 de junho, houve a segunda sessão do ciclo de conferências do IPERB. Teve lugar, como anterior, na sala de conferências da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

A assistência com cerca de 200 pessoas era composta, principalmente, de eclesiásticos, estudantes e professores, vendo-se, ainda, vários elementos cassados, inclusive militares, como o Cel SEIXAS. Era nitidamente anti-revolucionária. Notou-se entre os eclesiásticos, alguns protestantes, fervorosos adeptos de D. HELDER, sendo que um pastor metodista chegou a dizer que o ecumenismo seria atingido com o problema social tendo à testa homens como o Padre HELDER. A euforia dos padres e freiras com as palavras de D. HELDER era patente. Um dos mais entusiasmados era o Secretário do Arcebispo de Brasília.

- Os conferencistas foram: o ex-Reitor da Universidade de Minas Gerais Dr ALUIZIO PIMENTA, o escritor ALCEU DE AMOROSO LIMA e o Padre HELDER CÂMARA.

- Na mesa, presidida pelo Dep FRANCO MONTORO, encontravam-se o Dep EDGAR MATA MACHADO, coordenador dos debates, o Ministro do Tribunal de Contas COLOMBO DE SOUZA, o Sen. CARVALHO PINTO, que saiu após as conferências, outros parlamentares, além dos conferencistas.

A sessão teve início com a palavra do Dep MATA MACHADO que disse da importância do temário - Educação e a "Populorum Progressio" - e apresentou os conferencistas. Suas palavras, sem combater o Governo diretamente, não escondiam, porém, com ironia, as suas críticas.

- O primeiro orador falou sobre reforma universitária. Sua oração foi um libelo sobre a educação no Brasil, sem, porém, acusar ninguém. Mostrou quadros demonstrativos e comparativos com o ensino nos demais países. Deu ênfase à falta de professores e à má remuneração destes.

Cont...

SECRETO

(Continuação do informe nº 429 -D/2-DF, de 04 Jul 1967)

Sua oração procurou mostrar os erros, não apresentou soluções. Disse não acreditar que até o momento se estava pensando em consertar, pois, no ano de 1965 houve uma compressão de verbas que, enquanto no Ministério da Educação atingiu a 12% e no Ministério da Agricultura a 11 %, nos demais Ministérios não foi além de 2 % a 4 %.

O segundo orador foi o escritor ALCEU AMOROSO LIMA. O tema que abordou, "Cultura e Humanismo", foi exposto de maneira intelectualizada e conceitual. Não chegou, em sua exposição, a empolgar o auditório.

O terceiro e último conferencista foi o Padre HELDER CÂMARA. Sua exposição foi desde o início uma crítica acerba à Revolução. Criticou a intromissão econômica norte-americana no Brasil. Disse que o capital aplicado saía em maior escala do que entrava. Criticou o Acordo MEC-USAID e denunciou vários outros acordos que seriam feitos em seguida. Deixou o auditório impregnado da idéia de "entreguismo". Apregoou a idéia de desenvolvimento do que chamou terceiro mundo - o dos países subdesenvolvidos. Disse que o nosso desenvolvimento teria que ser feito sozinho, sem a "esmola", quer dos países do bloco capitalista, interessados em ter colônias econômicas, quer do bloco comunista, interessados em aumentar o número de seus satélites. Investiu, principalmente contra os EUA. Disse que o fantasma do comunismo estava servindo de instrumento para a falta de liberdade. Foi contundente em suas críticas do princípio ao fim. Durante sua exposição o auditório prorrompia em palmas toda vez que era irônico ou agressivo em relação a Revolução.

- Após as exposições houve um período reservado a entrega de perguntas escritas feitas pelos ouvintes.

Iniciou-se em seguida o período chamado de debates. Este consistiu de respostas a perguntas escolhidas entre as numerosas entregues pelo auditório. Foram entregues cerca de cem perguntas, sendo respondidas pelos três conferencistas cerca de quinze.

Os debates foram coordenados pelo Dep NATA MACHADO.

O Dr PIMENTA em suas respostas procurou sempre agradar o auditório. Contornou, porém, os assuntos em que poderia se comprometer muito, mas sendo em alguns casos, até incoerente com sua exposição mercê do intuito de satisfazer a platéia e os questionantes.

Assim apoiou as teses:

- Gratuidade do ensino superior;
- Reforma universitária, a semelhança da Universidade de Brasília, mas defendendo sua viagem de estudos às universidades inglesas;
- Interiorização das Universidades, criando-as em Mato Grosso, Acre e Piauí. Neste caso, foi incoerente em sua resposta pouco clara.

SECRETO

- 3 -

(Continuação do informe nº 429-D/2-DF, de 04 JUL 1967)

O escritor ALCEU DE AMOROSO LIMA se na exposição foi sóbrio em críticas, passou na fase dos debates (que não tem transcrição) a criticar acerbamente a Revolução.

Em síntese abordou os seguintes aspectos:

- Terrorismo cultural - quando citou o caso do livro "TORTURAS e TORTURADOS", entre outros.
- Falta de liberdade - quando disse que a situação atual é pior do que se tivéssemos num regime completamente totalitário.
- Professores e cientistas asilados - quando disse que o incoerente é que o Brasil que tem falta deles os exportou compulsoriamente para o Chile, França e EUA, que, ironizou, não encontravam neles o esquerdismo aqui apregoadado e, embora tendo muito menos falta de cientistas que nós, os recebeu de braços abertos.
- A falta de cultura humanísticas de nossas elites - quando citou o "caso" daquele sociólogo que escreveu "A Casa Grande e Senzala", mas que depois abandonou a "Senzala" e ficou com a "Casa Grande".

O Padre HELDER CÂMARA continuou nos debates a ser a "vedete" que foi na exposição.

Entre os vários temas que abordou ressaltaram-se:

- O MEB, movimento de educação de base, que, embora, fôsse de importância sem par está com a Revolução "hibernando".
- O ataque aos chamados bispos progressistas, que, agora, após a "Repulorum Progressio" e as reuniões dos bispos em Punta del Leste e Aparecida, não terá mais razão de ser, posto que, para chamá-los de comunistas terão que tachar de comunista o próprio Santo Padre PAULO VI e aos demais Sacerdotes. Suas idéias, agora, foram aprovadas e apoiadas por todos. Não são mais idéias isoladas de alguns padres, mas do conjunto da Igreja Católica. -----

Quelley de

SECRETO

Fecho que o Chefe deve ler

ORIGINAL DOSSIÊ N.º *Manuel Lopes*

1420

Manuel Lopes

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 0268

Em, 21 de maio de 1968

Avaliação: B/2

1. - A oposição lançará dentro de 30 dias um manifesto nacional que está sendo redigido por uma equipe de alta cúpula e manipulado pelos deputados federais: EDGAR MATA MACHADO, MARIO COVAS e RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES.
2. - Tem por finalidade atrair os operários, os estudantes e os trabalhadores rurais para uma luta organizada e esquematizada contra o sistema político vigente no País.
3. - Ele será lançado com mais de dez mil assinaturas de: Deputados Federais, Estaduais, Dirigentes Empresariais, Dirigentes Estudantis, Dirigentes Sindicais, do Clero, das Áreas Rurais.
4. - Objetiva unir o pensamento das esferas oposicionistas para virem a preencher o vazio surgido com o fechamento da Frente Ampla (o comando do movimento é da A.P.).
5. - Em princípio ficou decidido que o MANIFESTO seria lançado em JUNHO.
6. - ENTRETANTO, FACE AO SUCESSO ALIQUANTO PELO MOVIMENTO NA FRANÇA, RESOLVERAM AS ESQUERDAS ANTECIPAR O LANÇAMENTO DO MANIFESTO NACIONAL NO BRASIL PARA APROVEITAR O IMPACTO E A EMOTIVAÇÃO DO FATO NA FRANÇA.
7. - O Manifesto está pronto e será apresentado HOJE pelo Deputado MATA MACHADO à Comissão Nacional de Mobilização Popular (ou é chamado "Grupo ideológico do MDB") que tem como elementos principais: MARIO COVAS, JOSAFÁ MARINHO, MARCIO ALVES, HERMANO ALVES, OSWALDO LIMA FILHO e RAFAEL ALMEIDA MAGALHÃES.
8. - Esse grupo lançou uma campanha, (o movimento é de âmbito nacional, mas comandado por Minas Gerais) de mobilização popular para tentar um diálogo, com o chamado PODER JOVEM, operários, clero reformista, intelectuais, etc....
9. - O Manifesto não vai combater o Governo e sim o regime.
- 10.- No Manifesto dizem claramente: "o MDB vai preconizar a implantação no Brasil de um regime socialista", (Ponto básico).

"Para implantar um novo regime socialista, o caminho é o mesmo nível, ou seja, o que a política convencional, oferece. Aceitando | que isso é possível sem recorrer a violência (que o Manifesto não a-

Handwritten signature/initials

CONFIDENCIAL

O MDB vai propor uma aliança tendo em vista a defesa desses princípios, para, numa segunda etapa, lutar por todos os modos pela sua implantação no Brasil.

O Deputado MATA MACHADO, em conversa, disse que operários e estudantes não querem saber do MDB por achar que tudo que existe na política atualmente é artificial e inautêntico.

"Mas é preciso insistir no diálogo com essa gente, que está possuída da verdadeira mensagem de inconformismo e devemos aproveitar insistentemente".

11.- O Deputado RAFAEL MAGALHÃES chega sábado a Belo Horizonte para o 1º convênio com o PODER JOVEM de Minas Gerais.

CONFIDENCIAL

---0---

- DISSEMINAÇÃO:
- GMM.....1
 - CEMA.....1
 - 1º DN.....1
 - 2º DN.....1
 - 3º DN.....1
 - 4º DN.....1
 - 5º DN.....1
 - 6º DN.....1
 - 7º DN.....1
 - COMEMCH.....1
 - M-20.....1
 - SNI/ARJ.....1
 - CIB.....1
 - 2ª. Sec. EMAer.....1
 - ESCOLA NAVAL.....1
 - 2ª. Sec. EM C.....1
 - DSI/MEC.....1
 - CENIMAR.....1-18

ORIGINAL DOSSIÊ N.º Hermano Alves**CONFIDENCIAL**MINISTERIO DO EXERCITO
I EXERCITO - 2.ª SEÇÃORIO, GB, 31 Mai 68.-

1. ASSUNTO Atividades de Dep do MDB em BELO HORIZONTE/MG.-
 2. ORIGEM (ID/4) - 4ª RM/4ª DI
 3. CLASSIFICAÇÃO .-
 4. DIFUSAO CIE - Arq
 5. DIFUSAO ORIGEM I Ex - AD/4 - I/11ª RI - 4ª Cia Int - CM/J. FORA
 6. ANEXO .-
 7. REFERENCIA Informação n. 204/68/E2/4ª RM, de 21. Mai 68.-

INFORMAÇÃO N. 357 - CI/68

1. Os deputados federais do MDB, MÁRCIO MOREIRA ALVES, HERMÃO ALVES, SIO DA CUNHA, EDGARD DA MATA MACHADO, JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES e JOÃO HERCULO, estiveram em Belo Horizonte e entraram em entendimentos com estudantes e dirigentes sindicais, a fim de manifestar-lhes apoio nas questões relacionadas com os últimos acontecimentos estudantis e operários naquela capital.

2. Os deputados MÁRCIO MOREIRA ALVES e JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES, em entrevista ao jornal "SOL", declararam que a Comissão de Deputados da Câmara Federal, que com autorização do Ministro do Exército, visitou os estudantes presos pelo encarregado do IPM naquela capital, foi coagida pela ID/4, no sentido de que não constasse de seu relatório "sevícias e maus tratos" verificados pela mesma contra os referidos presos.

Estes Deputados com isso, pretendem desmoralizar e desacreditar a Comissão de Deputados que na realidade nada constatou de mau praticado pelas autoridades contra os estudantes.

3. O Diário da Tarde de 16/5/68, que circula em JUIZ DE FORA/MG, publicou seguinte notícia:

"DEPUTADO INTERROGA MINISTRO

BRASÍLIA, 16 (Meridional) - O Deputado HERMÃO ALVES (MDB/GB) solicitou seguintes informações ao Ministro do Exército:

Quem determinou a instauração de IPM sobre atividades estudantis em Belo Horizontes? Quem designou OTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS para presidir aquele IPM? Quais os fatos que determinaram instauração daquele IPM? Qual a legislação específica que justificou ou serviu de fundamentação para que se instaurasse o referido IPM? Qual a relação do CPOR de Belo Horizonte ao

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
2ª SUBCHIEFIA - 2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO: ATIVIDADES DE POLÍTICOS, CASSADOS E ELEMENTOS DO CLERO
2. ORIGEM: Informante
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: CIE
5. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM: EME
6. REFERÊNCIA: -
7. ANEXO: -

INFORME Nº 266-P/68

I - Rio de Janeiro, 15 de junho de 1968

A nova estrutura revolucionária da ex-FRENTE AMPLA está se consolidando através dos constantes e subsequentes contactos que Juscelino Kubitschek vem mantendo com os principais líderes de cúpula da organização frontista.

É um MOVIMENTO COMANDADO e de ação interna, vinculado, entretanto, ao comunismo internacional que tem propósitos IMEDIATOS na América Latina.

No Brasil, integram a cúpula dessa organização subversiva, os seguintes elementos: JUSCELINO KUBITSCHEK, JOÃO GOULART, CARLOS LACERDA/ e HELDER CÂMERA.

A "Carta de Princípios", editada no Uruguai, em 1966, foi o instrumento básico para instruir os "operários e organizações sindicais do Brasil", onde consolidou-se a idéia da "luta armada".

Nessa esquematização, BRIZOLA comanda o sistema de desencadeamento/ de guerrilhas em todo o território nacional; JUSCELINO, aliado de ILIA, avista-se com este nos Estados Unidos PARA ACERTAREM UMA LÓGICA nas atividades de ambos, um no Brasil, o outro na Argentina, no tocante à posição estratégica (de ambos) dentro do Movimento; JÂNIO QUADROS, aparentemente fora da Frente Ampla, visita Moscou e, COINCIDENTEMENTE, retorna ao Brasil, nas vésperas do provável desencadeamento do "Movimento"; pela Linha Chinesa do PC, representando os comunistas do Brasil na reunião do Partido em Budapeste, no dia 25 de abril de 1968.

FRANCISCO SILVA integra-se no conclave do comunismo internacional// onde se tratou da luta armada na América Latina. CARLOS LACERDA, em visita da cassação da Frente Ampla, retrai-se para a Europa, onde se mantém em constante contacto com os frontistas radicados no Brasil e asilados/ no exterior.

Vários informes dão conta de que o retorno de LACERDA da Europa, será como que "UM AVISO" para a intensificação da luta contra-revolucionária, através da qual a nova organização a surgir, "FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL", em substituição à Frente Ampla, contará com o IMEDIATO apoio

Continua.....

(Continuação do INFORME Nº 266-P/68-S/2.2 - Fl 2

do TÓDIAS AS LIBERTANÇAS POPULARES e de EXPRESSIONES PARLAMENTARES solidári-
as com o "Movimento", muitos até membros do Partido do Governo.

HELDER CÂMARA se fôz o "CHEFE" das atividades subversivas no Bra-
sil, sobretudo dentro da chamada "AÇÃO POPULAR-AP", onde os novos cléri-
gos e os "Cérebros Eclesiásticos do Futuro" constituem a Linha Auxiliar
do Partido Comunista, atualmente com intensa ação de divulgação e propa-
ganda do comunismo no Brasil.

Participação dos Estudantes e suas organizações clandestinas

Proveniente de Montevideo, os Centros Acadêmicos, Diretórios, UME,
UMS e UBS, receberam instruções da "UIB" para o desencadeamento de movi-
mentos de greve geral da classe estudantil. Dos políticos frentistas, en-
tretanto, a palavra de ordem foi: "tais greves devem ser baseadas em
reivindicações JUSTAS", sobretudo aquelas que o Governo brasileiro não
poderá dar atendimento imediato. O objetivo é "criar" um contínuo movi-
mento grevístico e um clima propício para "novas oblatinas" no decorrer
dos acontecimentos até a 2ª quinzena de Agosto, época em que se prevê o
retorno de Carlos Lacerda e também de João Goulart.

Os movimentos do tipo "AP", entrarão em ação, simultaneamente com
o desencadear de alguns "focos" de guerrilhas no Triângulo Mineiro, Cha-
pecó, divisa de Bahia com Pernambuco e interior de São Paulo.

Mobilização Popular:

No princípio do mês em curso, políticos francamente reacionários ao
Governo e ao Exército Nacional, iniciaram uma CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO//
POPULAR, com o fim preciso do LEVANTAR, ao máximo, por todos os meios/
possíveis, a opinião pública contra o Presidente Costa e Silva e também
ao Exército. Os principais articuladores dessa Campanha de Mobilização/
Popular, são os seguintes políticos: LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE, porta-voz
de João Goulart; HUMBERTO LUCENA, pela política do Nordeste; FRISE MARCE-
LINO SANTANA, por Helder Câmara; MÁRIO COVAS e GUSTONI RIGHI, pela esquer-
da santista; DAVI LERER, pelos operários do ABC; MATA MACHADO e JARBAS/
MEDEIROS, pela esquerda mineira no meio operário.

De São Paulo, agentes comunistas vinculados à recente organização//
denominada "PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA", estão intensificando um movi-
mento paralelo, do tipo "leninista", e que terá radicações em Rala Horiz-
zonta, Juiz da Fôza, Itaipubá, fazenda fluminense e parte do Paraná.

LUIZ CARLOS PRESTES, que se encontra na Europa, deverá aportar no
Uruguai na 1ª quinzena de Julho, isso depois de ter-se avistado com To-
dor Jikov e com Leonid Brejnev, respectivamente, da Bulgária e Moscou.

Para o "partido comunista" a luta armada no Brasil obedecerá a um
plano específico em que os comunistas contarão com as "massas de mano-
bra" contra os agentes da lei, principalmente nas grandes capitais.

Continua.....

(Continuação do INFORME Nº 265-P/68-S/2.2 - Fl 3

Solpas psicológicas:

1 - O Sr Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da Firma de Construção e Terraplanagem em Belo Horizonte, "CONSTRUTORA MENDES JR", no princípio de mês em curso, adquiriu um avião CESSNA, modelo de luxo, alto luxo, equipado com radar, com autonomia de voo para 8 horas, para // dar atendimento às suas viagens a serviço da Frente Ampla. Esse avião // custou, nos Estados Unidos, exatamente RCr\$600.000,00. Foi idôia do Dep Fed ASTRALGESILO MENDONÇA, muito ligado a Juscelino de quem é uma espécie de secretário particular para assuntos de política frentista em Minas Gerais. Essa aquisição foi feita com o objetivo de melhor barlar a vigilância sobre os passos de Juscelino, tanto no Brasil, como no exterior (URUGUAI), onde tem frequentado, aumentando-se por um período curto de 24 horas, quando o faz.

2 - João Goulart está tratando da possibilidade de seu retorno ao // Brasil dando parte de atacado de moléstia cardíaca. Um médico de Rio // Grande do Sul, muito ligado ao Dr Zerbini, já está procurando uma solução a ser desencadeada em Agosto; acredita o Sr Goulart que a situação // de alto relêvo e conceituação em tôdas as camadas sociais do Brasil de que goza o Dr Zerbini, FUNCIONARÁ como um escudo dificilmente intocável pelos Agentes da Segurança Nacional que por certo o prenderiam, qual- // quer que fôsse a situação. Um elemento da equipe do Dr Zerbini viajará, possivelmente em Julho próximo, ao Uruguai, para um exame simulado em Goulart. Goulart acredita que qualquer ato de repressão à sua pessoa, depois de estar sob a responsabilidade do Dr Zerbini, FUNCIONARIA como um INSTRUMENTO CONTRA O EXERCÍCIO, por parte da opinião pública.

3 - DON SEBASTIÃO BAGGIO: Núncio Apostólico.

Em sua última estada na Europa, Dom Helder Câmara trouxera a Mons // Sebastião Baggio notícia sobre a possível nomeação de um novo Secretário de Estado do Vaticano e a inclusão do nome do Núncio Apostólico do Brasil na lista de candidatos ao cargo que logo estará vago com a renúncia do Cardeal Anleto Cicognani, que se acha em avançada idade. Dom Helder informou ao Núncio, entretanto, que o mais provável candidato a ser conduzido àquela função será o Núncio da França, Mons Bertoli. Assim sendo, Baggio se aproveitará do fato agora em evidência para "limpar" o seu nome diante do Governo do Brasil, por acreditar que a diplomacia vaticana está usando o fato como uma tática à sua renovação do Brasil que acredita será muito breve.

4 - IBETE VARGAS; no dia 17 de Junho próximo, estará em Brasília // com o objetivo de dar cumprimento às "instruções" que recebera do Buzza, no tocante a integração do "BLOCO PARLAMENTAR TRABALHISTA" nos próximos acontecimentos políticos e estudantis que envolverão o Brasil // numa crise pró-estudada pela Frente Ampla e pelo Partido Comunista.

Continua

C Ó P I A

(Continuação do INFORME Nº 266-P/62-S/2.2 - Fl. 4)

5 - JUSCELINO FERREZ, que se encontra nos Estados Unidos em // reunião com Arturo Illia, tratará um "acôrto nos últimos detalhes para o desencadeamento" do MOVIMENTO COMANDADO que os membros ATIVOS da ex-// FRENTE AMPLA aguardam para entrarem em ação conjunta com os estudantes, propugnando, assim, a desmoralização total do Governo e do Exército.

6 - Será reavivado um movimento revolucionário separatista tanto // do Triângulo Mineiro, como também, Norte-Nordeste e Sul, Centro-Sul do País, êste lançado por Dom Helder Câmara, sob as mais chocantes alegações que não darão outra alternativa a não ser a de qualificá-lo como paranóico.

II - Esta Seção processa, no momento, partes do informe referente a assuntos externos. Os resultados serão remetidos assim que obtidos.

Sugere um PB sobre o item 1 do título Golpes Psicológicos, à 2ª/- EMac, a fim de esclarecer a situação da coronava e seu uso.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE/ADF

Brasília, DF, 06 SET 1968

67

INFORMAÇÃO Nº 680 CIE/ADF

ASSUNTO Viagem, à CORUMBÁ, de parlamentares
ORIGEM 6ª ZAe (Info nº 606, de 23 Ago 68/11ª RM)
DIFUSÃO CIE - PE/25.a. - E/34 - E/17 - N/09.
DIFUSÃO DE ORIGEM.. I Ex - DPF/DF

Esta Agência recebeu a seguinte informação:

"O Taxi Aéreo da LÍDER/S.A. Transportes Aéreos, prefixo PT - DEK, tendo como Comandante RENATO GÓES DE BRITO e como piloto ALUISIO CIONI MAXIMIANO, decolou de BRASÍLIA com destino a CORUMBÁ (MT), no dia 10-08-68, às 11,00 hs.

A referida aeronave transportou os seguintes parlamentares:

- Deputado MÁRIO COVAS
- Deputado MARTINS RODRIGUES
- Senador JOSAPHAT MARINHO
- Deputado MATA MACHADO
- Senador LINO DE MATOS
- Deputado EVALDO PINTO".

Paulo
el

DE/34
PN-55

68

Handwritten signature
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PEREIRA
CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 30 / 12 / 1968 Nº 0761

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

INFORME/INFORMAÇÃO/DOCUMENTO

ORIGEM: ~~XX~~ -----

REFERÊNCIA: ~~XX~~ -----

DISSEMINAÇÃO: ~~CSN~~ - ~~CEMA~~ - ~~CEMAD~~
CSN ✓ -----

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XX~~ -----

PARA ADIDOS - País de origem ~~XX~~ - País/área a que se refere ~~XX~~

EDGARD GODOY DA MATTA MACHADO - Deputado-Federal (MDB/MG)

- Advogado e Professor.
- Endereço (1964): Rua Alagoas, 712 - Belo Horizonte.

- OUT/1962- O marginado está prontualizado no COPS/MG, 44 UM e na PMMG como elemento que professa ideologia marxista-leninista.
- 1963- Consta de uma relação de professores esquerdistas de MINAS GERAIS.
- 3/4/1964- Constava de uma relação de militantes da Ação Popular.
- 1964- Foi ouvido no IIN que apura atividades subversivas entre os professores de Belo Horizonte. Como professor universitário manifestou-se por várias vezes seu desagrado pela Revolução. Como Secretário do Trabalho, apesar de católico, protegeu líderes sindicais subversivos.
- 23/10/1964- Citado como líder de esquerda em Belo Horizonte.
- 15/3/1965- Assinou manifesto de intelectuais, censurando o Governo.
- 11/3/1966- Citado como líder político-estudantil, precisamente, mentor intelectual da AÇÃO POPULAR.
- 15/7/1966- Líder político de movimento estudantil em Belo Horizonte juntamente com o deputado SÍSIO DA CUNHA PEREIRA.

Fernando Pessoa
FERNANDO PESSOA DA BOCHA PARDANHOS

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 30 / 12 / 1968 Nº 0761

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

~~INTERME~~/INFORMAÇÃO/~~EXEUSSEK~~ ORIGEM: XX
REFERENCIA: XX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XX

PARA ADIDOS - País de origem XX - País/área a que se refere XX

- 26/8/1966 - Ver artigo publicado na imprensa e que segue em anexo.
- NOV/1966 - Foi eleito deputado federal pelo MDB/MG.
- 15/2/1967 - Mentor e coordenador de atividades subversivas estudantis em Belo Horizonte, auxiliado pelos deputados-federais SIMÃO DA CUNHA PEREIRA e JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES. Seu filho JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATTA MACHADO é o presidente do CA da Faculdade de Direito da UFMG, sendo um dos líderes estudantis em Belo Horizonte.
- 9/4/1967 - Pronunciou-se contra a Lei de Segurança Nacional, criticando a Escola Superior de Guerra.
- 30/5/1967 - Defendeu a anistia dos líderes políticos cassados, liderando uma campanha.
- 16/6/1967 - Foi autor de um documento político aprovado pela Convenção Nacional do MDB, no qual é denunciado o "retrocasso de que foi vítima o País, de 1º de abril de 1964 a nos- sos dias".
- 19/10/1967 - Em discurso pronunciado da tribuna da Câmara, fez a apologia da JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC) entidade de caráter esquerdo-subversivo.
- 22/10/1967 - Presidiu um Juri realizado em Belo Horizonte, no qual foi condenada a intervenção norte-americana no Vietnam.
- 18/1/1968 - Integrou a comitiva do ex-Governador CARLOS LACERDA a Belo Horizonte, onde foi feita uma conferência sobre a

Fernando Costa da Rocha Paranhos
FERNANDO COSTA DA ROCHA PARANHOS
CH. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA 30 / 12 / 1968 Nº 0761

ORIGEM: XX
REFERENCIA: XX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

RESUMO/INFORMAÇÃO/RESUMÃO

AVALIÇÃO	
CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XX

PARA ADIDOS - País de origem XX País/área a que se refere XX

FRONTE AMPLA.

- 20/1/1968 - Foi designado representante de JOÃO COUDART em Minas Gerais, para contatos políticos.
- 2/2/1968 - Declarou da tribuna da Câmara que a "Igreja está certa: Troquemos o Regime".
- 8/3/1968 - Propôs a convocação do Sr. DARCY RIBEIRO, à CPI do Ensino, para orientar a reforma do ensino superior brasileiro.
- 30/3/1968 - Participou da passeata estudantil, em Brasília (ver fotografia, em anexo).
- 22/4/1968 - Citado, novamente, como líder supremo da AÇÃO POPULAR.
- 23/4/1968 - Defendeu a greve dos metalúrgicos mineiros, achando justo o movimento.
- 28/6/1968 - Voltou a participar de passeata estudantil em Brasília.
- 2/7/1968 - Assinou moção de solidariedade a ação de DOM HELDER CÂMARA, no Nordeste.
- 29/8/1968 - Pronunciou da tribuna da Câmara discurso, protestando contra a prisão do Padre-Operário RIBRE VAUTHIER, em Oeiras.

OBSERVAÇÃO DO GENIAR: - O marginado em seu prontuário possui várias declarações contra os Governos Revolucionários e a favor das atividades subversivas do clero e dos estudantes.

DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
RETISSÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
C. 60417/67 - Regulamento
de Segurança de Assuntos Sigilosos

-----C-----
CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

69

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: MACHADO - EDGARD DE GODOI MATA

OBS: Deputado Federal - MDB/MG

<p>28 - 05 - 65</p>	<p>- Esquerdista notório e indiciado em IPM. Juntamente com outros elementos, compôs a mesa da conferência - por ocasião do pronunciamento realizado, sob o nome "O ATO INSTITUCIONAL E O DIREITO BRASILEIRO", pelo prof. HERÁCLITO SOBRAL PINTO a convite do CAAP da Faculdade de Direito da UFMG (Belo Horizonte). O pronunciamento de SOBRAL PINTO foi em desrespeito às autoridades constituídas, especialmente as encarregadas dos IPMs.</p> <p>O epigrafeado, juntamente com outros, figura relacionado numa caderneta encontrada no dia 03/04/64 - pertencente a MARILDA DE ALMEIDA TRAN-COSO(- militante da "AP").</p> <p>Info s/nº/SDR-MG/66 Ref. B. 696/fls. 731/729</p>
<p>02 - 04 - 68</p>	<p>- Segundo publicação do Jornal "Correio Brasiliense" desta data.</p> <p>O epigrafeado comunicou à Casa (Congresso Nacional) as últimas notícias recebidas do Rio de Janeiro sobre o movimento estudantil. Relatou a luta dos jovens em diversos países e lembrou que o que existe é que as novas gerações acordaram para o presente e para o futuro, contra "a instalação em quase todo o mundo da gerocracia - governo dos velhos, velhos de tempo e de mentalidade que apenas deixam aos jovens o direito de lutar, de chorar, de sofrer e de morrer." Quando o Dep. HERMANO ALVES comunicou sobre os últimos acontecimentos verificados na Universidade de Brasília e que foi espalhado o boato de que o Sargento hospitalizado falecera, com o que a Polícia desejava agir com propósito revanchista, o epigrafeado considerou a comunicação gravíssima, pois quase todos os deputados tinham filhos na UnB e que era chegada a hora de uma opção: ficarem com seus filhos ou "se submeterem à genocracia de humilha este País". Após apertes de parlamentares, prosseguiu o epigrafeado, comunicando que os estudantes de Belo Horizonte haviam realizado três comícios garantidos pela polícia, sem incidentes, por isso se congratulava com o Gov. Israel Pinheiro, digo, Pinheiro, frisando que os responsáveis pelo governo precisam compreender que "o objetivo dos jovens é realmente o de subir às posições dentro das quais possam levar a mensagem do futuro". Após novos apertes, o epigrafeado concluiu que realmente os jovens caminham para a revolução de nosso tempo. Mas não considera, o epigrafeado, que a revolução tenha que</p>

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: _____

OBS: _____

25 - 05 - 68

ser sempre, invariavelmente, um episódio de violência e de sangue." Aquilo que a nossa geração deve compreender é que as coisas se modificam no mundo. Há transformações sociais profundas e que os jovens têm mais capacidade de canpar, de se capacitarem dessas transformações de que nós outros, que chegamos, talvez, a uma idade em que nada, ou muito pouco, temos ainda que esperar da vida e do destino".

Info s/nº/DOPS-DPF/68

Ref. P. 009/158

- A oposição lançará dentro de 30 dias uma manifestação nacional, digo, um manifesto nacional que está sendo redigido por uma equipe de alta cúpula e manipulada pelos Deputados Federais MARCIO MOREIRA ALVES, HERMANO DE DEUS ALVES, OS WALDO LIMA FILHO, RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, JOSAFÁ MARINHO, MARIO COVAS e o epigrafado. Tem como finalidade, o manifesto, atrair operários, estudantes e os trabalhadores rurais, para uma luta organizada e esquematizada contra o sistema político vigente no País. Tal manifesto, será lançado com mais de 10.000 assinaturas, de deputados federais e estaduais, dirigentes em presariais, estudantis e sindicais, do clero e das áreas rurais. Objetiva unir, tal movimento, o pensamento das esferas oposicionistas para vi-rem a preencher o vazio surgido com o fechamento da "Frente Ampla", sendo o comando do movimento da Ação Popular. O manifesto está pronto e será apresentado à Comissão Nacional de Mobilização Popular, que é também chamada de "grupo ideológico do MDB" que tem como elementos principais, além do epigrafado, os parlamentares acima citados.

Esse mesmo grupo de parlamentares lançou campanha (o movimento é de âmbito nacional mas comandado por Minas Gerais) de mobilização popular para tentar o diálogo com o chamado "Poder Jovem", operários, clero reformista, intelectuais. O manifesto não combaterá o governo mas o regime pois diz claramente "O MDB vai preconizar a implantação no Brasil de um regime socialista (ponto básico). "Para implantar um novo regime socialista, o caminho é o disponível, ou seja, o que a política convencional oferece (o manifesto não acolhe a violência), sem tentar a violência - a solução do grupo ideológico é a fusão, digo, fusão de todas as oposições do Brasil". Será poro, digo, proposta uma aliança tendo em vista a defesa desses princípios para, na segunda etapa, lutar por todos os modos pela

PSP-DSG. SAV. 0066-E. 66

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

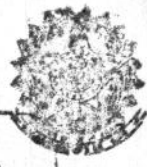
PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: _____

OBS: _____

<p>15 - 06 - 68</p>	<p>sua implantação no Brasil. ■ epigrafado, em conversa, disse que operários e estudantes não querem saber do MDB por achar tudo que existe na política, atualmente, é inautêntico. "Mas é preciso insistir no diálogo com essa gente, que está possuída da verdadeira / mensagem de inconformismo e devemos aproveitar imediatamente".</p> <p>Info 03/DSI/MEC/68 Ref. P. 500/179 Enc. 67/DR-GB/68 Ref. P. 500/179</p> <p>- Esteve reunido na sede do MDB/Recife, juntamente com os parlamentares MARIO COVAS, OSWALDO LIMA FILHO, GERALDO ALVES e MARIO MARTINS, os quais vieram dialogar com os estudantes e operários sobre vários assuntos, entre os quais Acôrdio MEC-USAID, arrôcho salarial, movimento estudantil, venda de terras a estrangeiros, sindicalismo e reforma agrária. Esta reunião / teve um número reduzido de assistentes. O Epigrafado foi aplaudido pela assistência pelo fato de ter criticado as autoridades governamentais e falado na necessidade da luta pela liberação do homem.</p>
<p>28 - 06 - 68</p>	<p>Infção 114/DR-PE/68 Ref. P. 300/183</p> <p>- Realizou-se, nesta data, em Brasília/DF, uma passeata estudantil que não cumpriu o itinerário previamente estabelecido pelas autoridades. Diversos oradores se fizeram ouvir e entre eles HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES - quem traçou o novo itinerário da passeata. Em frente ao Cine Cultura, falaram entre outros: O epigrafado, / os parlamentares BRITO VELHO, OSMAR CUNHA e OS WALDO LIMA FILHO. Todos os discursos foram bastante inflamados, de críticas à derrubada violenta do governo mesmo que fôsse necessário o derramamento de sangue. Críticas as mais diversas foram proferidas contra os militares e demais autoridades governamentais. Os manifestantes portavam a bandeira do VIETNAME e fotografias de ERNESTO "CHE" GUEVARA.</p> <p>Vários dos oradores da passeata foram ao apartamento do Deputado Federal OSWALDO LIMA FILHO, inclusive HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES.</p> <p>Rel s/nº/DOP-DOPS/68 Ref. P. 009/217 Rel s/nº/DOPS-DFP/68 Ref. P. " "</p>
<p>10 - 08 - 68</p>	<p>- O epigrafado, juntamente com os parlamentares MARIO COVAS, MARTINS RODRIGUES e outros, viajou de Brasília com destino a Corumbá/MT, utilizando-se de avião da "LÍDER TAXI AEREO S/A</p>

SP-DSG.SAV.0066-E.66



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: _____

OBS: _____

<p>17. 01. 68</p>	<p>- Transportes Aéreos, digo, Aéreos - de prefixo PT-DEK, que teve como piloto o Cmte. RENATO / GÓES DE BRITO.</p> <p>Infção 606/2ªSec-11ªRM/68 Ref. P. 002/238</p> <p>-O ex-Governador CARLOS LACERDA é esperado hoje em Belo Horizonte/MG, onde fará uma conferência dando prosseguimento ao movimento "Frente Ampla". A referida conferência é patrocinada pelo Centro de Cronistas Políticos/MG. Um grupo numeroso de parlamentares Federais, na maioria integrantes da Frente Ampla, estarão presentes, entre outros os seguintes: MÁRIO COVAS JUNIOR, JOSAPHAT MARI NHO, MARTINS RODRIGUES, OSWALDO LIMA FILHO, JOSÉ CARLOS GUERRA e o marginado.</p>
<p>20. 01. 68</p>	<p>Recorte de Jornal/68 Ref. D. 1100/F</p> <p>- O epigrafado, juntamente com o Deputado Estadual líder do MDB/MG=RAUL BELÉM, foi designado pelo ex-Presidente JOÃO GOULART seus representantes em Minas, para assumir compromissos de caráter políticos.</p> <p>Recorte de Jornal/68 Ref. D. 1100/F.</p>

CONFIDENCIAL

Nº. PRO. CSS. 73-3, P. 140/140

Ministério do Exército
Gabinete do Ministro
Escalão Avançado
CIE/ADF

BRASÍLIA - DF 19 ABR 1968

INFORMAÇÃO Nº 271/68

ASSUNTO Atividades da Frente Ampla escudadas na legenda do M.D.B.
ORIGEM SNI/ABSB (Info nº 145-A/68)
DIFUSÃO CIE - E/25.a - E/17 - E/22 - E/40 - N/18
DIFUSÃO ANTERIOR.... CH SNI/ - SNI/ARJ

Esta Agência recebeu a seguinte Informação:

"Segundo comentários dos Deputados JOSÉ MARTINS RODRIGUES (MDB/CE), HERMANO ALVES (MDB/GB), JOSÉ MARIA MAGALHÃES (MDB/MG), EDGARD DA MATA MACHADO (MDB/MG), MARIO COVAS (MDB/SP) e JOSÉ CARLOS GUERRA (ARENA/PE), as atividades da F. Ampla terão continuidade escudadas na Legenda Partidária do MDB, até que um outro movimento com sigla diferente seja criado."

CONFIDENCIAL